



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

FELIPE ROBERTO DA SILVA

**O POTENCIAL DO TURISMO NO LITORAL BRASILEIRO FRENTE AOS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

FORTALEZA – CEARÁ

2021

FELIPE ROBERTO DA SILVA

O POTENCIAL DO TURISMO NO LITORAL BRASILEIRO FRENTE AOS OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de concentração: Gestão e Estudos Organizacionais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Roberto Pinto

FORTALEZA – CEARÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Silva, Felipe Roberto da.

O potencial do turismo no litoral brasileiro
frente aos Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável [recurso eletrônico] / Felipe Roberto
da Silva. - 2021.

107 f. : il.

Dissertação (MESTRADO ACADÊMICO) -
Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos
Sociais Aplicados, Curso de Programa de Pós-
graduação Em Administração - Mestrado, Fortaleza,
2021.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Roberto Pinto.

1. Zonas costeiras. 2. Fatores
socioeconômicos. 3. Indicador de desenvolvimento
sustentável. 4. Turismo sustentável. I. Título.

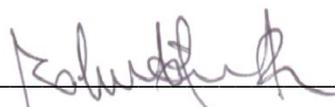
FELIPE ROBERTO DA SILVA

O POTENCIAL DO TURISMO NO LITORAL BRASILEIRO FRENTE AOS OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

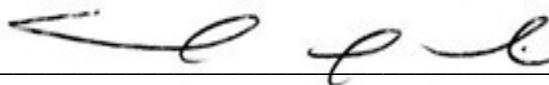
Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de concentração: Gestão e Estudos Organizacionais.

Aprovado em: 04/03/2021

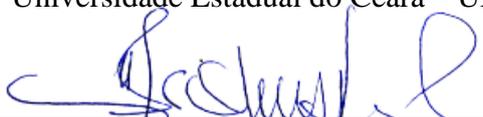
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Roberto Pinto – PPGA-UECE
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Samuel Façanha Câmara – PPGA-UECE
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Nilo Alves Junior
Instituto Desenvolvimento, Estratégia e Conhecimento – IDESCO

AGRADECIMENTOS

As pesquisas científicas são como todas as obras e serviços de engenharia. Sendo assim, na construção de um prédio são necessários vários encarregados para que o resultado daquele projeto saia como esperado. Desde a ideia até tirar este esboço do papel, foram necessários vários ajudantes que trilharam junto comigo este projeto. Primeiro agradeço a Deus, o grande arquiteto de minha vida, trouxe-me até aqui e esteve presente ao meu lado todo esse tempo.

Aos grandes mestres-de-obras deste projeto, professores e orientadores Francisco Roberto Pinto e Samuel Façanha Câmara, sem o auxílio e conhecimento deles nada seria possível. Não posso deixar de agradecer também aos carpinteiros que cuidaram de todo o acabamento e correções desta obra, em especial, meu reconhecimento a Thiago Matheus de Paula e Marcelo de Oliveira Soares, sempre muito solícitos e com conselhos pertinentes sobre a pesquisa. Por fim, toda minha gratidão aos pedreiros que comigo levantaram cada tijolo e foram essenciais em todas as etapas da construção desta obra, minha mãe Lucia Regina Ferreira Roberto e a toda minha família.

RESUMO

Nesta pesquisa, buscou-se identificar o potencial do turismo no litoral brasileiro frente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para tal, foram coletadas as informações econômicas e os dados dos indicadores de ODS dos 17 estados litorâneos brasileiros e seus respectivos municípios litorâneos. Além disso, para identificar este potencial, mensurou-se o desenvolvimento sustentável por dois parâmetros: total de pessoal ocupado do setor e valor de produção da respectiva atividade econômica no estado. Assim como, levou-se em consideração também a segregação territorial, uma vez que a ideia era usar diferentes lentes de análise de forma gradual, isto é, estados, municípios e localidades litorâneas. Os resultados apontam São Paulo como o estado mais bem preparado e mais próximo de atingir as metas da Agenda de 2030, com uma média dos ODS na acima dos 80%, e percebeu-se que as capitais dos estados litorâneos tiveram os maiores valores de participação do setor de turismo no Produto Interno Bruto (PIB) estadual e que têm gerado o maior número de empregos no setor. Ademais, nota-se também uma nítida divisão econômica e social na geografia dos estados litorâneos brasileiros, principalmente na segregação regional, onde as atividades econômicas do setor de turismo nas regiões Norte e Nordeste tiveram o pior desempenho nos índices de potencial desenvolvimento sustentável. Os estados do Nordeste apenas se sobressaem nas economias de suas respectivas capitais, gerando uma centralidade na captação dos recursos e uma dependência econômica dos demais estados. No que diz respeito às suas contribuições, a pesquisa inova ao estabelecer um percurso metodológico para a construção de um modelo de mensuração do potencial desenvolvimento sustentável de regiões. Portanto, o uso desses dados permite comparar regiões e analisar a forma desproporcional que o desenvolvimento sustentável se dá nessas áreas que são limítrofes, mas que possuem configurações socioeconômicas desiguais. Salienta-se também que a construção destes indicadores de vulnerabilidade poderá não só indicar regiões com maiores chances de desenvolvimento, como permitir a elaboração de estratégia de desenvolvimento regional e o desenvolvimento de políticas em prol do fortalecimento da política nacional de turismo na região.

Palavras-chaves: Zonas costeiras; Fatores socioeconômicos; Indicador de desenvolvimento sustentável; Turismo sustentável.

ABSTRACT

In this research, we sought to identify the potential of tourism on the Brazilian coast in relation to the Sustainable Development Goals. For this purpose, economic information and data on the SDG indicators of the 17 Brazilian coastal states and their respective coastal municipalities were collected. In addition, to identify this potential, sustainable development was measured by two parameters: total employed persons in the sector and production value of the respective economic activity in the state. As well as, territorial segregation was also considered, since the idea was to use different lenses of analysis gradually, that is, states, municipalities and coastal locations. The results indicate São Paulo as the best prepared state and closest to reaching the goals of the 2030 Agenda, with an average SDG above 80%, and it was noticed that the capitals of the coastal states had the highest participation values tourism sector in the state's Gross Domestic Product (GDP) and which have generated the largest number of jobs in the sector. In addition, there is also a clear economic and social divide in the geography of that Brazilian coastal states, mainly in the regional segregation, where the economic activities of the tourism sector in the North and Northeast regions had the worst performance in the indexes of potential sustainable development. The states of the Northeast only stand out in the economies of their respective capitals, generating a centrality in attracting resources and an economic dependence on other states. Regarding its contributions, this paper innovates by establishing a methodological path for building a model for measuring the potential sustainable development of regions. Therefore, the use of these data makes it possible to compare regions and to analyze the disproportionate way that sustainable development takes place in those areas that are borderline, but that have unequal socioeconomic configurations. It should also be noted that the construction of these vulnerability indicators may not only indicate regions with greater chances of development, but also allow the development of a regional development strategy and the development of policies in favor of strengthening national tourism policy in the region.

Keywords: Coastal areas; Socioeconomic factors; Sustainable development indicator; Sustainable tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Grandes acidentes ambientais ocorridos a partir da segunda metade do século XX	20
Figura 2 – Principais eventos internacionais ocorridos em prol do desenvolvimento sustentável	22
Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	24
Figura 4 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pertencentes à dimensão social ..	26
Figura 5 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pertencentes à dimensão ambiental	29
Figura 6 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pertencentes à dimensão econômica	32
Figura 7 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pertencentes à dimensão institucional	34
Figura 8 – Estatísticas de publicações a partir da base de dados Scopus (Elsevier); A. Produções científicas realizadas sobre Turismo Sustentável a partir de 1989; B. Produções Científicas realizadas sobre ODS-TS a partir de 2015.....	43
Figura 9 – Nível dos ODS mais associados ao Turismo Sustentável nas produções científicas analisadas; A. ODS por produções; B. Os 5 ODS mais associados ao Turismo Sustentável.....	44
Figura 10 – Estados e municípios litorâneos objetos de estudo.....	49
Figura 11 - Situação dos estados brasileiros. A. Média dos ODS por estado; B. Potencial total das atividades econômicas do setor de turismo do estado tornar-se sustentável pela ótica de Valor de Produção; C. Potencial total das atividades econômicas do setor de turismo do estado tornar-se sustentável pela ótica de Pessoal Ocupado.....	60
Figura 12 – Quantitativo dos municípios por estado. A. Média dos ODS nos municípios; B. Potencial total das atividades econômicas do setor de turismo do município tornar-se	

sustentável pela ótica de Valor de Produção; C. Potencial total das atividades econômicas do setor de turismo do município tornar-se sustentável pela ótica de Pessoal Ocupado. 69

Figura 13 - Panorama das atividades econômicas no município de Maranhão. A. Potencial desenvolvimento sustentável no litoral central (Golfo); B. Potencial desenvolvimento sustentável no litoral Oriental; C. Divisão geográfica do litoral do Maranhão..... 75

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Panorama dos periódicos que publicaram os artigos sobre ODS no contexto do Turismo Sustentável (ODS-TS), Número total de publicações da revista a partir de 2015, seu respectivo Fator de Impacto de 2019 (FI) e índice H.....	42
Tabela 2 - Ranking dos cinco estados brasileiros de maior nível de cumprimento dos ODS e seus respectivos cinco setores econômicos com maior nível de potencial desenvolvimento sustentável pelo parâmetro de valor de produção e pessoal ocupado	59
Tabela 3 - Estado brasileiro de menor nível de cumprimento dos ODS e seus respectivos cinco setores econômicos com maior nível de potencial desenvolvimento sustentável pelo parâmetro de valor de produção e pessoal ocupado	65
Tabela 3 - Estado brasileiro de menor nível de cumprimento dos ODS e seus respectivos cinco setores econômicos com maior nível de potencial desenvolvimento sustentável pelo parâmetro de valor de produção e pessoal ocupado	66
Tabela 4 - Ranking dos 25 municípios brasileiros quanto ao potencial desenvolvimento sustentável, levando em consideração os totais dos setores econômicos de turismo tanto pelo parâmetro de valor de produção quanto pessoal ocupado	68
Quadro 1 - O setor de turismo sob a ótica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	39
Quadro 2 - Esquematização da metodologia de pesquisa	46
Quadro 3 - Tipo de estabelecimentos achados no mapeamento realizado através de material cartográfico digital	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
APA	Área de Proteção Ambiental
BCB	Banco Central do Brasil
CADASTUR	Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no Setor de Turismo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIT	Central de Informação Turística
CMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNAE	Código Nacional de Atividades Econômicas
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAC	Sistema de Contas Nacionais
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DAP	Departamento de Áreas Protegidas
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
EIA	Energy Information Administration
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
IGF	Índice Global da Fome
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOA	Lei de Orçamento Anual
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPA	Plano Plurianual
PPM	Partes por Milhão
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo

RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RTI	Instituto de Turismo Responsável
SETUR	Secretaria de Turismo
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
STE	Tribunal Superior Eleitoral
TBL	Triple Bottom Line (Tripé da Sustentabilidade)
TURISRIO	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEZO	Fundação Centro Universitário da Zona Oeste do Rio de Janeiro
UNWTO	United Nations World Tourism Organization
WBG	World Bank Group
WGI	Worldwide Governance Indicators

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável	19
2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	24
2.2.1 ODS pertencentes à dimensão social e respectivo panorama no Brasil	25
2.2.2 ODS pertencentes à dimensão ambiental e respectivo panorama no Brasil.....	28
2.2.3 ODS pertencentes à dimensão econômica e respectivo panorama no Brasil	31
2.2.4 ODS pertencentes à dimensão institucional e seu respectivo panorama no Brasil	34
2.3 Turismo costeiro e desenvolvimento sustentável.....	37
2.3.1 Turismo e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	41
2.3.1.1 Procedimentos realizados na revisão sistêmica	41
2.3.1.2 Estudos dos ODS no contexto do Turismo Sustentável	42
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
3.1 Abordagem da pesquisa.....	46
3.2 Tipo e procedimentos de pesquisa	47
3.3 Área de estudo	48
3.4 Proposta de indicador de desenvolvimento sustentável.....	49
3.5 Estratégias de pesquisa	52
3.6 Análise de dados	54
3.6.1 Análise do potencial desenvolvimento sustentável com enfoque no rendimento	54
3.6.2 Análise do potencial desenvolvimento sustentável com enfoque no número de empreendimentos.....	56
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	59
4.1 Potencial desenvolvimento sustentável ao nível estadual.....	59
4.2 Potencial desenvolvimento sustentável ao nível municipal.....	68
4.3 Resultados da análise de potencial desenvolvimento sustentável pelo número de empreendimentos	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES	95

APÊNDICE A – LISTA DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS QUE TRABALHARAM OS CONSTRUTOS “TURISMO SUSTENTÁVEL” E “ODS” REVISADOS POR PARES E PUBLICADOS EM PERIÓDICOS A PARTIR DE 2015.	96
APÊNDICE B – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS ANALISADAS EM CADA ODS E RESPECTIVA ORGANIZAÇÃO A QUAL FOI EXTRAÍDA.....	97
APÊNDICE C – DIVISÕES, GRUPOS E CLASSES DE CNAE 2.0 REFERENTES ÀS ATIVIDADES DO SETOR DE TURISMO.....	103
APÊNDICE D – RANKING DOS ESTADOS BRASILEIROS DE MAIOR NÍVEL DE CUMPRIMENTO DOS ODS E SEUS RESPECTIVOS CINCO SETORES ECONÔMICOS COM MAIOR NÍVEL DE POTENCIAL DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PELO PARÂMETRO DE VALOR DE PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO.....	104

1 INTRODUÇÃO

As áreas costeiras são bastante visadas para a prática de atividades turísticas e de hotelaria, visto que essas regiões comportam recursos naturais e uma grande biodiversidade. Esses elementos são atrativos e determinantes na transformação da região em destino turístico (KLINGER et al., 2018; ASWITA et al., 2020; RIBEIRO et al., 2017; COSTA, 2015).

As cidades costeiras são economicamente atrativas em virtude do equilíbrio entre os seus principais elementos naturais: areia, sol e mar (CRISTIANO et al., 2018; FROTA; CABRINI; CARDOSO, 2019). Estes, atrelados a boas condições climáticas, fazem dessas áreas um espaço recreativo, relaxante e de boas oportunidades de renda (CRISTIANO et al., 2018; CARVALHO, 2018; COSTA, 2015). Ademais, Williams e Micallef (2009) explicam que os setores econômicos que exploram o espaço balneário devem se ocupar dos cuidados com cinco aspectos dessas áreas para atrair interessados: ambiente, lixo, segurança, instalações e qualidade da água. Sabendo disso, entende-se que o turismo costeiro causa mudanças nas relações socioespaciais, uma vez que essa atividade depende dos recursos naturais e sua exploração pode desfigurar as paisagens naturais (SILVA et al., 2018; RIBEIRO et al., 2017). Portanto, é imprescindível uma gestão sustentável na condução dessa atividade.

Conforme Drius et al. (2019), o turismo sustentável visa ao equilíbrio das necessidades sociais e de estima, requeridas pelos turistas, com as necessidades das comunidades locais e do meio ambiente. Isto é, o desenvolvimento sustentável no turismo compreende a autenticidade cultural, inclusão social, preservação do meio ambiente e qualidade dos serviços como alicerces da viabilidade econômica desse setor, em longo prazo (SILVA et al., 2018). Destarte, o desenvolvimento sustentável não deve ser visto como um componente à parte do setor de turismo, mas sim como uma condição do setor como um todo, de forma que suas atividades atreladas possam abraçar os princípios da sustentabilidade (UNWTO, 2013).

Entre os desafios para se chegar ao desenvolvimento sustentável no turismo, estão os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses objetivos globais (Apêndice B), estabelecidos no plano de ação da Agenda 2030, foram adotados pelas Nações Unidas, em 25 de setembro de 2015, e entraram em vigor em janeiro de 2016. Os ODS surgem como uma oportunidade para que todas as nações possam traçar metas realistas, visando ao bom uso dos recursos naturais e do capital ambiental (CHERRINGTON et al., 2020; LOPES, 2020; EUSTACHIO, 2017). Sendo assim, esses objetivos devem ser promovidos e implementados por todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento, servindo como mediadores para a

construção de ferramentas práticas em resposta a problemas sistêmicos e universais (ONU, 2015; MORDESON; MATHEW, 2020; ORME, 2018).

Os ODS são considerados como elementos excepcionais para o desenvolvimento sustentável do setor de turismo, e o progresso desses objetivos se dá pelo desenvolvimento apropriado de indicadores (Apêndice B) e estratégias de monitoramento (RASOOLIMANESH et al, 2020; EUSTACHIO, 2017). É importante salientar que o desenvolvimento dessas ferramentas para avaliar os ODS é uma tarefa árdua, uma vez que há a necessidade de transformar conceitos mais abstratos, como o turismo sustentável, em algo mais concreto e operacional (MANNING, 1999; NESTICÒ; MASELLI, 2020). Porém, os indicadores são ferramentas essenciais que podem auxiliar na tomada de decisão eficaz, uma vez que, através destes, é possível simplificar, agregar e esclarecer as informações disponíveis para os formuladores de políticas (KRISTJÁNSDÓTTIR; ÓLAFSDÓTTIR; RAGNARSDÓTTIR, 2018).

Mesmo que o uso de indicadores de sustentabilidade tenha sido promovido pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) há quase três décadas (em 1992), durante o plano de ação da Agenda 21 sobre desenvolvimento sustentável, e o conceito de desenvolvimento sustentável tenha ascendido alguns anos antes (1987), com o documento “Nosso futuro comum” elaborado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), estudiosos no assunto vêm aprofundando suas pesquisas à medida que novas conferências mundiais sobre o tema emergem e algumas necessidades surjam tempestivamente, a exemplo dos ODS (KRISTJÁNSDÓTTIR; ÓLAFSDÓTTIR; RAGNARSDÓTTIR, 2018; HÁK et al., 2018; LOPES, 2020; EUSTACHIO, 2017). Além disso, uma gama de estudos (e.g. GÖSSLING; HALL, 2019; RASOOLIMANESH et al., 2020) tem trabalhado o desenvolvimento sustentável no contexto do setor de turismo, associando estas atividades aos ODS. Porém, poucos estudos tentaram mensurar esses índices, como a pesquisa de Scott, Hall e Gössling (2019) em que compararam os resultados dos indicadores do ODS 13 (Mudanças Climáticas) ao crescimento econômico do turismo. Ou as pesquisas de Shevchenko et al. (2020), em que foram trabalhados os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), e Clark et al. (2019), que tratou dos ODS 13 (Mudanças Climáticas) e 15 (Vida Terrestre), no contexto do turismo.

Dito isso, percebe-se que os estudos encontrados não se propuseram a mensurar os ODS em conjunto e associaram esses resultados ao desenvolvimento do setor de turismo, na tentativa de avaliar o potencial nível de sustentabilidade do turismo em determinadas regiões costeiras. Sabe-se que os indicadores são entendidos como meios e não fins para se chegar ao

desenvolvimento sustentável, por isso a análise cruzada dos índices pode proporcionar resultados mais acurados (EZBAKHE, 2018; MACDONALD et al., 2018).

Ressalta-se a importância deste estudo, uma vez que esse ambiente costeiro das regiões tropicais, como o litoral brasileiro, possui uma série de excentricidades de ordem física, química, biológica, socioeconômica e cultura, as quais tornam essa região tão significativa para novos estudos. Estas áreas arenosas são tipicamente povoadas por comunidades biológicas de pequenos organismos e estruturadas por suas peculiaridades físico-químicas, desde a energia das ondas, ciclo das marés, salinidade do mar e nível de oxigênio dissolvido nos oceanos (MCLACHLAN; BROWN, 2006). Sabe-se também que as praias brasileiras tendem a fornecer bens e serviços socioeconômicos essenciais para as populações humanas (AMARAL et al., 2016; CARVALHO, 2018; RIBEIRO et al., 2017, 2020). Ademais, a zona costeira brasileira é uma extensa área territorial que compreende cerca de 7,3 mil km de extensão, conforme reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2019), considerando os recortes litorâneos (como baías e reentrâncias), distribuídos pelo litoral do Brasil em 17 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá). Por isso, muitas cidades costeiras têm em sua base econômica atividades intimamente relacionadas à exploração desse território (CÂMARA; SILVA; PINTO, 2020).

Destarte, tendo em vista a contextualização apresentada e a necessidade de se investigar o crescimento econômico sustentável no setor de turismo. Assim como, almejando expandir o estudo com o aumento da lente de análise dessas regiões, através do uso de mapeamento, de áreas com grande desenvolvimento econômico do setor de turismo, mas que se concentram em estado de menor potencial sustentável, formulou-se o seguinte questionamento: **Qual o potencial desenvolvimento sustentável do turismo costeiro no Brasil?**

Diante do exposto, o presente estudo visa **identificar o potencial desenvolvimento sustentável do turismo costeiro no Brasil**. Para tanto, a fim de alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- i.* Mensurar um índice para cada ODS relacionado ao setor de turismo a partir das informações extraídas dos estados litorâneos brasileiros;
- ii.* Analisar as informações econômicas geradas pelo setor de turismo nos respectivos estados litorâneos;
- iii.* Comparar o desempenho dos estados litorâneos, quanto aos indicadores de ODS, com seus respectivos investimentos econômicos no setor de turismo;

- iv. Verificar, a partir dessas informações, o potencial desenvolvimento sustentável das atividades econômicas relacionadas ao setor de turismo nos respectivos estados litorâneos;
- v. Examinar as áreas de maior concentração de atividades do setor de turismo no estado com menor potencial desenvolvimento sustentável.

Por fim, ressalta-se que além desta Introdução, esta dissertação é composta de: Referencial Teórico, em que se realizou uma apreciação crítica do seu conteúdo e uma revisão sistêmica do tema; Metodologia, em que são apresentados e justificados a abordagem, a tipologia e o objeto de pesquisa, depois a área de estudo e as técnicas de análise utilizada; além da análise dos Resultados, Discussões e posterior Considerações Finais. Por fim, nos elementos pós-textuais, seguem as Referências e os Apêndices, o qual inclui a lista de produções científicas analisadas na revisão sistêmica e análise conceitual realizada, como também o quadro de descrição das variáveis analisadas em cada ODS e um quadro descritivo das divisões, grupos e classes de CNAE 2.0 referentes às atividades do setor de turismo analisadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Destina-se a apresentar, este capítulo, a base teórica norteadora do estudo, cuja primeira parte discorre sobre a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável; na segunda, apresentam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecendo o surgimento, conceitos e panorama brasileiro nas metas; na terceira e última parte, explorar-se-á a relação entre Turismo Sustentável e os ODS, por meio de uma revisão sistêmica e análise conceitual das principais pesquisas desenvolvidas nessas áreas, discorrendo sobre os principais ODS vinculados a este setor.

2.1 Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável

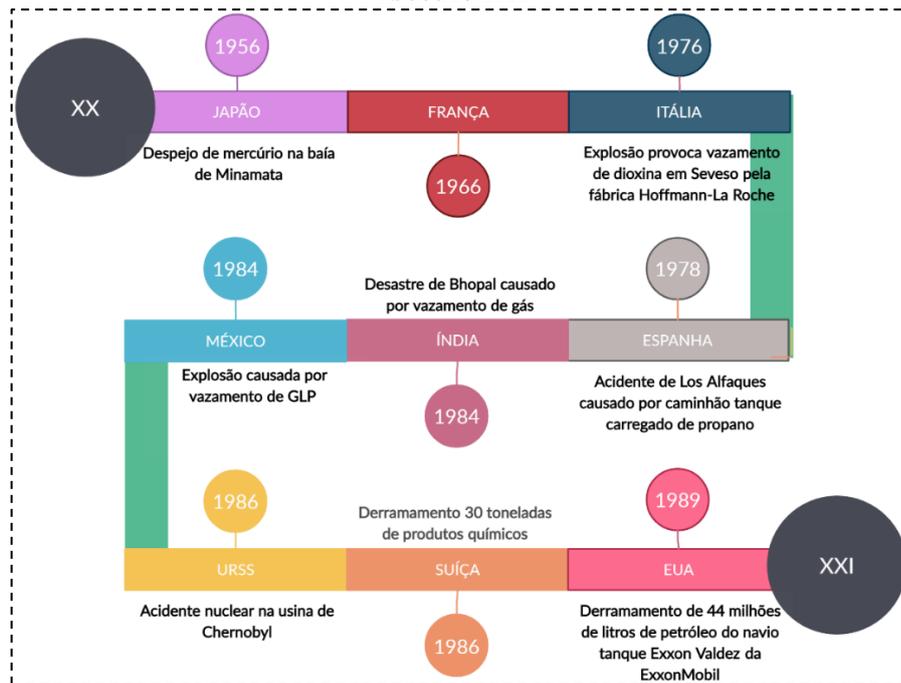
O desenvolvimento sustentável tem um duplo papel: a) atender às necessidades do presente (fase de preocupação com as gerações atuais); e b) não se exceder ao ponto de desequilibrar os recursos futuros (fase de comprometimento com as gerações futuras) (BRUNDTLAND, 1991). Sendo assim, o desenvolvimento econômico, ordem natural em qualquer sociedade, deve ser alcançado para satisfazer as necessidades e aspirações humanas, sem, contudo, perder-se do contexto social e político onde está inserido (BRUNDTLAND, 1991). Nas palavras de Sachs (2004):

O desenvolvimento é um conceito multidimensional: os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica). Ele contém uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade diacrônica com as gerações futuras); o crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental [...]. (SACHS, 2004, p. 71).

A discussão quanto ao desenvolvimento sustentável das cidades ascendeu em meados do século XX, em decorrência dos relatórios do Clube de Roma, entre estes *Os Limites do Crescimento* (NEURATH, 2017). O relatório, realizado por um conjunto de técnicos e cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), modelou as consequências do crescimento rápido, ressaltando que a combinação de fatores, como a poluição, degradação do meio ambiente, esgotamento de fontes não renováveis, atrelados ao crescimento econômico insustentável e aumento da população, resultaria em um colapso econômico e demográfico (BERGH, 2017). O debate é consequência das articulações políticas e envolve uma série de atores, cujos interesses em partes convergem e em partes conflitam, quanto à produção de um modelo de desenvolvimento global (ACSELRAD, 1999).

A princípio, os avisos científicos sobre os caminhos insustentáveis que a sociedade tomara, até então, foram amplamente discutidos; porém, devido à base teórica abstrata e a ausência de dados quantitativos, a base científica perdia notoriedade entre os economistas e políticos (DITTMAR, 2014). Contudo, o conceito de desenvolvimento sustentável amadureceu a partir dos movimentos sociais organizados, os quais tiveram grande destaque nos Estados Unidos. Assim, na segunda metade do século XX, enraizados pelos movimentos de Direitos Civis, ganharam notoriedade as campanhas de base em favor da justiça ambiental, lideradas por ativistas (SCHEIDEL et al., 2018). Complementar a esses movimentos, no mesmo período, fez-se notar também pela sociedade o grande número de acidentes ambientais, os quais emergiram como um alerta à degradação do meio ambiente (DIAS, 2011). A linha do tempo desse período pode ser contemplada na Figura 1.

Figura 1 – Grandes acidentes ambientais ocorridos a partir da segunda metade do século XX



Fonte: Adaptado de Dias (2011)

Esses desdobramentos históricos e o crescente embate entre crescimento econômico e meio ambiente foram os primeiros impulsos necessários para que a ONU se comprometesse a realizar eventos de proporções globais para discutir estas questões. Entre eles, a Conferência de Estocolmo (1972), entendida como o primeiro grande evento que reunia os chefes de estado de 113 nações, representantes de 19 organizações internacionais (KEONG et al., 2018). Na reunião, a ideia era discutir os efeitos da deterioração do meio ambiente como um todo.

Posteriormente, os eventos foram se especializando e dando enfoque a dilemas recorrentes como a Conferência das Nações Unidas sobre a Água (1977), Combate à Desertificação (1977) e Mudanças Climáticas (1978). Além desses, há eventos simultâneos ou subsequentes que devem ser destacados, como a realização da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres (1973), Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição pelos Navios (1974), Conferência Alimentar Mundial (1976), Convenção sobre a Proteção da Natureza do Pacífico Sul (1977) e Convenção sobre a Conservação das Espécies Migrantes Pertencentes à Fauna Selvagem (1980) (DIAS, 2011).

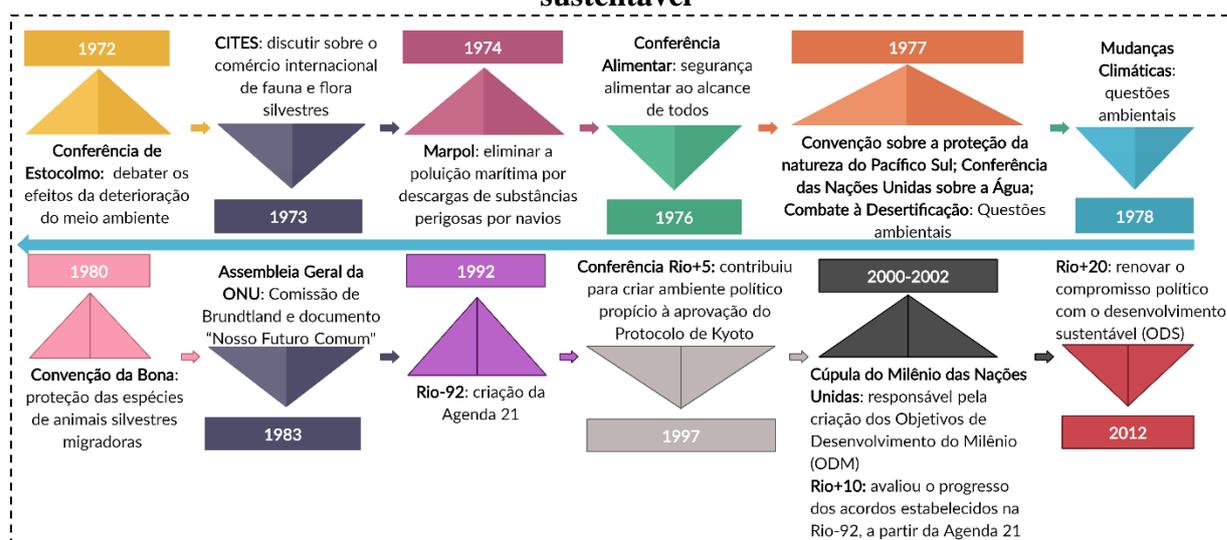
Outro momento marcante na evolução da ideia do desenvolvimento sustentável foi a realização da Assembleia Geral da ONU de 1983, responsável pela criação Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland. Como incumbência, a Comissão tinha o papel de promover a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento entre as nações (TAYRA, 2007). Entre seus feitos, desenvolveu o documento “Nosso Futuro Comum”, o qual é responsável por popularizar o conceito de desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES, 1997).

Dando um passo além, no período que se segue, compelido por grandes acidentes ambientais como o da usina nuclear de Chernobyl e no intuito de discutir e dar sequência às discussões propostas no Relatório Brundtland, a ONU organizou a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, chamada de Rio-92 ou ECO-92 (SEIFFERT, 2014). A conferência teve como avanços a criação da Agenda 21, a qual consiste num plano de ação para o desenvolvimento sustentável e empoderamento social para as próximas décadas (XAVIER; JACOBI; TURRA, 2019). Essa Conferência e seus desdobramentos foram medidas, até então, mais importantes adotadas para promover o diálogo entre as nações sobre o impacto humano na natureza e o comprometimento das gerações futuras (OTTO-ZIMMERMANN, 1994). Ressalta-se que conferências posteriores ainda deram sequência no acompanhamento deste relatório, a saber: Conferência Rio+5 (1997); Cúpula do Milênio das Nações Unidas (2000), a qual é responsável pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM); e o evento Rio+10 (2002), realizado em Johannesburgo, África do Sul (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997; STEINER, 2003).

Cinco anos após a realização da ECO-92, alguns agravantes da evolução do desenvolvimento sustentável devem ser comentados. A população mundial saltou de 5,5 bilhões (1992) para 7 bilhões (2012), o consumo anual de energia total no mundo quase dobrou e o CO₂, presente na atmosfera, que tinha um crescimento de 1,5 ppm ao ano, em 1992, agora (2020) se estima que tem um crescimento anual de 2,75 ppm (DITTMAR, 2014; ATLAS

GLOBAL DE CARBONO, 2020). Sendo assim, visando renovar os compromissos assumidos há duas décadas e discutir os resultados alcançados e os objetivos não cumpridos, realizou-se em 2012 a conferência Rio+20 (SEIFFERT, 2014). Esta conferência, realizada pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, tinha entre suas missões constituir um plano de ação ao nível global para lidar com os problemas sistêmicos da humanidade que desafiavam o avanço do desenvolvimento sustentável (CANELLAS, 2020; XAVIER; JACOBI; TURRA, 2019; GRIGGS et al., 2013). Eram criados, assim, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constituídos pela Agenda 2030. A seguir, pode-se observar uma linha do tempo dos principais eventos realizados em prol do desenvolvimento sustentável durante as últimas décadas.

Figura 2 – Principais eventos internacionais ocorridos em prol do desenvolvimento sustentável



Fonte: Adaptado de Dias (2011), Seiffert (2014), Cordani, Marcovitch e Salati (1997) e Steiner (2003)

Portanto, atendo-se à evolução do desenvolvimento sustentável, esse compromisso tem sido uma meta acordada entre os países ao longo das últimas décadas. Essa aspiração coletiva é uma necessidade real e que se deve dar de forma tempestiva, uma vez que os recursos do planeta são finitos, e atender às necessidades presentes de forma insustentável podem comprometer a capacidade de usufruto pelas gerações futuras (IWUOHA; JUDE-IWUOHA, 2020).

Ademais, é notório que o fulcro para a difusão do desenvolvimento sustentável em nível global é devida à promoção de seu conceito a partir do Relatório Brundtland, e o seu progresso está associado à evolução do assunto nos eventos internacionais e da cooperação entre as comunidades locais e globais (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012). Porém, resalta-

se que ainda há um grande desafio na implementação desse conceito seja por barreiras sociais que cada nação enfrenta, seja por necessidades tecnológicas, econômicas ou ambientais. Nesse contexto, surgem ferramentas como os ODS, que apresentam um novo tipo de governança de caráter global, estabelecendo metas como estratégias de governança central, inclusive atendendo a barreiras críticas, como a capacidade institucional, objeto do ODS 17, e estabelecendo indicadores para operacionalizar os conceitos apresentados nos respectivos objetivos (RASOOLIMANESH et al, 2020).

2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O ano de 2012 foi marcado pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, a menos de três anos para o término do prazo máximo de vigência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Discutia-se, então, sobre o alcance das metas estabelecidas nestes objetivos e os desafios subsequentes para avançar no desenvolvimento sustentável das nações (GRIGGS et al., 2013).

Os ODM (Figura 3), estabelecidos em oito objetivos, marcam um movimento histórico e eficaz de mobilização global para alcançar um conjunto de prioridades sociais, econômicas e ambientais em todo o mundo (SACHS, 2012). Os oito objetivos (Figura 3) reuniam compromissos mínimos para promoção de estratégias em combate a dilemas como a fome, pobreza, crescimento econômico insustentável, doenças transmissíveis, desigualdade entre gêneros e analfabetismo (IPEA, 2014). O empacotamento dessas prioridades, reunidas em oito objetivos mensuráveis e limitados no tempo, permitiu a promoção da consciência global em relação às responsabilidades socioambientais e o exercício das nações quanto à constituição de métricas em prol do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2012). Porém, entre suas limitações, esses objetivos tinham metas voltadas, em sua maioria, para os países em desenvolvimento, sendo estes assistidos pelos países desenvolvidos através de financiamentos e fornecimento de tecnologias (FUKUDA-PARR, 2016).

Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)



Fonte: IPEA (2014)

Portanto, surgem os ODS como reforço das metas anteriormente estabelecidas, avançando sobre novos temas, o que permitiu endossar por mais 15 anos (até 2030) uma nova

rodada de objetivos (SACHS, 2012). O primeiro ponto em que diferem os ODM dos ODS é a quantidade de metas que saltaram de 18 para 169; mas existem outros propósitos, concepções e processos políticos que conduziram os ODS a um percurso diferente em sua elaboração, entre eles, a construção de uma agenda mais universal, garantindo objetivos que alcancem todas as nações (FUKUDA-PARR, 2016; ORME, 2018). Assim, em vez de pensar nas ações que os países ricos poderiam fazer para melhorar o desempenho dos países mais pobres, agora a ideia é saber o que todas as nações em conjunto poderiam realizar para atingir um bem-estar global desta e das futuras gerações (SACHS, 2012).

Nesse contexto, alguns estudos têm levado em consideração as constatações de Cook et al. (2019), os quais propõem a organização dos ODS dentro dos três pilares de apoio à sustentabilidade, conforme mostra o conceito do *Triple Bottom Line* (TBL), ou Tripé da sustentabilidade, proposto por Elkington (1997), a qual compreende as dimensões econômica, social e ambiental, adicionando a esse modelo um quarto eixo associado ao regime de parcerias, isto é, obtendo-se um modelo com quatro dimensões: social, ambiental, econômica e institucional. Canellas (2020) adota ainda um enfoque em cinco pilares de importância crítica, incluindo, além dos citados, a paz. Portanto, nas subseções a seguir, analisar-se-ão os ODS em cada uma dessas dimensões.

2.2.1 ODS pertencentes à dimensão social e respectivo panorama no Brasil

A dimensão social promove as camadas de homogeneidade, seja por distribuição de renda, seja por emprego pleno, preservação da dignidade humana, melhor qualidade de vida, igualdade de recursos, ou justiça social (SACHS, 2002). Dessa forma, esta dimensão envolve a categorização dos seguintes objetivos (Figura 3): ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) (COOK et al., 2019).

Figura 4 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pertencentes à dimensão social



Fonte: elaborado pelo autor.

Com relação aos aspectos relacionados ao ODS 1, conforme o *World Bank Group* (WBG, 2019), o Brasil tem o oitavo maior Produto Interno Bruto nominal (PIB) do mundo, sendo o primeiro na América Latina. No entanto, ainda há no país um grande desnível social, visto que 25,3% da população total ainda está vivendo abaixo da linha de pobreza, dado este que deve ser agravado devido à pandemia COVID-19, em que estimam que mais de 500 milhões de pessoas voltem à linha da pobreza ao redor do mundo (PNAD, 2018; ONU, 2020). Estas condições são acentuadas perante os grupos de idade, em que 42,9% das crianças de até 5 anos estão nessa condição (PNAD, 2018). De acordo com o último relatório de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estima-se que mais de 71 milhões de pessoas sejam rebaixadas a linha de pobreza extrema em todo o mundo, devido à pandemia COVID-19, fazendo assim com que as metas de erradicação da pobreza sejam comprometidas (ONU, 2020). Moyer e Hedden (2020) mostram que pelo menos 28 países não atingirão nenhum dos indicadores de ODS analisados, até 2030, tendo estas nações como características em comum a desigualdade social, os baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e um padrão de desenvolvimento industrial precário. Por isso, o Brasil, como um país em desenvolvimento, corre riscos de viver em um cenário não muito distante dessa realidade mundial.

A fome, objeto do ODS 2, é um propósito também preocupante no país. De acordo com o Índice Global da Fome (IGF, 2019), indicador multidimensional, o qual avalia o estado de fome dos países anualmente, o Brasil tem um baixo índice de fome (5,3), o que o coloca entre os 18 países qualificados com menores índices. Porém, um estudo (FAO, 2020a), mais recente, indica que apesar de o país, desde 2014, ter saído do mapa mundial da fome, a curva da desnutrição voltou a crescer, saltando de 37,5 milhões de pessoas para 43,1 milhões em

situação de insegurança alimentar. Esses resultados vão ao encontro da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a qual apontou um aumento de 3 milhões de pessoas sem acesso regular à alimentação básica nos últimos cinco anos, conforme levantamento realizado de 2017 a 2018 (IBGE, 2018a). Dessa forma, sabendo que o processo que conduz o ODS 3, assim como os demais objetivos, envolve uma série de atores (governo, academia, organizações privadas e sociedade civil), então a concretização deste ODS requer um esforço coletivo dessas partes interessadas no sentido de aprofundar a sua discussão e provocar mudanças de paradigma nos modelos de desenvolvimento brasileiro (SILVA et al., 2019).

Quanto ao desempenho das cidades brasileiras na gestão da saúde (ODS 3), estão entre suas metas a redução da mortalidade infantil, a qual já vinha acontecendo, considerando o período de 1990 a 2015 (marco inicial da Agenda 2030) (FRANÇA et al., 2017). Além disso, nesse mesmo período, houve uma redução brusca no número de incidência de doenças transmissíveis, número de óbitos maternos, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crônicas; porém, as doenças não transmissíveis se elevaram em todo o país (MALTA et al., 2017). Ademais, dados preliminares recentes (setembro/2020) do Ministério da Saúde apontam uma queda na cobertura de vacinação, que em 2019 foi de 72,31% e, atualmente, é de 49,78% (DATASUS, 2020a). Os resultados ainda podem sofrer mudanças, uma vez que os estados têm até final de setembro para declarar seus dados, mas essa prévia das informações já é preocupante. Ressalta-se que, na maioria das campanhas de vacinação do país, a meta de cobertura indicada é de 90 a 95% (DATASUS, 2020b).

O ODS 4, educação de qualidade, ainda carece de melhorias no Brasil. O analfabetismo ainda persiste, passando dos 11 milhões de pessoas (6,6% do total da população) as quais têm 15 anos ou mais anos e estão nessa condição (IBGE, 2019a). Além disso, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais com o ensino médio completo, em 2019, foi de apenas 27,4% (IBGE, 2019a). Ademais, na rede pública e privada do ensino médio, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), numa escala de 0 a 10, foi abaixo do esperado, alcançando um índice de 3,9 (rede pública) e 6 (rede privada), o que os colocam bem abaixo da meta do ano de 2019 que era de 4,7 e 6,8 respectivamente (INEP, 2019).

Na igualdade de gênero, cerne do ODS 5, algumas considerações precisam ser feitas. No mundo, o gênero feminino ainda sofre com a desigualdade em várias esferas, seja na educação, política, economia ou social (GUNAWAN; PERMATASARI; TILT, 2020). Nesse contexto, no Brasil, o desenvolvimento da compreensão de gênero ainda não acompanhou o crescimento da população, em que mais da metade (51%) é representada por mulheres (IBGE, 2020a). De encontro a essas informações, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (PNAD) revelam uma taxa de escolaridade entre os homens (27,8%) maior que o grupo de mulheres (26,2%), assim como o número de pessoas com 14 anos ou mais de idade que têm alguma ocupação também é maior entre os homens, (56,3%) frente aos 43,6% do grupo de mulheres (IBGE, 2019a). Além disso, quanto maior o nível de escolaridade, mais desigual é o rendimento salarial entre os sexos, em que homens em média têm um salário de quase 31% a mais que as mulheres (IBGE, 2019a). Portanto, esse fato reforça os moldes estabelecidos de que a seleção do tipo de trabalho se baseia no gênero, visto que o gênero feminino é estereotipado como mais frágil, passível e dependente, permitindo assim que cargos mais altos, como de gerência ou tomadores de decisões, sejam dados naturalmente aos homens (GUNAWAN; PERMATASARI; TILT, 2020).

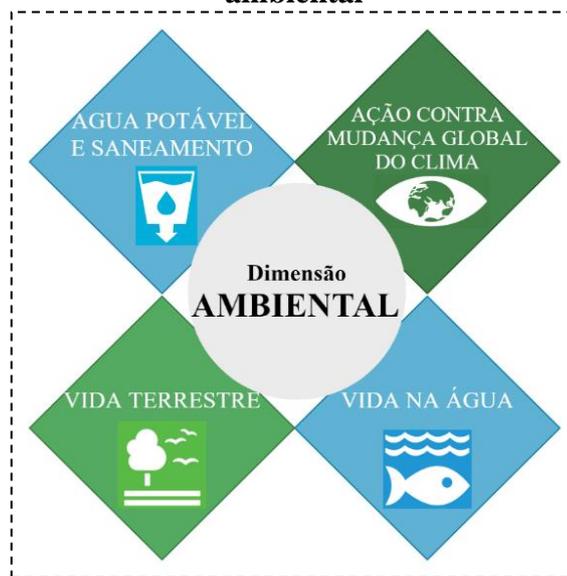
Finalmente, último objetivo categorizado na dimensão social, o ODS 11 reclama por desenvolvimento sustentável nas cidades e comunidades (ONU, 2015). Para analisar este objetivo, primeiro salienta-se a proporção de residências particulares ocupadas em aglomerados subnormais, os quais compreendem os domicílios em que os proprietários não têm o título que comprove a propriedade, assim como se concentram em regiões irregulares ou regiões sem acesso a serviços essenciais (água encanada, esgotamento sanitário, energia elétrica, coleta de lixo, etc.) (CENSO, 2010). No Brasil, a proporção de domicílios particulares localizados em áreas de aglomerados subnormais é de 7,8%, e essa participação é pior nas regiões Norte e Nordeste, cujos percentuais chegam a 18,9% e 8,6%, respectivamente (IBGE, 2019b). Essa situação só reforça a desigualdade socioespacial do país, sendo mais uma vez constatada nessas duas regiões. Ademais, no país, cerca de 2.822 municípios registraram níveis de alagamento ou processo erosivo acelerado nos últimos quatro anos (MUNIC, 2017). Essas informações atreladas aos dados das áreas com grande concentração de setores classificados como aglomerados subnormais desafiam a sobrevivência das comunidades que vivem nessas localidades, revelando também uma fragilidade dos assentamentos humanos, que, de um lado, provocam as condições naturais da topografia urbana e, de outro, revelam a falta de regulação do uso e ocupação do solo urbano (SP, 2019).

2.2.2 ODS pertencentes à dimensão ambiental e respectivo panorama no Brasil

Na segunda dimensão analisada por Cook et al. (2019), dimensão ambiental, foram categorizados os objetivos (Figura 4): ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 13 (Ação Contra Mudança Global do Clima), ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre) (COOK et al., 2019). O argumento que sustenta a dimensão ambiental se baseia nas limitações dos

recursos naturais e no respeito à capacidade de regeneração do ecossistema (SACHS, 2002). Conforme Elkington (1997), as organizações têm um papel fundamental nesse aspecto, uma vez que estas precisam gerir seu processo produtivo, da aquisição da matéria-prima ao descarte do produto, de forma responsável, visando à preservação do capital natural não renovável.

Figura 5 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pertencentes à dimensão ambiental



Fonte: elaborado pelo autor.

Com relação aos aspectos do primeiro objetivo da dimensão ambiental, ODS 6, o Brasil carece de uma maior cobertura do abastecimento de água (atualmente é de 83,6%) para alcançar a meta de acesso universal e equitativo à água potável (SNIS, 2018; ONU, 2015, 2020). Além disso, há uma desigualdade no acesso a água quando comparadas suas regiões e cidades, uma vez que o Norte e o Nordeste do país têm índices abaixo de 75% do atendimento total de sua população, e 296 cidades, espalhadas por todo o Brasil, têm um atendimento abaixo de 80%, chegando o índice, em 147 dessas cidades, a menos de 40% de atendimento (SNIS, 2018). Esta divergência entre as regiões pode ser explicada pelas segmentações e segregações socioespaciais que, historicamente, marcaram todo o território do Brasil, sendo estes processos atrelados aos aspectos históricos, econômicos, políticos, culturais e sociais (NAHAS et al., 2019). Ademais, os índices pioram quanto ao atendimento total com rede de esgoto, cuja média do país em 2018 é de 53,2%, tendo 249 cidades com uma faixa de atendimento de 20% a 40%, enquanto 324 estão com índices abaixo de 20% (SNIS, 2018). Ressalta-se que a governança da água no Brasil é desenhada em disposições constitucionais, as quais envolvem uma série de atores, entre eles as esferas governamentais (União, Estados e Municípios), o Ministério

Público, o setor privado e os diversos setores da sociedade civil (SEIXAS et al., 2020). Sendo assim, tem-se notado um embargo no arranjo desses atores quanto à articulação das políticas públicas em prol do gerenciamento dos recursos hídricos, o que vem dificultando o avanço das metas estabelecidas no ODS 6 (PAGNOCCHESCHI, 2016). A mais recente legislação, a qual versa sobre a universalização desses serviços, cobra um papel maior dos municípios, estipulando que as prefeituras aprimorem as condições de distribuição de água e saneamento básico até 2033 (BRASIL, 2020). Sendo assim, as prefeituras deverão adequar as legislações municipais às exigências da respectiva lei, com a inclusão de consórcios na prestação de serviço, aderir às agências reguladoras e atuar em medidas de controle.

O segundo objetivo da dimensão ambiental, ODS 13, é responsável pelos indicadores relacionados às mudanças climáticas. No contexto do Brasil, algumas considerações precisam ser feitas. Segundo o Atlas Global de Carbono (2020), o país é o quarto maior emissor de gases na atmosfera pela queima de combustíveis fósseis do continente americano e está entre os 15 maiores emissores do mundo, com uma emissão de 457 MtCO₂, em 2018. Para mudar esse quadro, é necessária uma rede de apoio entre as esferas municipal, estadual e federal, assim como a constituição e concretização de legislações ou instrumentos de gestão ambiental em prol da atenuação das mudanças climáticas (LECK; SIMON, 2013). Conforme dados da Munic (2017), 55,2% dos municípios brasileiros não adotam legislações sobre poluição do ar, e 75% não têm legislação sobre mitigação de mudança do clima. Portanto, a ausência de políticas públicas nesse campo configura uma séria ameaça ao desempenho do país quanto às metas do ODS 13.

O ODS 14 traz para o debate a preocupação com a situação dos oceanos, mares, assim como os recursos marinhos e costeiros. O Brasil tem uma extensa área territorial que compreende cerca de 8,5 mil km² (MMA, 2019), cujo litoral é banhado pelo Oceano Atlântico; por isso, é imprescindível a dedicação a esse objetivo. Sabe-se que as mudanças climáticas têm aumentado a frequência e magnitude de eventos climáticos extremos nos trópicos, e essas condições atreladas aos distúrbios provocados por comunidades locais vêm trazendo consequências ecológicas negativas sem precedentes para as florestas tropicais e recifes de coral, como é o caso do Brasil (FRANÇA et al., 2020). Uma ameaça recente ao litoral brasileiro foi o derramamento de óleo ocorrido em meados de setembro de 2019. O incidente espalhou-se por mais de 3 mil km, atingindo cerca de mil localidades e provocando a morte de mais de 100 espécies marinhas (IBAMA, 2020; RIBEIRO et al., 2020). Num desastre como o derramamento de óleo, é importante agir com rapidez e, inicialmente, adotar medidas de curto prazo como a construção de barreiras flutuantes para impedir a dissipação do petróleo bruto

(GRUBESIC; WEI; NELSON, 2017). Contudo, as ações do governo foram ineficazes e tomadas tardiamente. Agravando-se assim o cenário de emergência social, econômico e ambiental, e sendo este um exemplo de risco ao comprometimento da evolução das metas estabelecidas no respectivo ODS.

No que tange ao ODS 15, este objetivo tem como cerne os ecossistemas terrestres, englobando toda sua biodiversidade (ONU, 2015). O Brasil é bastante diverso em seus ecossistemas; entre eles, vale destacar a Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Mata dos Cocais, Pantanal, Mangue e Pampas. O país é o segundo com mais áreas florestais do mundo, com cerca de 497 milhões de hectares, perdendo apenas para a Rússia (FAO, 2020b). Por isso, o cumprimento desse objetivo sustentável é primordial para conservação desses ricos espaços biológicos. Contudo, as decisões políticas estão indo de encontro à preservação desses ambientes. Entre as medidas desastrosas das políticas ambientais adotadas estão o enfraquecimento das fiscalizações de combate ao desmatamento e a flexibilização e revisão das Unidades de Conservação (SEIXAS et al., 2020). Além disso, o atual governo tem diminuído a participação da sociedade nas decisões de políticas ambientais. A saber, comunidades científicas foram excluídas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a sociedade civil também perdeu espaço no colegiado e o monitoramento a persecução das metas dos ODS no Plano Plurianual de 2020 a 2023 sofreu veto pela Presidência (SEIXAS et al., 2020). As consequências já podem ser sentidas, uma vez que, no *ranking* de perda líquida média anual de área florestal entre os anos de 2010 a 2020, o Brasil é o primeiro colocado (FAO, 2020b).

2.2.3 ODS pertencentes à dimensão econômica e respectivo panorama no Brasil

A dimensão econômica é de suma importância para o equilíbrio do tripé da sustentabilidade. Por isso, sugere-se um desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, cuja eficiência se dá pelo nível de produção e de consumo, considerando a não agressão aos recursos naturais (SACHS, 2002). Nessa dimensão, encontram-se os seguintes objetivos (Figura 5): ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsável) (COOK et al., 2019).

Figura 6 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pertencentes à dimensão econômica



Fonte: elaborado pelo autor.

O Brasil apresenta um avanço importante quanto à gestão de energias renováveis, objeto do ODS 7. Só em 2018, 82,9% do total de energia gerada no país era renovável, porém apenas 11,3% dessa energia renovável gerada não era de origem das usinas hidrelétricas (EIA, 2018). Ressalta-se que a energia hidrelétrica é considerada renovável, mas também é responsável por impactos socioambientais negativos às comunidades locais (NERES et al, 2017). Além disso, mesmo com esse avanço na geração de energias renováveis, mais de 2 milhões de pessoas ainda permanecem sem acesso à eletricidade, concentrada a maioria em áreas da região Norte e Nordeste (47%) do país (IBGE, 2015). Estes resultados devem ser considerados nas metas de acesso universal e equitativo à eletricidade.

Em “Trabalho Decente e Crescimento Econômico”, oitavo ODS, o desempenho do Brasil vem piorando nos últimos anos. O país tem uma taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos de 28,5%, o que o coloca entre os 40 países com piores desempenhos em 2020, sendo o 1º colocado na América do Sul (WORLD FACTBOOK, 2020). Dados da PNAD (IBGE, 2019a) reforçam estas estatísticas, uma vez que a taxa de desemprego ficou em 13,8% no segundo trimestre 2020. Ademais, o Brasil ainda precisa lidar com a questão do trabalho infantil, visto que mais de 1,8 milhões de indivíduos na faixa de 5 a 17 anos trabalhavam no Brasil, em 2016, sendo aproximadamente 800 mil dessas vagas de emprego não formalizadas (IBGE, 2016).

No que tange ao ODS 10, é de conhecimento geral que a desigualdade social é um problema característico do Brasil. O país ocupa a 79ª posição do *ranking* de desenvolvimento de 189 países (PNUD, 2019). Dado este reforçado por pesquisas domiciliares no país, as quais constataram que os 10% da população mais rica concentraram 55% da renda total do país em

2015 (IBGE, 2015; NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019). Sabe-se também que a desigualdade está presente não só na estrutura da renda, como também é observada no estado de saúde, acesso à educação, empregabilidade, segurança social, disponibilidade hídrica e gestão de alimentos (HOSSEN; KHONDKER, 2020; OLIVEIRA; WITTMANN, 2010). Ressalta-se que a alta desigualdade social e econômica, no Brasil, é percebida claramente entre suas divisões geográficas (AHMED et al., 2020; HADDAD; PORSSE; RABAHY, 2013), e diante de uma crise mundial vivida em 2020 devida à pandemia COVID-19, espera-se, no pior dos cenários, o retrocesso das metas estabelecidas nos ODS. Alguns estudos (e.g. IWUOHA; JUDE-IWUOHA, 2020) já apontam um crescimento da desigualdade entre e dentro de países. Sendo assim, a população mais vulnerável, que vive sob condições mínimas de higiene, com uma renda básica e condições de saúde precárias, conseqüentemente está sujeita a maiores riscos (IWUOHA; JUDE-IWUOHA, 2020).

O nono ODS salvaguarda o desenvolvimento das indústrias, melhorias na infraestrutura das comunidades e gestão da inovação. Conforme dados da Pesquisa de Rodovias da Confederação Nacional do Transporte (CNT, 2019), o estado geral das rodovias por todo o Brasil piorou no último ano, uma vez que 26.570 km da malha rodoviária pavimentada (24,4% do total) estão em condições ruins ou péssimas. Além disso, nas estradas houve um aumento dos pontos críticos, entendidos como empecilhos ao longo da via, que podem gerar riscos de acidentes. Esses pontos saltaram de 454 para 797, resultando num crescimento de 75% (CNT, 2019). Ademais, o número de empresas do tipo Indústrias de Transformação sofreu uma queda de 1,2% no faturamento, entre os anos de 2017 e 2018, à medida que os custos e despesas total aumentaram em 14,3% (IBGE, 2018b). Deve-se também se ater aos resultados de propriedade intelectual no país ao longo dos últimos cinco anos. Segundo o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI, 2018), o número de depósitos de pedidos de patentes de invenção e modelos de utilidades caiu de 33.075, em 2014, para 27.444, em 2018. Esses resultados se revelam prejudiciais ao desenvolvimento da indústria e da inovação, que está entre as metas e indicadores do ODS 9.

Finalmente, analisa-se o ODS 12. Este objetivo é de suma importância ao desenvolvimento da indústria por trazer ciclos de vida da produção ao consumo, assim como dos produtores aos consumidores (GUNAWAN; PERMATASARI; TILT, 2020). Para analisar a conjuntura do Brasil quanto ao consumo e produção responsável, algumas informações serviram de *proxy*. Ao todo, 74% dos municípios do país possuem Conselho Municipal de Meio Ambiente; porém, apenas 38% destes dispõem de recursos financeiros específicos para uso no desenvolvimento de suas ações relativas ao meio ambiente (MUNIC, 2017). A pesquisa aponta

também que apenas 50% dos municípios brasileiros têm um Fundo Municipal de Meio Ambiente, assim como menos da metade (42%) dos municípios possuem alguma Legislação ou instrumento de gestão ambiental sobre coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos (MUNIC, 2017). Atendo-se a esta última informação, em 2018, a média de resíduos sólidos urbanos gerados por pessoa foi de 380 kg/ano, sendo 40,5% desses resíduos ainda despejados em locais inadequados, como lixões ou aterros controlados (ABRELPE, 2019). Por isso, percebe-se a importância dessas regulamentações e políticas públicas em prol da gestão desses resíduos, uma vez que a geração de resíduos só cresce no país, mas a oferta da infraestrutura necessária para lidar com todo esse acúmulo não se desenvolve na mesma proporção.

2.2.4 ODS pertencentes à dimensão institucional e seu respectivo panorama no Brasil

A dimensão institucional lida com os mecanismos de ordem social, a fim de regular o comportamento coletivo. Nessa dimensão, tratar-se-á de questões relacionadas à capacidade institucional e coordenação das comunidades (COOK et al., 2019). Portanto, essa esfera irá englobar os seguintes objetivos (Figura 6): ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Figura 7 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pertencentes à dimensão institucional



Fonte: elaborado pelo autor.

O ODS 16, “Paz, Justiça e Instituições Fortes”, está relacionado ao controle social. Neste objetivo, foram usados como *proxy* os índices de transparência e nível de corrupção. No Brasil, o dilema da corrupção ainda é um problema cultural enraizado no cotidiano das pessoas desde o período colonial. O país ocupa a posição 141º no *ranking* de controle de corrupção mundial, isto é, entre 229 nações, seu índice é de 42,31, numa escala de 0 a 100 (WGI, 2019). Ressalta-se que quanto menor esse índice, mais pessoas estão fazendo uso do poder público para ganhos privados (WGI, 2019).

Zhang et al. (2019) observa que a corrupção é um problema global cuja redução é uma tarefa desafiadora, uma vez que o menor vestígio desta, severamente, mina a confiança do público nos governos e, conseqüentemente, afeta negativamente sua credibilidade. Portanto, deve-se ressaltar que a corrupção está presente não só em países em desenvolvimento, isto é, sua inerência está mais associada à ineficiência de governo (BREWER; CHOI; WALKER, 2007; MONTES; PASCHOAL, 2016). Sabendo disso, foram utilizados dados do nível de efetividade governamental, o qual avalia a qualidade dos serviços públicos, qualidade na implementação de políticas públicas e credibilidade do compromisso do governo na aplicação de tais políticas; e do nível de Estado de Direito, em que se analisa a confiança e cumprimento das regras da sociedade pelos seus agentes governamentais, assim como a qualidade na execução de contratos, direitos de propriedades, a eficiência das unidades de polícia e os tribunais, e a probabilidade de crimes e violência. Nesses indicadores, o Brasil ocupa a posição 138º e 130º, respectivamente (WGI, 2019).

Por fim, o ODS 17 é de suma importância para a eficácia no cumprimento das metas dos demais objetivos, uma vez que promove os meios de implementação e parcerias para concretização de todos os demais objetivos (ONU, 2015). O governo brasileiro mantém uma página na *web* a fim de avaliar o progresso das metas no país e esclarecer as informações a respeito de cada objetivo. O endereço da página da *web* é <<https://odsbrasil.gov.br/>>. Ressalta-se a importância desses recursos de monitoramento, dado que estas plataformas permitem aos formuladores de políticas públicas avaliar e identificar padrões de cumprimento dos ODS pelo país, servindo assim de indicativo e usufruto aos demais estados (GUNAWAN; PERMATASARI; TILT, 2020).

Portanto, essas iniciativas mostram que o Brasil começa a progredir na formação de parcerias e cumprimento dos ODS, mas uma longa batalha em prol desses objetivos ainda precisa ser travada. O último relatório publicado pela ONU (2020) é incisivo, demonstrando que o progresso mundial até agora tem sido abaixo do esperado. A instituição prega a solidariedade entre as nações e o controle social como possível solução, isto é, o desempenho

dos ODS está diretamente relacionado à mobilização internacional. Sendo assim, é necessária uma rede de apoio financeiro e técnico entre as comunidades ao redor do mundo para que estes objetivos não sejam deixados em segundo plano (BARBIER; BURGESS, 2020).

2.3 Turismo costeiro e desenvolvimento sustentável

Regiões estuarinas como as zonas costeiras costumam ser densamente povoadas. O Brasil possui uma extensão litorânea de 7,3 mil quilômetros, concentrando 279 cidades litorâneas, cuja população total, nesta faixa, ultrapassa 20 milhões de habitantes, isto é, 37,8% do total da população (IBGE, 2011, 2020a). Diante dessas considerações, estas são regiões criticamente suscetíveis a impactos (KANTAMANENI; GALLAGHER; DU, 2019).

Amaral et al. (2016) explicam que o espaço litorâneo é propício a atividades que representem boa fonte de renda, desde o desenvolvimento do turismo, da pesca, e da hotelaria, até o setor de alimentação. Este forte empenho de exploração de atividades econômicas atrelado aos elementos que compõem este tipo de região, desde as constantes modificações do litoral – o qual depende das alterações climáticas, sedimentação, oscilações das ondas e progressão do nível do mar – revelam a complexidade e dinamismo destes espaços (LINS-DE-BARROS, 2017). Dessa forma, esta interação natural provoca uma instabilidade nestas áreas e, conseqüentemente, dificulta a previsão de mudanças que possam abalá-la (BEVACQUA; YU; ZHANG, 2018; LINS-DE-BARROS, 2017).

Estas áreas são impactadas tanto pelos efeitos naturais, quanto pela ação humana (NICHOLLS et al., 2017; PRIMAVERA, 2006). Por isso, é importante o desenvolvimento de estratégias que busquem equilibrar os fatores físicos, emergentes dos processos naturais, com as atividades humanas, decorrentes da exploração dos recursos locais, e os processos econômicos, intrínsecos à atividade humana (SZLAFSZTEIN; STERR, 2007).

Kantamaneni, Gallagher e Du (2019) salientam a necessidade de se avaliar sistematicamente o impacto provocado pelo homem nestas regiões, por meio da construção de índices que possam indicar a alta suscetibilidade de determinados locais, haja vista que estas ferramentas aliadas a dados estatísticos podem impulsionar o gerenciamento costeiro e considerar futuras opções de desenvolvimento para estas áreas. Assim como, vale ressaltar os aspectos sociais e econômicos peculiares das zonas costeiras, como a densidade populacional, uma vez que estas áreas são frequentemente mais povoadas que a média das demais cidades de um estado ou país, assim como a acelerada urbanização, provocada pelo desenvolvimento econômico local, e a sazonalidade acentuada do turismo, o que sobrecarrega o meio ambiente e gera um desequilíbrio ecológico (LINS-DE-BARROS, 2017; DAUNT; SILVA, 2019).

O turismo é uma atividade que se beneficia muito das áreas costeiras por serem regiões economicamente atrativas (KLINGER et al., 2018; ASWITA et al., 2020; PACAUD; VOLLET; ANGEON, 2007). Contudo, uma vez que essa atividade explora os recursos naturais

que o litoral tem a oferecer, conseqüentemente pode gerar impactos negativos para as regiões (PRIMAVERA, 2006; LINS-DE-BARROS, 2017; NICHOLLS et al., 2017; BEVACQUA; YU; ZHANG, 2018). Por isso, a necessidade de se investir no turismo de forma sustentável, visto que esta atividade tem um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, no patrimônio cultural e no impacto ao meio ambiente no qual está inserido (ASWITA et al., 2020; DRIUS et al., 2019).

Bramwell et al. (2017) explicam que o Turismo Sustentável é visualizado como uma orientação normativa, a qual busca orientar e redirecionar os sistemas e comportamentos sociais rumo ao desenvolvimento sustentável. Enquanto Rejowski (1996) categoriza os benefícios e prejuízos do setor de turismo sob a ótica dos três pilares de apoio à sustentabilidade proposto por Elkington (1997). Quanto aos impactos econômicos positivos, é do conhecimento geral que o desenvolvimento do turismo busca promover um crescimento na economia, seja na criação de empregos diretos e indiretos, seja na geração de renda, no investimento da infraestrutura física, nas fontes adicionais de receitas fiscais para o governo, na atração de investimentos diversificados, na maior visibilidade da região explorada, ou no aumento da renda per capita (FOLARIN; ADENIYI, 2020; PACAUD; VOLLET; ANGEON, 2007). Porém, há diversos prejuízos econômicos também a serem destacados, como o emprego sazonal, a dependência da economia local às atividades de turismo, aumento da economia informal e a especulação imobiliária (REJOWSKI, 1996).

O turismo também causa externalidades positivas e negativas relacionadas aos aspectos sociais. Ressalta-se que esta dimensão está intimamente ligada às condições de vida das pessoas, isto é, ao desenvolvimento da homogeneidade social (SACHS, 2002). Dessa forma, os benefícios sociais advindos do turismo podem partir das melhorias nos índices de emprego, em melhorias da qualidade de vida da população, no aumento da capacidade de mão de obra, no desenvolvimento da estrutura urbana, assim como no aumento das atividades de lazer (REJOWSKI, 1996). No entanto, os prejuízos sociais também são recorrentes nessa atividade, uma vez que nem sempre as comunidades são resilientes e capazes de se regenerar diante das inseguranças sociais (CÂMARA; SILVA; PINTO, 2020). Por isso, os impactos sociais negativos podem emergir do aumento da poluição sonora e visual, da imigração desordenada, do aumento da prostituição ou tráfico de drogas, do acúmulo de lixo urbano, da exploração descomedida do turista, do crescimento desordenado e desequilíbrio na distribuição espacial da população, de problemas de infraestrutura básica como saneamento e do aumento da criminalidade (REJOWSKI, 1996).

Por fim, o turismo também gera consequências à dimensão ambiental; por isso, essa atividade deve adaptar-se aos ciclos da produção dos recursos renováveis e ao incentivo à preservação do espaço explorado nos níveis individuais, organizacionais e governamentais (SACHS, 2002; PRIMAVERA, 2006; LINS-DE-BARROS, 2017). Sendo assim, dentre os benefícios ambientais provocados pelo turismo, Rejowski (1996) destaca a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência turística, a valorização dos espaços e dos recursos locais e a renovação da identidade cultural. Quanto aos prejuízos, são inúmeros, desde deterioração dos bens culturais, depredação do meio ambiente, desequilíbrio ecológico ou poluição urbana, do ar, ou dos oceanos (REJOWSKI, 1996).

Dessa forma, conclui-se que o turismo é sensível ao ambiente o qual está inserido e, sob esta condição, tem gerado benefícios e prejuízos às esferas de apoio à sustentabilidade. Ademais, na tentativa de criar uma conscientização coletiva quanto ao papel desse setor no desenvolvimento sustentável, o Instituto de Turismo Responsável (RTI, 2020) analisou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Quadro 1) sob a ótica do setor de turismo.

Quadro 1 - O setor de turismo sob a ótica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

(Continua)

Objetivo	Descrição	Setor de Turismo
ODS 1	Erradicação da Pobreza	O turismo promove o crescimento e desenvolvimento econômico, portanto tem um papel fundamental na geração de renda e na criação de novas vagas de emprego.
ODS 2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	O desenvolvimento do setor agrícola atrelado às atividades de turismo pode melhorar o estado de saúde das comunidades locais, assim como elevar a atratividade do mercado turístico da região, proporcionando maior autenticidade aos turistas em suas experiências.
ODS 3	Saúde e Bem-Estar	O turismo tem um papel determinante na saúde e bem-estar não só dos turistas, mas das comunidades locais. Esta atividade tem o papel de transmissor de ideias e costumes.
ODS 4	Educação de Qualidade	O turismo pode incentivar o investimento na educação através da formação profissional. Assim como, esta atividade promove a mobilidade e conectividade turísticas, por meio da troca de experiências.
ODS 5	Igualdade de Gênero	O turismo é um setor essencial na promoção do empoderamento das mulheres, ajudando a garantir a sua inclusão em todos os aspectos da sociedade de forma plena.
ODS 6	Água Potável e Saneamento	A água potável é um recurso limitado e, muitas vezes, de difícil acesso em algumas partes do mundo. Por isso, este recurso deve ser gerido de forma sustentável pelos meios de hospedagem, principalmente em áreas remotas onde a gestão eficiente se torna mais necessária.
ODS 7	Energia Limpa e Acessível	Assim como a água, o consumo de energia deve ser priorizado pela indústria de turismo, sendo este um de seus principais custos fixos. Uma empresa comprometida com a gestão responsável desses recursos naturais melhora sua imagem e se fidedigna com seus clientes.

Quadro 1 - O setor de turismo sob a ótica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

(Conclusão)

ODS 8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	O crescimento econômico sustentável do turismo é determinado pela capacidade de gerar empregos, assim como a criação de sinergia com a agricultura e outros setores locais de prestação de serviços. Além disso, o crescimento econômico sustentável pode ser estimulado pelo desenvolvimento de infraestrutura básica, como estradas e aeroportos e a receita proveniente do turismo pode apoiar pequenas empresas da região, visando fortalecer a economia local.
ODS 9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	O desenvolvimento sustentável do turismo é baseado em uma boa infraestrutura e um ambiente inovador. Para tanto, essa atividade deve estar comprometida com os princípios norteadores da sustentabilidade e ser responsável pela promoção de uma cultura de proteção ao meio ambiente.
ODS 10	Redução das Desigualdades	O turismo responsável é aquele comprometido com a missão de ajudar a comunidade na qual está inserido. Dessa forma, o turismo pode atuar na redução da desigualdade presente nas comunidades locais se este envolver os residentes em seu desenvolvimento.
ODS 11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Para haver um grande fluxo de turistas, o local precisa estar preparado e ter uma infraestrutura acolhedora. Além disso, o turismo envolve atividades de lazer, por isso é necessário espaços livres, acolhedores e livre de riscos potenciais. Portanto, a segurança também é um elemento determinante na escolha do destino turístico.
ODS 12	Consumo e Produção Responsável	A gestão e consumo sustentável dos recursos leva a melhores resultados desse setor não só no aspecto econômico, mas também social e ambiental.
ODS 13	Ação Contra Mudança Global do Clima	O turismo é sensível ao clima, uma vez que as mudanças climáticas afetarão a imagem do destino turístico e, conseqüentemente, sua competitividade. Ademais, as atividades turísticas insustentáveis podem afetar diretamente os recursos ambientais, causando a perda da biodiversidade e escassez de bens naturais.
ODS 14	Vida na Água	O turismo costeiro marítimo, segmento significativo do turismo, depende dos ecossistemas marinhos selvagens. Portanto, o turismo sustentável nestas regiões auxilia na conservação e preservação dos ecossistemas marinhos e na promoção da economia azul.
ODS 15	Vida Terrestre	As florestas e sua grande biodiversidade são ativos de grande interesse para o turismo, uma vez que constituem cenários atrativos para os turistas. Por isso, esse setor deve conviver com estes ativos.
ODS 16	Paz, Justiça e Instituições Fortes	Uma vez que o turismo pode contribuir diretamente para a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais, esta atividade é responsável por promover a justiça social, inclusiva e pacifista.
ODS 17	Parcerias e Meios de Implementação	A contribuição ativa do turismo para o desenvolvimento sustentável pressupõe necessariamente a participação e colaboração de todos os atores públicos e privados envolvidos nas atividades turísticas.

Fonte: Adaptado de Instituto de Turismo Responsável (RTI, 2020).

Percebe-se, então, que o turismo está associado aos ODS, seja de forma mais intensificada em alguns objetivos, seja de menor visualização da vinculação em outros. Carrius e Job (2019) explicam que este setor é alvo essencial do desenvolvimento sustentável, em virtude de reconfigurar o espaço suscetível que explora. Sendo assim, o Turismo Sustentável, frequentemente, é entendido como uma panaceia para vários problemas decorrentes da exploração dos recursos naturais promovidos pelo próprio setor.

2.3.1 Turismo e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Visando avaliar a influência dos ODS sobre o desenvolvimento sustentável do setor de turismo, realizou-se uma revisão sistêmica e uma análise conceitual da literatura, semelhante a revisão feita por Lee, Noh e Khim (2020), a fim de levantar os objetivos mais relacionados a este setor. Para análise, incluíram-se os dois principais construtos: “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” e “Turismo Sustentável”.

Dando sequência aos procedimentos, para a revisão foi realizada uma busca sistêmica para extrair e analisar a literatura que trabalhou esses dois construtos concomitantemente. Nesta etapa, foram consideradas apenas produções acadêmicas do tipo artigos científicos revisados por pares e publicados em revistas a partir de 2015 (marco inicial de vigência dos ODS). Com base nessas informações, desenvolveu-se um banco de dados. Por fim, na análise conceitual, aplicou-se análise do conteúdo que, conforme Bardin (2016), consiste em três fases: 1) Pré-análise, 2) Exploração do material e 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Os resultados foram expostos nas subseções a seguir.

2.3.1.1 Procedimentos realizados na revisão sistêmica

Para compor o banco de dados utilizado da revisão sistêmica, os artigos selecionados tiveram de cumprir os seguintes requisitos, baseado nos critérios estabelecidos por Lee, Noh e Khim (2020):

- a) Banco de dados utilizada: Scopus (Elsevier);
- b) Tipo de Fonte: artigos científicos de periódicos internacionais e escritos em inglês (idioma predominante no meio científico);
- c) Tipo de documento: artigos científicos revisados por pares;
- d) Período: a partir de 2015;
- e) Termos de busca: “Sustainable Tourism” e “Sustainable Development Goals”.

Com base nesses requisitos, a extensão do termo de busca incluía o título, o resumo, as palavras-chave ou as demais seções do artigo científico. Numa primeira busca, foram encontrados 59 artigos ao todo que trabalhavam nesses dois construtos. Contudo, o número de artigos avaliados foi de 49, após realizar a filtragem, atendendo aos requisitos estabelecidos acima.

2.3.1.2 Estudos dos ODS no contexto do Turismo Sustentável

A base de dados analisada (SCOPUS) demonstra que a literatura sobre o construto Turismo Sustentável tem sido vasta ao tratar sobre o assunto (mais de 4,3 mil produções científicas), contendo mais de três décadas de artigos científicos sobre o assunto (Figura 7A). Os primeiros artigos datam do ano de 1989, período quase que subsequente ao surgimento desse conceito no Relatório Brundtland, em 1987. No entanto, olhando para o gráfico da Figura 7A, percebe-se que o crescimento da curva de publicações foi mais acentuado a partir de 2005, isto é, decorreram quase duas décadas para o desabrochar do tema.

Diferentemente do construto anterior, os ODS são objetos de estudo recentes, cujo marco inicial se deu em 2015, esses objetivos surgem como léxico da literatura científica no contexto do Turismo Sustentável (LEE; NOH; KHIM, 2020). Ao todo, 23 periódicos (Tabela 1) publicaram produções científicas estabelecendo relações entre esses dois construtos, sendo mais da metade (53%) dos artigos publicados pelas revistas *Journal of Sustainable Tourism* (14 artigos publicados), *Worldwide Hospitality and Tourism Themes* (6 artigos publicados) e *Journal of Sustainable Tourism* (6 artigos publicados). Ademais, percebe-se que o número de produções relacionando os dois assuntos quase dobrou entre os anos de 2019 e 2020, indo de 16 para 29 artigos científicos publicados (Figura 7B).

Tabela 1 - Panorama dos periódicos que publicaram os artigos sobre ODS no contexto do Turismo Sustentável (ODS-TS), Número total de publicações da revista a partir de 2015, seu respectivo Fator de Impacto de 2019 (FI) e índice H

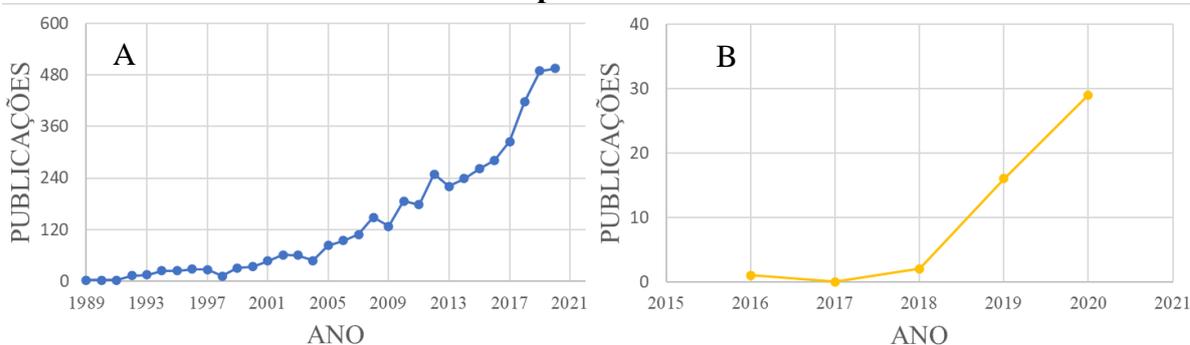
		(Continua)			
Periódico	Publicações ¹		Avaliação do periódico ²		
	A partir de 2015	ODS-TS	FI-2019	Índice H	
1	ABAC Journal	73	1	0,11	1
2	Austrian Journal of South-East Asian Studies	86	2	0,28	5
3	Environmental Development	258	1	0,74	27
4	GeoJournal	723	1	0,46	62
5	International Journal of Economics and Finance Studies	42	1	0,1	0
6	International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage	110	1	0,24	4
7	International Journal of Sustainable Development and Planning	497	1	0,22	13
8	Investigaciones Turisticas	47	1	0,18	2
9	ISPRS Journal of Photogrammetry and Remote Sensing	1220	1	3,12	126
10	Journal of Environmental Management and Tourism	796	1	0,19	11

Tabela 1 – Panorama dos periódicos que publicaram os artigos sobre ODS no contexto do Turismo Sustentável (ODS-TS); Número total de publicações da revista a partir de 2015; seu respectivo Fator de Impacto de 2019 (FI) e índice H.

(Conclusão)					
11	Journal of Hospitality and Tourism Technology	161	2	0,89	24
12	Journal of Outdoor Recreation and Tourism	243	2	0,63	17
13	Journal of Sustainable Tourism	671	14	1,33	93
14	Sustainability (Switzerland)	23.046	6	0,58	68
15	Tourism	159	1	0,23	20
16	Tourism and Hospitality Research	207	1	0,65	36
17	Tourism Management	1260	1	3,07	179
18	Tourism Management Perspectives	538	1	1,19	33
19	Tourism Planning and Development	225	1	0,52	27
20	Tourism Recreation Research	292	1	0,54	41
21	Tourism Review	266	1	0,77	26
22	Water (Switzerland)	8597	1	0,66	42
23	Worldwide Hospitality and Tourism Themes	265	6	0,37	17
TOTAL		39.782	49	-	-

Fonte: ¹Adaptado de Scopus (ELSEVIER, 2020) e ² Scimago Journal & Country Rank (SJR, 2029)

Figura 8 – Estatísticas de publicações a partir da base de dados Scopus (Elsevier); A. Produções científicas realizadas sobre Turismo Sustentável a partir de 1989; B. Produções Científicas realizadas sobre ODS-TS a partir de 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor.

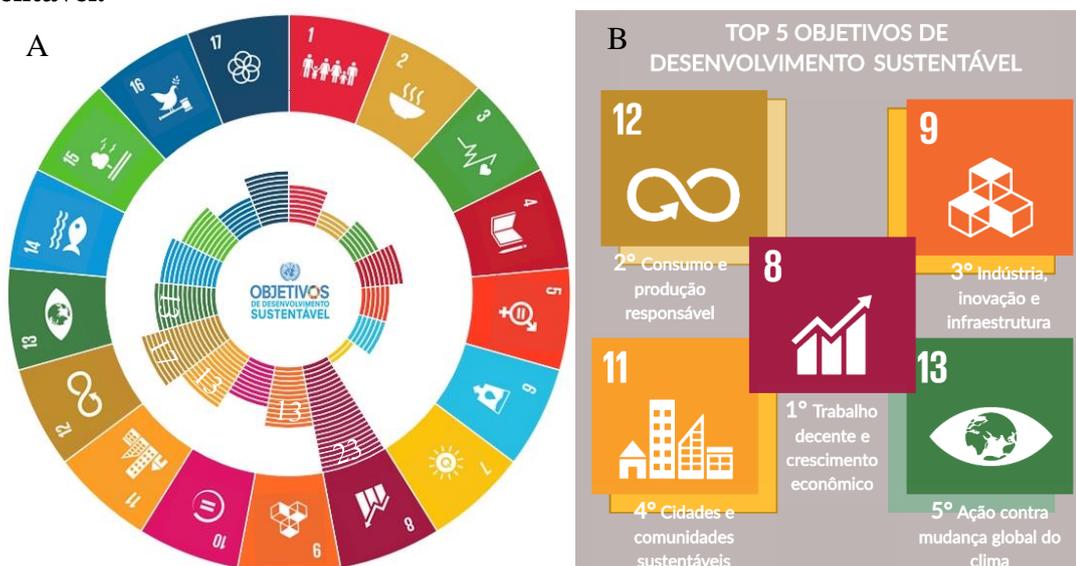
A partir da análise pormenorizada das produções científicas, inferiu-se que os principais objetivos abordados nos estudos concernentes ao Turismo Sustentável foram os ODS 8, 9, 11, 12 e 13 (Figura 8) (Apêndice A). Majoritariamente, o ODS 8 é o mais requisitado nas pesquisas de Turismo Sustentável. O que não é de se espantar, uma vez que esse setor é explicitamente citado em três objetivos, isto é, ODS 8, 12 e 14.

O turismo tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico e sua função é claramente evidenciada na meta 8.9 do ODS 8, a qual incentiva a elaboração e implementação de políticas desempenhadas pelo setor público ou privado em prol do Turismo Sustentável, gerando emprego e promovendo a cultura local (ONU, 2015, 2020). Vive-se de uma economia

extrativista, que tem como maior objetivo aumentar a lucratividade, muitas vezes, sem cogitar as necessidades sociais e ambientais em desenvolvimento (BIANCHI; DE MAN, 2020). Ademais, visto que o turismo tem um grande impacto sobre o consumo dos recursos naturais e, em contraposição, este setor ainda não desempenha bons resultados nas metas relacionadas a dignidade no trabalho, teor do ODS 8 (WINCHENBACH; HANNA; MILLER, 2019), não é de se surpreender que as políticas de proteção trabalhistas sejam alvo deste objetivo.

Naturalmente, o ODS 12, também alvo explícito do setor de turismo, aparece como segundo ODS mais associado ao Turismo Sustentável, uma vez que esse setor é determinante na transição do crescimento econômico insustentável para uma economia verde, isto é, uma economia baseada no uso dos recursos naturais de forma eficiente e responsável, visando o menor impacto ao meio ambiente (KOIDE; AKENJI, 2017). Curiosamente, o ODS 14, também estabelece um laço com o Turismo em sua meta 14.7, a qual trata da gestão sustentável da pesca, aquicultura e do turismo, mas aparece apenas na sexta colocação entre os ODS mais relacionados ao desenvolvimento do Turismo Sustentável. Enquanto isso, os ODS 9, 11 e 13 seguem como mais vinculados. Isto se deve principalmente ao fato de que as mudanças climáticas também são consequências diretas da ação humana (SCOTT; HALL; GÖSSLING, 2019), assim como o turismo desponta como um dos setores protagonistas para tornar as cidades, os assentamentos humanos e a indústria mais inclusiva e sustentável (GÖSSLING; HALL, 2019).

Figura 9 – Nível dos ODS mais associados ao Turismo Sustentável nas produções científicas analisadas; A. ODS por produções; B. Os 5 ODS mais associados ao Turismo Sustentável.



Fonte: elaborado pelo autor.

No contexto do Brasil, há produções que vêm trabalhando essa relação, como a pesquisa de Ribeiro et al. (2017) em que analisa o impacto econômico gerado pelo setor de turismo no desenvolvimento sustentável dos estados do Nordeste e na redução das desigualdades regionais tipicamente presentes no país. Há também a pesquisa de Winter e Kim (2020), a qual avalia as contribuições do desenvolvimento do setor de turismo no litoral do Nordeste para o bem-estar e condições oportunas para as pessoas que vivem na pobreza. Sendo assim, os autores analisam os ODS 1 e 2, no contexto do turismo, avaliando a pobreza em sua natureza multidimensional. Estes estudos mostram uma realidade bem diferente da de países desenvolvidos onde as camadas de vulnerabilidade não são condizentes. Porém, a realidade do Brasil se assemelha a de países em desenvolvimento, como os da América Latina, cujas oportunidades e desafios para se atingir as metas dos ODS convergem, uma vez que estas nações têm uma realidade social, econômica e ambiental mais em comum (MOYER; HEDDEN, 2020).

A partir da Figura 8A, percebe-se que o setor de turismo afeta todos os objetivos, sendo particularmente mais intensificados aos cinco expostos na Figura 8B. O Turismo Sustentável despontou como uma vertente à parte desse setor, emergindo das difusões das ideias de Desenvolvimento Sustentável, bem como sendo alvo constante dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (MOYLE et al., 2020). Por isso, os ODS são, explícita ou implicitamente, pilares norteadores dessa vertente.

No contexto acadêmico, o desafio é identificar e produzir pesquisas que avancem na compreensão crítica a respeito do tema, por meio da operacionalização de variáveis e indicadores que mensuram esses objetivos e que sejam baseados em aplicações reais, garantindo assim a relevância para o meio científico e para a indústria do turismo (MOYLE et al., 2020). Dessa forma, as pesquisas envolvendo Turismo Sustentável e ODS são significantes a esse setor e à sociedade no geral, quando estabelece conexões claras para os desafios identificados por esses objetivos. Portanto, os pesquisadores precisam evidenciar que as pesquisas desempenhadas estão alinhadas aos principais desafios que a sociedade enfrenta, assim como orientando o estudo para que de alguma forma contribua para o debate público sobre esses temas (BRAMWELL et al., 2017).

está inserido (KRISTJÁNSDÓTTIR; ÓLAFSDÓTTIR; RAGNARSDÓTTIR, 2018). Portanto, o avanço ao desenvolvimento sustentável nesse setor se deve ao cumprimento dos objetivos por cada nação e este progresso depende da definição de metas e cronogramas de acompanhamento para implementação apropriada (RASOOLIMANESH et al, 2020).

Indicadores como os ODS têm um papel fundamental de condensar conceitos mais abstratos como desenvolvimento sustentável em uma realidade mais operacional, por isso a constituição dessas métricas é relativamente complexa (MANNING, 1999; NESTICÒ; MASELLI, 2020). Contudo, a constituição e implementação desses indicadores têm um papel expressivo na visibilidade do problema, uma vez que há uma visão mais transparente e fácil de ser percebida, e facilita o acompanhamento das metas traçadas, assim ampliando a base para tomada de decisão (HÁK et al., 2018). Destarte, dado que estes indicadores, como medidas de desempenho, podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, então, por natureza, as pesquisas (e.g. NESTICÒ; MASELLI, 2020; MACDONALD et al., 2018; COOK et al., 2019; MORDESON; MATHEW, 2020; MOYER; HEDDEN, 2020) que trabalham este tema são predominantemente de abordagem quantitativa. Richardson (2008) explica que estes indicadores têm sua natureza explicitamente quantitativa, pois o método quantitativo se caracteriza por empregar a quantificação das informações, tanto no processo de coleta quanto no tratamento dos dados por meio de técnicas estatísticas.

Dessa forma, seguindo a tendência das pesquisas neste tema, este estudo caracteriza-se de uma abordagem quantitativa para entender o fenômeno estudado em sua complexidade. Nessa perspectiva, este trabalho pretende colaborar com estudos organizacionais, uma vez que lida com temas relacionados à gestão sustentável na perspectiva das entidades organizacionais públicas (estados e municípios brasileiros), visando também promover o uso desses indicadores sustentáveis na formulação de políticas e na condução da tomada de decisão.

3.2 Tipo e procedimentos de pesquisa

Para atender à proposta de estudo, cuja natureza é quantitativa, a classificação da pesquisa adotada é exploratória. Sabe-se que esta classificação é frequentemente empregada nas pesquisas quantitativas por serem trabalhos desafiadores, os quais pretendem se familiarizar com o fenômeno estudado, procurando assim descobrir novas relações entre as variáveis (MALHOTRA, 2012; MARTINS; THEÓPHILO, 2016). O estudo exploratório permite ao pesquisador aumentar a experiência sobre determinado assunto abordado, permitindo que o

pesquisador encontre os elementos necessários para alcançar os resultados pretendidos (VERGARA, 2000; BEUREN, 2003).

Além disso, a pesquisa exploratória requer uso de procedimentos amplos como estudo documental, em que a fonte primária são os documentos, sejam caracterizados por sua forma física ou digital, ou sejam eles escritos ou não, os quais podem ser consultados durante ou após a ocorrência do fenômeno (MARCONI; LAKATOS, 2002). Beuren (2003) explica que a pesquisa documental é propícia quando as informações se encontram dispersas, caracterizando o estudo como uma nova fonte de pesquisa.

3.3 Área de estudo

O turismo costeiro tem uma forte influência no desenvolvimento econômico do Brasil. Ao todo, são 17 estados do país que fazem fronteira com o Atlântico Sul e, aproximadamente, 300 municípios situados no litoral, permitindo assim um grande centro de exploração de atividades turísticas e de lazer nessas regiões (NICOLODI; PETTERMANN, 2011). Além disso, desses 17 estados, 13 concentram suas capitais na região do litoral.

Apesar do crescente desenvolvimento econômico dessas regiões, historicamente a exploração do litoral tem acontecido de forma desordenada, submetendo as praias brasileiras a diversos impactos de consequências naturais ou provocados pela ação humana (AMARAL et al., 2016; FRANÇA et al., 2020). A exemplo do derramamento de óleo que ocorreu no país no segundo semestre de 2019, provocando a morte de várias espécies de animais e um desequilíbrio na biodiversidade das áreas atingidas (IBAMA, 2020; CÂMARA; SILVA; PINTO, 2020; RIBEIRO et al., 2020).

Destarte, as fronteiras deste estudo se restringem geograficamente aos 17 estados (Figura 10) brasileiros litorâneos (Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe), as quais comportam mais de 7 mil quilômetros de extensão em linha contínua, desde o Norte (Amazônia) até o Sul do país, próximo a Argentina e Uruguai (MMA, 2019). Assim como, esta pesquisa compreende os 279 municípios litorâneos, pertencentes a estes estados, visto que os indicadores dispostos no plano de ação da Agenda 2030 (Apêndice B) se referem a informações de âmbito nacional, estadual e local. Por isso, no Apêndice B, estão organizados os indicadores e respectivo âmbito ao qual se refere.

Figura 10 – Estados e municípios litorâneos objetos de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor com software Qgis versão 3.4.13.

3.4 Proposta de indicador de desenvolvimento sustentável

Os indicadores objetivam informar e resumir o nível de progresso a uma determinada meta, assim como são entendidos como instrumentos que evidenciam um fenômeno, o qual não é imediatamente detectável (HAMMOND, 1995). Outras definições esclarecem os indicadores como variáveis, as quais são relacionadas a outras variáveis estudadas, para que se possa constatar uma representação, uma imagem ou uma abstração de um fenômeno estudado (CHEVALIER, 1992; BELLEN, 2004). Segundo Gallopin (1996), indicador relevante é aquele que compila as principais informações de forma que sua significância seja mais aparente e, conseqüentemente, tornando os fenômenos analisados mais aparentes e a comunicação mais incisiva.

Bellen (2004) ressalta ainda o papel dos instrumentos de avaliação, como os indicadores, na tomada de decisão, uma vez que são essenciais no desenvolvimento de políticas e na função de planejamento. Além disso, o autor ressalta algumas funções primordiais, entre elas: (1) função analítica, a qual se refere ao agrupamento dos dados em matrizes ou índices,

permitindo a interpretação dos dados dentro de um sistema coerente; (2) função de comunicação, cujo alvo são os tomadores de decisão, visto que estas ferramentas familiarizam estes indivíduos com os conceitos, métodos e fenômenos de análise; (3) função de aviso e mobilização, a qual envolve um aspecto de transparência, em que os tomadores de decisão tornam estes mecanismos públicos na forma de relatórios ou indicadores-chaves; e, por fim, a (4) função de coordenação, cuja preocupação é com a integração dos dados coletados em diferentes estratégias e diferentes áreas, assim como existe uma preocupação com a veracidade dos dados.

Na Agenda 2030, foram propostos 247 indicadores divididos entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes indicadores visam acompanhar o desempenho de todas as nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Ressalta-se que os indicadores foram criados para avaliar o desempenho do país ao nível nacional, estadual e local. Essa avaliação é reflexo dos resultados obtidos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). No Brasil, por exemplo, foram cumpridas quase todas as metas estabelecidas nos objetivos de forma relativa, com exceção da mortalidade materna (ODM 5) (IPEA, 2014). Porém, quando analisados os dados de forma segregada por territorialidade, há um grande desnível no cumprimento dessas metas entre os estados e os municípios brasileiros (IPEA, 2014). Dessa forma, alguns estudos (e.g. ROMA, 2019; CHERRINGTON et al., 2020) chama atenção para levantamento, avaliação e discussão desses objetivos não só no âmbito nacional, mas também por segregação ao nível estadual e local.

Entre os anos de 2015 (marco inicial dos ODS) e 2020, conforme a revisão sistêmica e análise conceitual realizada neste estudo, diversas produções científicas (Figura 8A e B) vêm desenvolvendo os indicadores estabelecidos na Agenda 2030. Estes estudos analisados, especificamente, trabalham na relação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o setor de turismo. Nesse contexto, Shevchenko et al. (2020) desempenham uma análise crítica do modelo conceitual de economia da experiência, abordando um estudo do setor de turismo no campo do lazer, recreação, saúde e bem-estar. Isto é, os autores desejam analisar a relação entre a melhoria da saúde, recreação e turismo manifestada na estrutura de gestão de aglomeração urbana. Para tanto, o indicador desenvolvido tem como métrica os aspectos da gestão municipal das áreas de análise e alguns índices relacionados à renda e ao desenvolvimento humano da população, para se avaliar a renda familiar, os fundos domésticos aplicados em recreação, nível de saúde das famílias e as doenças capazes de influenciar a predisposição do indivíduo ao trabalho (SHEVCHENKO et al., 2020).

Enquanto isso, a pesquisa de Scott, Hall e Gössling (2019) exploraram a relação entre turismo e as mudanças climáticas, objeto do ODS 13. Para tanto, os autores trabalham o construto de vulnerabilidade no contexto do setor de turismo, elencando 27 indicadores associados aos (1) impactos climáticos, (2) mudanças ambientais indiretas, (3) mudanças socioeconômicas indiretas e, (4) respostas de políticas de mitigação e adaptação fora do setor. Ao todo, foi avaliado a vulnerabilidade do setor de turismo de 181 países e os resultados indicam uma forte relação entre a participação do setor de turismo no PIB do país e os índices do ODS 13, isto é, o nível de suscetibilidade é maior nos países que dependem das economias de turismo ou que se espera que o nível de crescimento do turismo aumente nos próximos anos (SCOTT; HALL; GÖSSLING, 2019).

Diante dessas considerações e com base nos artigos analisados na revisão sistêmica, percebe-se que poucos estudos (e.g. RASOOLIMANESH et al., 2020; CLARK et al., 2019; SHEVCHENKO et al., 2020) avaliam a relação entre turismo e ODS. Além disso, infere-se que as pesquisas encontradas medem esforços para avaliar apenas um ODS específico ou alguns temas referentes às metas deste. Dessa forma, há uma carência de pesquisas que trabalhem um conjunto desses objetivos, assim como faltam estudos que realizem um levantamento dos ODS mais associados ao setor de turismo na literatura. Lee, Noh e Khim (2020), que exploram a relação entre Economia Azul e ODS, ressaltam a importância de se estabelecer um equilíbrio entre o estado social, econômico e ambiental do desenvolvimento sustentável em relação aos oceanos. De forma semelhante, o turismo costeiro gera uma sobrecarga sobre o meio ambiente e pode provocar um desequilíbrio ecológico, social e econômico, necessitando de estudos que explorem o equilíbrio entre a exploração econômica deste setor e o aspecto socioambiental das comunidades de análise (LINS-DE-BARROS, 2017).

Ademais, este estudo se propõe identificar o potencial desenvolvimento sustentável do turismo costeiro no Brasil. Para tanto, deseja-se mensurar os indicadores associados aos ODS, relacionando estes índices às informações socioeconômicas do setor de turismo. Ressalta-se que se entende por potencial de desenvolvimento sustentável o nível de condição social, econômica, ambiental e cultural da região para o melhor desenvolvimento sustentável do setor de turismo nesta. No estudo de Câmara et al. (2020), por exemplo, é proposto uma equação para se avaliar o potencial econômico das atividades econômicas. Nesta pesquisa, aproveita-se esta equação para se analisar o setor de turismo. Finalmente, as informações coletadas estão dispostas em bancos de dados de organizações públicas, as quais reúnem a situação econômica do setor formal. Por isso, entre as limitações referentes aos indicadores propostos, os dados não refletem a situação da economia informal dos estados avaliados.

3.5 Estratégias de pesquisa

Como estratégia de pesquisa, este estudo faz uso de levantamento de dados secundários compilados a partir de informações públicas de organizações. No que tange aos ODS, o critério de seleção das variáveis deu-se a partir do relatório de acompanhamento dos ODS do Estado de São Paulo, o qual teve como base as metas estabelecidas pela Agenda 2030 em cada objetivo (ONU, 2015; SP, 2019), e da plataforma do governo brasileiro (ODS-BRASIL, 2020), a qual monitora o desempenho e progresso das metas no país. Ressalta-se que os ODS de análise foram aqueles mais associados ao setor de turismo, conforme os resultados obtidos na revisão sistêmica. Portanto, foram coletadas informações dos indicadores dos ODS 8, 9, 11, 12 e 13 (Figura 9A e B). Sendo assim, a descrição das variáveis analisadas pode ser contemplada no Apêndice B e as organizações governamentais públicas, as quais deram origem a estas informações, foram elencadas a seguir:

- (1) Dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT, 2019) – a pesquisa realizada por esta organização divulgou os resultados de avaliação da qualidade das rodovias do Brasil. Estes dados foram extraídos ao nível estadual;
- (2) Dados referentes à Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC, 2017, 2018), a qual divulga os aspectos relevantes da gestão e da estrutura dos municípios brasileiros, concentrando-se nos eixos de meio ambiente, gestão de riscos e resposta a desastres, habitação, transporte e segurança alimentar e nutricional;
- (3) Dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2021) referentes ao número e *status* das agências bancárias por municípios;
- (4) Dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2020), a qual traça um panorama da situação dos resíduos sólidos no Brasil. Os dados foram agregados ao nível estadual.
- (5) Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, 2020), que faz um levantamento da situação de portabilidade no Brasil, assim como do acesso dos brasileiros a telefonia móvel, o número de reclamações dos indivíduos sobre as operadoras e a densidade de acesso a telefonia móvel. Ressalta-se que as informações foram extraídas ao nível municipal;
- (6) Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ, 2016) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2019) – organizações que detêm as informações dos pesquisadores brasileiros e cujas informações foram coletadas ao nível estadual;

- (7) Dados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, 2019) – instituição que faz um levantamento das atribuições de concessão de direitos de propriedade intelectual no Brasil e cujas informações foram coletadas ao nível estadual;
- (8) Dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2020), a qual realiza um anuário estatístico da situação da energia elétrica no Brasil. Salienta-se que as informações são de nível municipal;
- (9) Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015, 2018a, c, 2019a, b, 2020a, b, c), quanto às informações de estimativa da população dos municípios brasileiros, valores gerados no PIB, estimativa e situação dos aglomerados subnormais, a síntese dos indicadores sociais, dando ênfase às informações do mercado de trabalho no país, e o número de mortes ou desaparecimento de pessoas diretamente afetadas por algum desastre de natureza geológica ou ambiental.

Ademais, quanto às informações econômicas do setor de turismo (Apêndice C), utilizou-se dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a qual contém a classificação de setores agrupados em classes estabelecidos pelo Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0. Ressalta-se que os dados coletados da respectiva entidade são referentes ao ano de 2018.

O CNAE 2.0 é estruturado de forma hierarquizada em cinco níveis: seções, divisões, grupos, classes e subclasses (CÂMARA; SILVA; PINTO, 2020). Neste estudo, optou-se por extrair os dados por classes de setores (4º nível), em que num universo de 673 unidades, 20 são atividades referentes ao setor de turismo.

Finalmente, para examinar as áreas de maior concentração de atividades do setor de turismo nos estados, realizou-se um mapeamento com base em material cartográfico obtido de forma digital através das informações do *My Maps*, plataforma disponibilizada pelo *Google Maps*, semelhante ao estudo de Câmara, Silva e Pinto (2020) que mapearam as regiões do estado do Ceará atingidas pelo derramamento de óleo entre os anos de 2019 e 2020. Através dessa plataforma, é possível localizar as áreas de análise por meio de coordenadas ou endereço, assim como delimitar um perímetro de análise e salvar todos os estabelecimentos comerciais e outras instituições registradas. Vale ressaltar que os dados relativos às empresas e suas respectivas localizações são de origem comunitária, com qualidade verificada e disponíveis para todos os pesquisadores que utilizam esta plataforma gratuita.

3.6 Análise de dados

A análise dos dados consistiu em duas etapas. Na primeira o enfoque foi dado aos rendimentos das atividades do setor de turismo e teve uma lente de análise mais abrangente, uma vez que envolve a estimativa do desempenho econômico de todos os estados e seus respectivos municípios litorâneos. Já a segunda etapa foi centrada no quantitativo de estabelecimentos do setor de turismo, conservando uma abrangência mais local, uma vez que foram analisadas as áreas com maior concentração de atividades turísticas nos municípios de menor desempenho sustentável.

3.6.1 Análise do potencial desenvolvimento sustentável com enfoque no rendimento

Esta primeira análise dos dados segue dois parâmetros de mensuração para constituição dos indicadores: pessoal ocupado e valor de produção da respectiva atividade econômica. Esses parâmetros de análises foram propostos por Câmara et al. (2020), em que examinaram a vulnerabilidade socioeconômica dos setores econômicos do estado do Ceará, localizado no Brasil, ao cenário da pandemia COVID-19. No primeiro parâmetro, levou-se em consideração o número de vínculos ativos por atividade econômica no respectivo estado, ao passo que, no segundo, se mensurou o valor de participação dos setores no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, com base nos salários médios produzidos pelos setores e seguindo a seguinte equação de Câmara et al., (2020):

$$PS_{PIB} = \frac{RS_i}{PG_j \cdot PIB} \quad (\text{Equação 1})$$

Onde:

PS_{PIB} = valor de participação das atividades econômicas do setor de turismo no PIB estadual;

RS_i = Valor de remuneração da atividade econômica i do setor de turismo do j -enésimo estado;

PG_j = Total de pagamento de salários no PIB j -enésimo estado;

PIB = Produto Interno Bruto do respectivo estado.

A próxima etapa da pesquisa consistiu em mensurar um indicador dos ODS para cada estado e município litorâneo brasileiro. O critério de seleção das variáveis (Apêndice B), para se criar um indicador em cada ODS, tem como base o relatório de acompanhamento dos

ODS do estado de São Paulo e os indicadores estabelecidos na plataforma de acompanhamento dos ODS pelo governo brasileiro (ODS-BRASIL, 2020; ONU, 2015; SP, 2019).

Para o cálculo dos indicadores de todos os objetivos foi observado se as variáveis estavam em valores brutos ou valores percentuais. Sabendo disso, os índices foram colocados na ordem de estados ou municípios de pior ao melhor desempenho na respectiva variável do ODS e, posteriormente, dividiu-se a amostra em quartis. Ao todo, foram selecionadas 120 variáveis (Apêndice B) divididas entre os cinco objetivos analisados (ODS 8 = 11 variáveis; ODS 9 = 15 variáveis; ODS 11 = 48 variáveis; ODS 12 = 24 variáveis; ODS 13 = 22 variáveis). Dessa forma, no ODS 8, quando o efeito da variável sobre o respectivo objetivo era positivo, os valores dos quartis atribuídos foram: Q1 = 0,02272; Q2 = 0,04545; Q3 = 0,06818 e Q4 = 0,09090; e quando o efeito era negativo, os valores se invertem. Seguindo este raciocínio, os valores dos quartis do ODS 9 foram: Q1 = 0,01667; Q2 = 0,03333; Q3 = 0,05 e Q4 = 0,06667. Já no ODS 11: Q1 = 0,00520; Q2 = 0,01041; Q3 = 0,01562 e Q4 = 0,02083. No ODS 12: Q1 = 0,01041; Q2 = 0,02083; Q3 = 0,03125 e Q4 = 0,04167. E, finalmente, no ODS 13: Q1 = 0,01136; Q2 = 0,02272; Q3 = 0,03409 e Q4 = 0,04545. Portanto, percebe-se que a soma dos elementos varia de $0,25 \leq X \leq 1,00$, isto é, estes valores foram escolhidos porque o somatório das variáveis classifica os estados e municípios dentro dos três valores que dividem o conjunto ordenado de dados (25%, 50% e 75% da amostra).

Ressalta-se que, nos ODS, levou-se em consideração, como limite temporal, o intervalo de 5 anos para cada variável, sendo o último ano do intervalo aquele disponibilizado pelas organizações. A única exceção ficou com as variáveis coletadas no banco de dados da MUNIC (2017, 2018), as quais tiveram como intervalo de tempo o período de 2 anos.

Sabendo dos valores investidos no setor de turismo e dos índices de cada ODS por estado, foi gerado uma equação, adaptada de Câmara et al. (2020), relacionando os valores dos setores ao nível dos estados em cada ODS. Salienta-se que foram calculadas as médias ponderadas dos ODS cujos pesos assumiram os seguintes valores: 23 para o ODS 8, 17 para o ODS 12 e 13 para os demais objetivos. Estes valores foram escolhidos conforme os resultados encontrados na revisão sistêmica (Figura 8A), quanto ao número de publicações do respectivo ODS relacionado ao setor de turismo. Portanto, os valores assumidos geraram as seguintes equações pelo parâmetro valor de produção (Equação 2) e pessoal ocupado (Equação 3):

$$STS_{Renda} = PS_{PIBij} * ODS_{média} \quad (\text{Equação 2})$$

Onde:

STS_{Renda} = potencial da atividade econômica i do setor de turismo do j -enésimo estado tornar-se sustentável pela ótica de Valor de Produção;

PS_{PIBij} = valor de participação da atividade econômica i do setor de turismo no PIB estadual do j -enésimo estado;

$ODS_{média}$ = média ponderada dos ODS no j -enésimo estado.

$$STS_{PO} = PO_{ij} * ODS_{média} \quad (\text{Equação 3})$$

Onde:

STS_{PO} = potencial da atividade econômica i do setor de turismo do j -enésimo estado tornar-se sustentável pela ótica de Pessoal Ocupado;

PO_{ij} = Número de empregos gerados na atividade econômica i do setor de turismo do j -enésimo estado;

$ODS_{média}$ = média ponderada dos ODS no j -enésimo estado.

Salienta-se que o potencial do turismo já foi discutido na literatura (e.g. TOSUN; JENKIS, 1996; GETZ, 1986) como um esforço coletivo e necessário para se atingir o melhor padrão espacial possível de desenvolvimento. Henrique (2003) já destaca esse potencial do setor como um entrelaçar das dimensões econômica, social e ambiental, as quais refletem os fatores que influenciam o desenvolvimento do setor. Oliveira (2009) estabelece algumas equações para avaliar o potencial turístico do município de Itapipoca. O autor mensura o potencial turístico da região através de indicadores socioambientais e de diversidade ecológica como subsídio para se chegar ao desenvolvimento sustentável nesta. Sendo assim, entende-se como potencial as condições sociais, econômicas, ambientais e culturais proporcionadas pela região para o melhor desenvolvimento sustentável desta. Estas condições, como explicado, serão mensuradas através dos indicadores dos ODS, os quais podem ser segmentados entre as esferas da sustentabilidade, conforme modelo proposto por Cook et al. (2019) ou Canellas (2020).

3.6.2 Análise do potencial desenvolvimento sustentável com enfoque no número de empreendimentos

Tendo como *proxy* os ODS e os resultados obtidos nas Equações 2 e 3, será possível escalonar as atividades do setor de turismo na ordem do menor ao maior elemento com potencial ao desenvolvimento sustentável por estado ou município. Sabendo dos respectivos desempenhos e na tentativa de aumentar a lente de análise dessas regiões, realizar-se-á um processo de investigação cartográfica, buscando verificar, no estado com menor nível de

cumprimento dos ODS, as áreas onde se concentram os empreendimentos do setor de turismo (Tabela 3) (Apêndice C) e, a partir dessas informações, mensurar um indicador, a fim de comparar os indicativos dessas regiões. Resumidamente, o objetivo é levantar as principais localidades onde estes estabelecimentos se concentram para fins de orientação, uma vez que as atividades relacionadas a este setor se situam naquele estado de menor potencial de desenvolvimento sustentável e merece um maior apelo nas estratégias e políticas elaboradas pelo setor público ou privado.

Quadro 3 - Tipo de estabelecimentos achados no mapeamento realizado através de material cartográfico digital

ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE 2.0)	TIPO DE ESTABELECIMENTO
Alimentação	Restaurantes Bares Lanchonetes Barraca de praia Comércio de carne e pescado Sorveteria Churrascaria Doces e guloseimas Cafeteria Padarias
Alojamento	Hotel Pousada Resort Hostel Casa de praia Rancho Flat Chalé
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	Agências de viagens e turismo
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	Museu/Teatro
Atividades esportivas e de recreação e lazer	Passeio de <i>buggy</i> Parques, acampamentos, clubes Fazendas
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	Locais para prática de esportes/orquestra/atividade musical

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para as regiões mapeadas adotou-se a expressão zona de influência econômica, que se entende como as áreas em proximidade da faixa de areia da praia, abrangendo todos os estabelecimentos comerciais envolto a área. Além disso, assumiu-se como limite territorial usado para critério de definição da zona-tampão (*buffer zone*) as medidas estabelecidas por Câmara et al. (2021) e Câmara, Silva e Pinto (2020), que definiram o raio de 25km sobre a zona costeira como a área de influência para o impacto das manchas de óleo sobre as atividades econômicas. Dentro dessa medida, os autores desenham três divisões da área com a justificativa

de que esse desastre ecológico impacta diretamente a imagem da costa brasileira, consequentemente reduzindo sua atratividade. Portanto, quanto mais próximas essas empresas estiverem da região do desastre, maior será o impacto econômico sentido (CÂMARA; SILVA; PINTO, 2020). Sendo assim, a divisão ficou: estratos de 8km, 16km e 25km. Para esta pesquisa, assumiu-se o estrato de maior proximidade da praia como zona de influência econômica, ou seja, a zona-tampão foi traçada a partir da linha de preamar e se estendeu pelo mapa até a marca de 8km.

Dado que a plataforma de mapeamento *My Maps* abrange tanto os empreendimentos formais como os informais, este material cartográfico complementa as informações econômicas geradas pela RAIS a respeito do setor de turismo. Portanto, entre as informações categorizadas a partir do mapeamento, tem-se como foco: (i) Contagem dos estabelecimentos; (ii) separação por grupos de atividades, conforme Apêndice C; (iii) identificação das atividades predominantes do setor de turismo na região. Dessa forma, com base no número de empreendimentos da região, foi atribuído pesos distintos a estes estabelecimentos, conforme o *ranking* de atividades de potencial ao desenvolvimento sustentável estabelecido nas Equações 2 e 3, lembrando que, ao todo (Apêndice C), foram 19 classes de atividades econômicas relacionadas ao setor de turismo pelo CNAE 2.0. Por isso, os pesos atribuídos a estas atividades econômicas variaram de 1 a 19, atribuindo maior peso (19) para aquelas atividades de maior potencial na área analisada e vice-versa. De maneira adotou-se os procedimentos a seguir (Equação 4):

$$STS_{estab} = EST * P * ODS_{média} \quad (\text{Equação 4})$$

Onde:

STS_{estab} = potencial do setor *i* de turismo do *j*-enésimo estado tornar-se sustentável;
 EST_{ij} = número de estabelecimento do setor *i* da *j*-enésima região do respectivo município;

P = peso do empreendimento, conforme sua classificação de atividade;

$ODS_{média}$ = média ponderada dos ODS no *j*-enésimo município.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do potencial desenvolvimento sustentável das atividades econômicas do setor de turismo combinaram os aspectos setoriais, como rendimentos gerados e pessoal ativo, com o panorama sociodemográfico e outras características alvo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esta relação permite escalonar os estados e municípios litorâneos brasileiros, assim como as atividades econômicas de acordo com o nível de cumprimento dos ODS e nível de potencial desenvolvimento sustentável, respectivamente.

4.1 Potencial desenvolvimento sustentável ao nível estadual

A seguir (Tabela 2) (Figura 11), podem-se contemplar os resultados do nível de cumprimento dos ODS dos cinco primeiros estados na classificação, assim como seus respectivos setores de maior potencial desenvolvimento sustentável. O ranking completo com os valores de cada estado segue no Apêndice D.

Tabela 2 - Ranking dos cinco estados brasileiros de maior nível de cumprimento dos ODS e seus respectivos cinco setores econômicos com maior nível de potencial desenvolvimento sustentável pelo parâmetro de valor de produção e pessoal ocupado

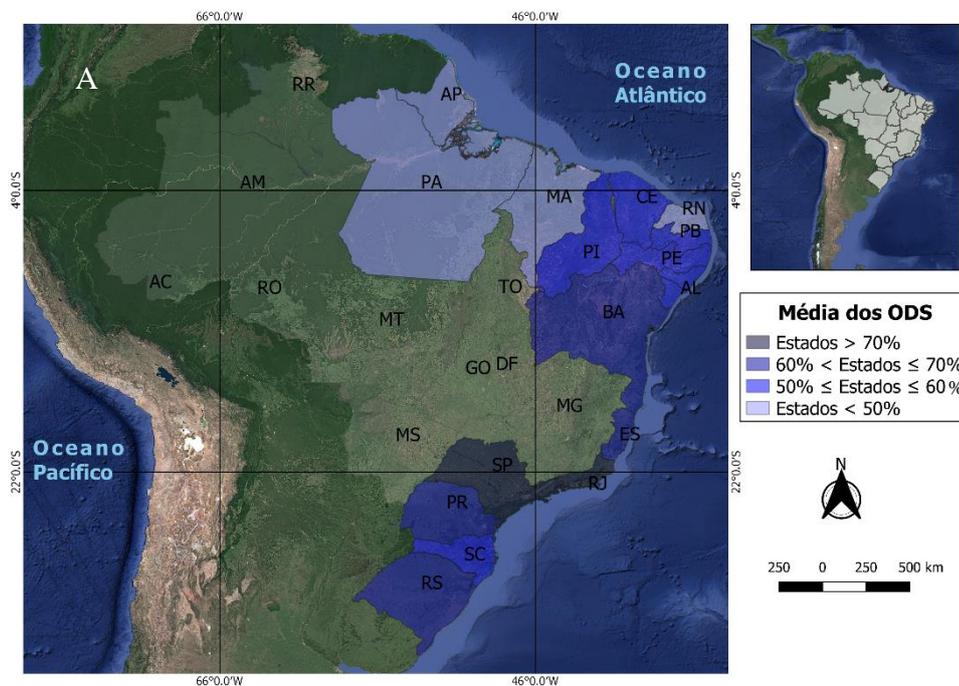
(Continua)					
UF	Nº	CNAE 2.0 Classe	Média dos ODS (%)	STS _{Renda}	STS _{PO}
SP	1º	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	74,61	24.069.636.571,11	17.454,75
	2º	Hotéis e similares		3.393.876.250,53	6.144,83
	3º	Clubes sociais, esportivos e similares		412.638.022,95	1.491,62
	4º	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada		226.139.684,60	1.687,87
	5º	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente		66.403.367,59	878,26
RJ	1º	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	71,05	683.351.531.076,17	93.609,70
	2º	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada		51.580.596.046,90	24.953,30
	3º	Hotéis e similares		47.290.382.459,99	21.174,07
	4º	Clubes sociais, esportivos e similares		6.234.419.956,19	5.824,10
	5º	Atividades de condicionamento físico		6.012.574.421,59	10.243,50
PR	1º	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	68,65	241.207.020,72	1.776,67
	2º	Hotéis e similares		20.461.310,51	499,77
	3º	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada		2.455.798,46	175,06
	4º	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente		709.948,06	92,68
	5º	Clubes sociais, esportivos e similares		391.935,62	61,10

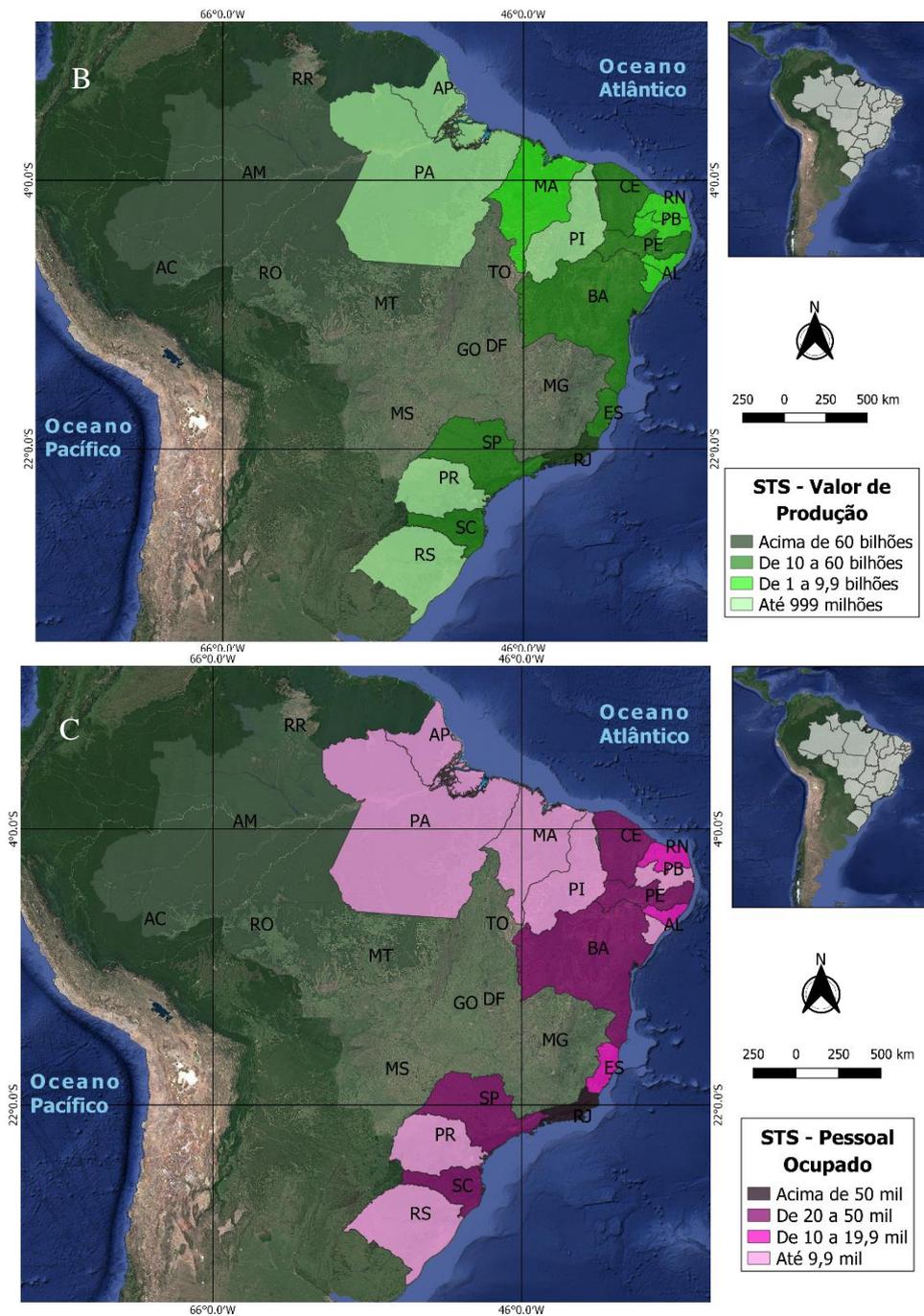
Tabela 2 – Ranking dos estados brasileiros de maior nível de cumprimento dos ODS e seus respectivos setores econômicos com maior nível de potencial desenvolvimento sustentável pelo parâmetro de valor de produção e pessoal ocupado.

				(Conclusão)	
RS	1°	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas		730.830.272,89	2.906,34
	2°	Hotéis e similares		75.586.867,27	905,86
	3°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	64,42	6.029.166,15	271,24
	4°	Parques de diversão e parques temáticos		2.561.337,53	166,22
	5°	Clubes sociais, esportivos e similares		1.449.891,17	117,90
ES	1°	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas		11.389.871.030,50	11.472,05
	2°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada		733.248.571,06	2.746,94
	3°	Hotéis e similares	64,06	331.153.748,05	1.863,54
	4°	Atividades de condicionamento físico		99.465.920,52	1.101,85
	5°	Clubes sociais, esportivos e similares		10.860.841,38	315,82

Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 11 - Situação dos estados brasileiros. A. Média dos ODS por estado; B. Potencial total das atividades econômicas do setor de turismo do estado tornar-se sustentável pela ótica de Valor de Produção; C. Potencial total das atividades econômicas do setor de turismo do estado tornar-se sustentável pela ótica de Pessoal Ocupado.





Fonte: Elaborado pelo autor com software Qgis versão 3.4.13.

Conforme se observa na Tabela 2 e Figura 11A, São Paulo é o estado com as maiores condições para cumprimento dos ODS analisados, com uma média ponderada dos ODS 8, 9, 11, 12 e 13 de 74,61%. Além disso, avaliando as atividades econômicas de maior potencial, em primeiro se destacam os restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas, que se sobressaíram tanto no valor de produção, com um índice de R\$ 24 bilhões no intervalo de um ano (2018), quanto em pessoal ocupado gerando mais de 17,4 mil vínculos ativos, representando, em valores percentuais, uma relevância nos indicadores de potencial de 85,1% e 58,2%, respectivamente, em comparação com os demais setores do estado.

Vale também destacar a atividade econômica de hotéis e similares, a qual atingiu uma renda de R\$ 3,3 bilhões no intervalo de um ano (2018) e gera 6,1 mil vínculos ativos no setor.

Como principal economia do país, não é de surpreender que o estado apareça com um dos destaques nos índices de potencial desenvolvimento sustentável, principalmente quando analisado pelo parâmetro de pessoal ocupado. Allis (2012) explica que uma das primeiras relações de crescimento dos espaços urbanos e desenvolvimento econômico com o turismo em São Paulo tinham uma ligação direta com o setor de hotelaria. Resultado histórico o qual pode ser observado em 1857 com a construção de seis grandes empreendimentos que somaram no desenvolvimento do setor hoteleiro, entre eles: Hotel Recreio Paulistano, Hotel Paulistano, Hotel Universa. Porém, ressalta que o desenvolvimento do setor de turismo até hoje não tem uma natureza consolidada, visto que o estado, como um todo, pouco tem evoluído com políticas de turismo abrangentes, as quais devem concatenar nas instâncias de planejamento urbano, e, conseqüentemente, as intervenções urbanas realizadas até então não atingem tamanha magnitude (seja para o turismo ou não) comparável aos casos dos estados e capitais de outros países ao redor do mundo (ALLIS, 2012).

De toda forma, o turismo tem seu papel no desenvolvimento socioeconômico do litoral do estado. Essa relação pode ser constatada através das taxas de crescimento da população dos municípios litorâneos de São Paulo que, em sua maioria (70% dos municípios litorâneos), se mostram crescentes em comparação à média estadual (IBGE, 2020a, 2019b). Esse crescimento populacional nos municípios pode ser explicado pela migração da população em busca de melhores condições econômicas, vindo de regiões interioranas ou rurais para os centros urbanos (DAUNT; SILVA, 2019). Por outro lado, o turismo também gerou ganhos expressivos quanto aos rendimentos dos setores formais do estado, em que as atividades econômicas vinculadas ao turismo somaram 10,4% dos valores de participação dos setores privados no PIB do estado (resultados da Equação 1).

Allis (2012) caracteriza o turismo em São Paulo como turismo de negócio, isto é, a grande motivação das visitas em São Paulo é por necessidade, sejam relacionados ao trabalho ou estudo, do que por desejo. Alinhado a este pensamento, a pesquisa de sondagem empresarial das agências de turismo e organização de viagens, realizada pelo Mtur (2020a), revela que 15,3% dos entrevistados buscam o estado de São Paulo devido a negócios/trabalho ou estudos. Este percentual é maior que a média nacional que é de 13,3%. De toda forma, segundo o Anuário Estatístico de Turismo do Mtur (2020b), São Paulo foi o estado que mais recebeu turistas, somando 37,1% das chegadas de visitantes ao Brasil, seguido de Rio de Janeiro, que alcançou 19,7%.

Na tentativa de driblar esse caráter negocial, algumas investidas no discurso e nas políticas públicas quanto ao desenvolvimento do turismo no estado têm gerado potenciais resultados. Essa tendência vem acontecendo nos principais municípios do estado, por exemplo, na cidade de São Paulo, capital do estado, tem-se aproveitado o seu aspecto cosmopolita para atrair visitantes, uma vez que a cidade guarda uma variedade enorme de serviços de fácil acesso e disponibilidade a toda hora. Além disso, no final da gestão de Marta Suplicy (2000-2004), algumas ações específicas para este setor ganharam notabilidade. O alvo foi o centro da cidade que recebeu sinalização turística, implantação de turismetrô, instalações de uma Central de Informação Turística (CIT), reabertura dos Cines Marabá e Marrocos, entre outras ações (ALLIS, 2012).

Já nos municípios litorâneos, tem-se dado atenção também à gestão das atividades costeiras e marinhas, além dos investimentos para o desenvolvimento da infraestrutura das cidades e do setor de construção (DAUNT; SILVA, 2019). Por exemplo, no município de Ilhabela, o investimento tem sido nos assentamentos urbanos, gerando expansão do mercado imobiliário, e em ações para segurança alimentar através da pesca (DAUNT; SILVA, 2019; CASIMIRO FILHO, 2002). Carvalho (2018) explica que São Paulo é o sexto estado litorâneo brasileiro na geração de empregos relacionados à Economia do Mar, com mais de 63,5 mil vínculos ativos, conforme os dados da RAIS, o que representa, em valores percentuais, 6,55% do total dos estados.

Dando sequência aos resultados da pesquisa, Rio de Janeiro surge como segundo estado com maior média no cumprimento dos ODS relacionados ao setor de turismo, com um índice de 71,05% (Tabela 2). No que tange às análises do potencial desenvolvimento sustentável, observa-se que o estado leva a melhor em comparação a São Paulo, em que sua principal atividade econômica, restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas, chegou a um índice de R\$ 683 bilhões no intervalo de um ano (2018), pelo parâmetro valor de produção. Sendo assim, o potencial dessa atividade econômica se tornar sustentável é de 85,6%, quando analisado pelo parâmetro dos rendimentos dos setores do estado. Além disso, essa atividade econômica vem gerando um total de 93,6 mil vínculos formais ativos (potencial desenvolvimento sustentável de 55,5%). Ademais, diferentemente de São Paulo, ressalta-se que a segunda atividade de maior potencial desenvolvimento sustentável ficou com os serviços de *catering*, bufê e outros serviços de comida preparada, cujo índice de valor de produção representa um potencial de 64,6% dos valores gerados pelo estado e, em pessoal ocupado, refere-se à fração de 14,8% dos empregados formais do estado.

O turismo no Rio de Janeiro segue tradições, segmentações e fluxos bem distintos do primeiro estado analisado, São Paulo. Enquanto este estado é visto com um aspecto mais industrial, tido como o estado de forte industrialização e principal centro de negócio da América Latina, aquele é um dos principais destinos internacionais, consolidando-se como uma identidade urbana nacional do país (PEREIRA, 2010). Dessa forma, São Paulo atrai um turismo mais negocial, enquanto o Rio de Janeiro gera outras motivações, como a cultura do sol e praia, lazer e verão. Ao encontro dessa afirmação, 49,5% dos entrevistados na pesquisa de sondagem do Mtur (2020a), realizada no estado, afirmam que os principais segmentos de busca são as praias, natureza e atividades de ecoturismo, enquanto 6% procuram o estado por motivos de negócio ou trabalho. Além disso, a capital do Rio de Janeiro foi o terceiro destino de maior demanda entre os meses de dezembro/2020 e janeiro/2021 (MTUR, 2020a). Ressalta-se que a capital é a principal área de entrada do estado, servindo de acesso aos demais municípios. Ademais, dados do Cadastur (2020) revelam um crescimento de 18,5% no número de empreendimentos relacionados aos meios de hospedagem nos municípios litorâneos do estado, no intervalo de um ano entre os terceiros trimestres de 2019-2020.

Estudos anteriores (CÂMARA; SILVA; PINTO, 2020; CÂMARA et al., 2021) levantaram as atividades imprescindíveis para o funcionamento da cadeia produtiva do turismo no litoral brasileiro, como os meios de hospedagens e setor de alimentação, destacando os efeitos de cunho econômico, social, ambiental e cultura gerados por estas atividades, os quais podem exprimir consequências positivas e negativas. Nesse caminho, Lins-de-Barros (2017) avalia a vulnerabilidade da Região dos Lagos, importante polo turístico do Rio de Janeiro, esclarecendo que estas regiões costeiras são intrinsecamente vulneráveis, seja ambiental, sócio ou economicamente, não dependendo de mudanças climáticas ou cenários futuros, uma vez que implica processos atuais. O autor ainda ressalta que, para avaliar a vulnerabilidade socioeconômica dessas áreas suscetíveis, é necessária a compreensão do processo de urbanização daquela região, assim como analisar a atratividade destes locais e como isto influencia as atividades turísticas e o valor de mercado das praias. Ademais, vale salientar que o litoral do estado é uma fundamental fonte de renda, não só pelo desenvolvimento das atividades de turismo, mas outras atividades que se beneficiam diretamente, desde especulação imobiliária à produção de petróleo, tipicamente explorado na região norte do estado e que vem gerando alto tráfego de navios (FROTA; CABRINI; CARDOSO, 2019). Na mesma moeda, os impactos antrópicos também têm sua carga negativa, como estudos anteriores (e.g. CÂMARA; SILVA; PINTO, 2020; CÂMARA et al., 2021; FROTA; CABRINI; CARDOSO, 2019; LINS-DE-BARROS, 2017) se comprometeram a analisar, focando especificamente nas zonas

costeiras do estado e levantando problemas como o lixo urbano, efluentes industriais, ocupação desordenada de espaços naturais, lançamento de substâncias tóxicas nos oceanos, causado por acidentes com derramamento de óleo.

Quanto ao gerenciamento de estratégias desenvolvidas para o setor, entende-se que, apesar da importância econômica do turismo para o Rio de Janeiro, o desenvolvimento de políticas públicas específicas para este estado demorou para acontecer e a publicação do seu Plano Diretor de Turismo só ocorreu em 2001 (SEPDET, 2001). O plano incluía algumas ações específicas voltadas ao desenvolvimento de instituições de apoio ao setor, programas para desenvolvimento de infraestrutura de apoio, a constituição de sistemas de informação voltados aos turistas e o fomento às atividades turísticas. Outro problema é o ordenamento das atividades de turismo no estado, que ainda se dá de forma fragmentada e dispersa, devido à centralidade na captação dos recursos pela capital do estado, o que gera uma dependência econômica limitante dos demais municípios, restrita ao potencial econômico da capital (GOMES; SILVA, 2017). Além disso, há trâmites burocráticos que dificultam esse fator de dispersão, como a existência de repartições públicas com mesmo campo de atuação e que, conseqüentemente, competem entre si, como é o caso da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TURISRIO) e da Secretaria de Turismo do estado (SETUR-RJ) (GOMES; SILVA, 2017). Ademais, ainda não há no estado um plano de ação específico voltado às atividades de Economia do Mar, o que permitiria o desenvolvimento de estratégias voltadas para a gestão das áreas costeiras, incluindo as atividades marinhas e aquelas adjacentes ao mar (CARVALHO, 2018).

Finalmente, vale ressaltar ainda os resultados do estado do Maranhão, o qual obteve o pior desempenho no nível de cumprimento dos ODS (Tabela 3) (Figura 11). Destacou-se os resultados desse estado, uma vez que o objetivo específico cinco visa analisar especificamente os polos de concentração dos estabelecimentos de seu litoral, como poderá ser visto na seção 4.3. Ressalta-se ainda que a tabela completa dos resultados de todos os estados segue no Apêndice D.

Tabela 3 - Estado brasileiro de menor nível de cumprimento dos ODS e seus respectivos cinco setores econômicos com maior nível de potencial desenvolvimento sustentável pelo parâmetro de valor de produção e pessoal ocupado

(Continua)

UF	Nº	CNAE 2.0 Classe	Média dos ODS (%)	STSRenda	STSPo
MA	1º	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	40,09	1.021.241.348,34	2.935,02

Tabela 4 - Estado brasileiro de menor nível de cumprimento dos ODS e seus respectivos cinco setores econômicos com maior nível de potencial desenvolvimento sustentável pelo parâmetro de valor de produção e pessoal ocupado

		(Conclusão)	
2°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	109.604.419,58	959,37
3°	Hotéis e similares	82.550.043,49	816,64
4°	Atividades de condicionamento físico	6.358.780,96	245,75
5°	Agências de viagens	1.302.382,28	97,82

Fonte: elaborado pelo autor

Maranhão obteve uma média de cumprimento dos ODS de 40,09%. Além dele, ficaram com média abaixo de 50% os estados de Pará (46,15%), Amapá (46,27%) e Rio Grande do Norte (47,17%), todos pertencentes às regiões Norte e Nordeste do Brasil. No estudo de Lopes (2020), é proposto um modelo de previsão para analisar o comportamento de um conjunto de indicadores dos ODS 4, 5, 9,10, 13 e 14, a fim de compreender o progresso desses objetivos em Portugal, e o autor define como meta negativa o percentual abaixo de 50%. Esse percentual foi escolhido com base no prazo final das metas estabelecidas na Agenda de 2030. Sendo assim, sabendo que se passaram cinco anos (2015 a 2021) dos quinze estabelecidos como prazo para os ODS, as chances desses estados cumprirem os objetivos analisados nessa pesquisa é relativamente baixa.

Quanto aos resultados dos setores, pelo parâmetro de valor de produção, sem surpresas, novamente a atividade econômica restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas tem a melhor classificação com um potencial de se tornar sustentável de 83,5% e um índice de R\$ 1 bilhão, no intervalo de um ano (2018). Em pessoal ocupado, este setor também leva a melhor com um total de 2.935,02 vínculos formais ativos gerados no setor, o que resulta num potencial desenvolvimento sustentável de 54,2%.

Entre os problemas enfrentados pelo estado, vale destacar os achados obtidos no estudo de Câmara et al. (2021), os quais realizam um mapeamento dos estados da região Nordeste do Brasil, analisando a vulnerabilidade socioeconômica dos setores situados no litoral desses estados ao derramamento de óleo ocorrido em 2019-2020. A partir dos resultados, os autores ressaltam as potenciais perdas econômicas para o estado do Maranhão, destacando, principalmente, os municípios de São Luís, Tutóia e Barreirinhas e as atividades econômicas do setor de alimentação e acomodação como mais suscetíveis. Portanto, os piores resultados no nível de cumprimento dos ODS para este estado é particularmente preocupante, dado que a região Nordeste do país possui uma matriz econômica pouco diversificada e, conseqüentemente, mais dependente do turismo (CÂMARA; SILVA; PINTO, 2020; RIBEIRO

et al., 2020), podendo esta afirmação ser comprovada em estudos anteriores (e.g. HADDAD; PORSSE; RABAHY, 2013; RIBEIRO et al., 2017) que destacam esses setores econômicos por seu papel na redução das desigualdades regionais no Brasil.

Já entre seus atrativos, o litoral maranhense tem suas belezas naturais tipicamente visadas pelo turismo doméstico e internacional. O estado compreende o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, assim como o Delta do Parnaíba e as Reentrâncias Maranhenses, os quais são Áreas de Proteção Ambiental (APA). Para organizar os interesses econômicos de expansão do turismo com a dinâmica de desenvolvimento sustentável, o estado adotou o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão, também conhecido como Plano Maior, o qual é considerado o principal instrumento de planejamento da política do turismo do estado (COSTA, 2015). O objetivo do plano tem foco na crescente visibilidade turística das regiões litorâneas e, conseqüentemente, maior mobilidade turística ao estado, assim como fortalecimento econômico das atividades econômicas atreladas a este setor (SANTOS; TEIXEIRA, 2009). Além disso, deseja-se criar também uma conscientização coletiva dos benefícios sociais proporcionados pelo turismo local (SANTOS; TEIXEIRA, 2009).

De toda forma, os efeitos surtidos por este plano foram sutis e se limitam mais aos aspectos quantitativos, como indicadores de fluxos de turismo e receitas provenientes das atividades econômicas atreladas a esse setor, deixando os aspectos qualitativos a desejar, seja pelos péssimos indicadores sociais, por resultados que não se refletiram na melhoria de vida das comunidades locais, ou a contínua deficiência nos serviços públicos (COSTA, 2015). Ademais, o Plano também falha na ausência de participação dos atores sociais locais nas esferas de planejamento do turismo e de tomadas de decisão nesta área (SANTOS; TEIXEIRA, 2009). Nesse sentido, a Secretaria de Turismo de Maranhão (SETUR-MA) elaborou um novo plano, o Plano Maior 2020, na tentativa de reconfigurar estas questões e expandir as rotas territoriais de alcance do turismo que até então se dava de forma desigual no estado, sendo voltado mais para a capital e o litoral oriental (SETUR, 2012). De toda forma, estas fragilidades do plano precisam não só ser analisadas como também há a necessidade de sua execução, assim como os aspectos qualitativos de caráter socioeconômico precisam ser promovidos (SANTOS; TEIXEIRA, 2009).

4.2 Potencial desenvolvimento sustentável ao nível municipal

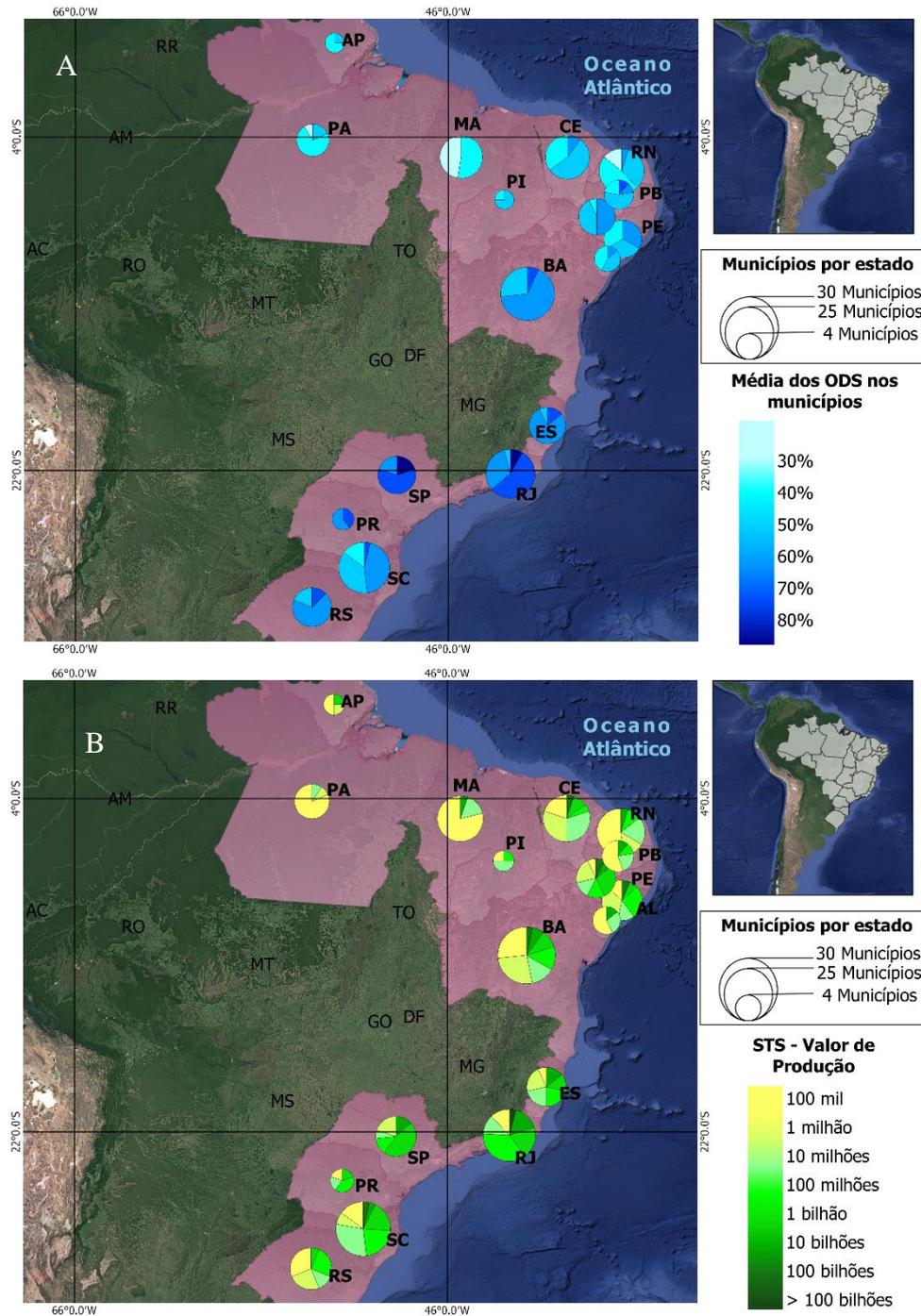
A seguir (Tabela 4) (Figura 12), podem-se contemplar os resultados do nível de cumprimento dos ODS nos municípios e seus respectivos setores de maior potencial desenvolvimento sustentável.

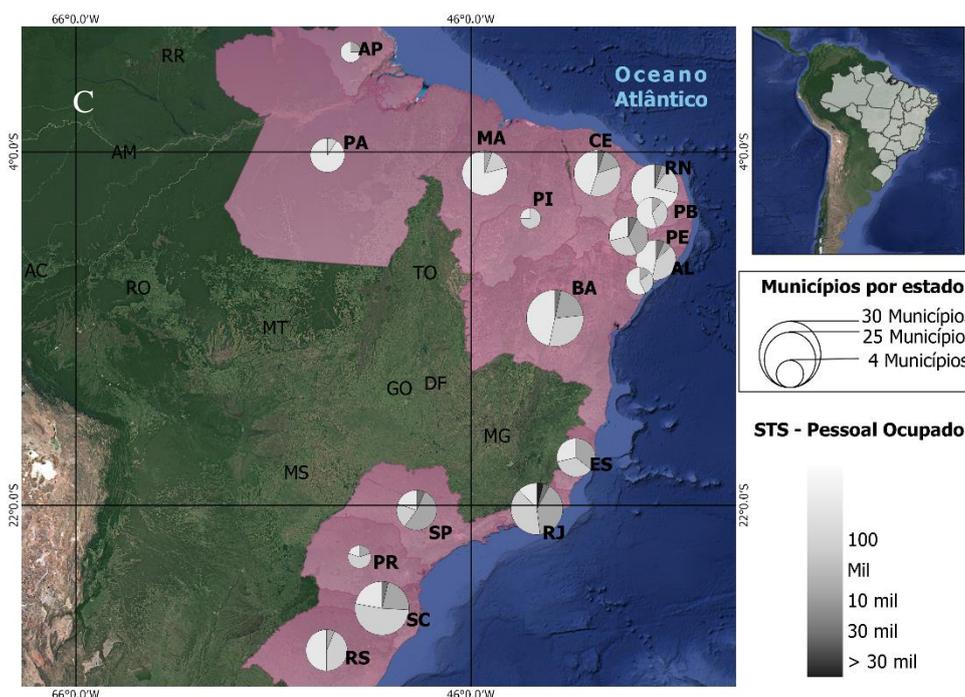
Tabela 5 - Ranking dos 25 municípios brasileiros quanto ao potencial desenvolvimento sustentável, levando em consideração os totais dos setores econômicos de turismo tanto pelo parâmetro de valor de produção quanto pessoal ocupado

UF	Nº	Município	STS _{Renda}	Nº	Município	STS _{PO}
RJ	1º	Rio de Janeiro	1.537.951.048.674,82	1º	Rio de Janeiro	137.275,253
BA	2º	Salvador	65.095.329.502,56	2º	Salvador	29.567,393
CE	3º	Fortaleza	44.231.231.470,85	3º	Fortaleza	26.015,096
PE	4º	Recife	38.037.854.188,75	4º	Recife	22.846,413
SC	5º	Florianópolis	20.091.526.811,18	5º	Florianópolis	14.430,273
SP	6º	Santos	8.845.753.597,37	6º	Natal	10.892,846
RN	7º	Natal	8.303.901.028,73	7º	Niterói	10.821,208
RJ	8º	Niterói	7.885.236.584,02	8º	Maceió	10.256,865
AL	9º	Maceió	7.191.307.720,82	9º	Santos	10.128,000
RJ	10º	Duque de Caxias	5.183.037.556,55	10º	João Pessoa	9.465,565
PE	11º	João Pessoa	4.586.751.149,90	11º	Duque de Caxias	9.213,976
RJ	12º	Macaé	4.371.070.551,67	12º	Porto Seguro	7.268,657
ES	13º	Vitória	4.311.260.516,41	13º	Aracajú	7.127,709
BA	14º	Porto Seguro	4.213.323.507,87	14º	Vitória	7.096,054
SC	15º	Balneário Camboriú	3.979.891.906,88	15º	Macaé	6.766,245
MA	16º	São Luís	3.341.935.496,24	16º	Balneário Camboriú	6.239,119
SE	17º	Aracajú	3.259.057.850,72	17º	São Luís	5.851,589
BA	18º	Mata de São João	2.117.243.190,24	18º	Ipojuca	4.611,515
PE	19º	Ipojuca	1.673.071.226,64	19º	Mata de São João	4.584,957
ES	20º	Vila Velha	1.618.427.510,70	20º	Vila Velha	4.247,882
SP	21º	Guarujá	1.304.045.782,47	21º	Guarujá	3.964,599
RJ	22º	Armação dos Búzios	1.094.584.936,21	22º	Campos dos Goytacazes	3.646,124
ES	23º	Serra	989.900.500,35	23º	São Gonçalo	3.600,716
RJ	24º	Campos dos Goytacazes	968.067.921,82	24º	Serra	3.577,745
RJ	25º	São Gonçalo	878.613.534,26	25º	Armação dos Búzios	3.525,393

Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 12 – Quantitativo dos municípios por estado. A. Média dos ODS nos municípios; B. Potencial total das atividades econômicas do setor de turismo do município tornar-se sustentável pela ótica de Valor de Produção; C. Potencial total das atividades econômicas do setor de turismo do município tornar-se sustentável pela ótica de Pessoal Ocupado.





Fonte: Elaborado pelo autor com software Qgis versão 3.4.13.

Pela média dos ODS analisados (Figura 12A), os três municípios com melhores índices foram Santos, Caraguatatuba e Guarujá, localizados no estado de São Paulo, os quais obtiveram, respectivamente, 86,46%, 85,23% e 83,85% dos índices. Já a cidade do Rio de Janeiro ficou na quarta colocação, com um índice de 81,84%. Porém, no quesito potencial desenvolvimento sustentável (Tabela 4) (Figura 12B e C), esta teve o melhor desempenho tanto pelo parâmetro de valor de produção, quanto pessoal ocupado, isto é, o potencial total das atividades econômicas dessa cidade se tornar sustentável é de 64,3% e 14,9%, respectivamente. No *ranking* dos municípios de maior potencial desenvolvimento sustentável, seguem ainda as capitais de estados da região Nordeste do país: Salvador-BA, Fortaleza-CE e Recife-PE, nesta ordem. Vale destacar que estes estados somam as três maiores economias da região Nordeste e têm o setor de turismo como uma das maiores fontes de renda em sua base econômica e desenvolvimento local (CÂMARA et al., 2021). Nas três capitais, a atividade econômica relativa ao setor de turismo que teve o melhor desempenho econômico e, majoritariamente, tem maior potencial para se tornar sustentável é composta pelos restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas, seguida pelos hotéis e similares. Em Fortaleza, por exemplo, os índices foram R\$ 15 bilhões e 15 mil vínculos ativos, na primeira atividade econômica, e R\$ 740 milhões e 3 mil vínculos, na segunda.

Nos últimos resultados dos relatórios de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) realizados pelo IPEA (2014), discutia-se sobre o papel das esferas estaduais e municipais no sucesso da Agenda, uma vez que estes entes são atores-chaves que devem articular com outros agentes territoriais para evitar que estas metas sejam

realidade ao nível nacional, mas haja uma desigualdade entre os demais níveis. Nesse contexto, na literatura, há uma tendência de estudos (OLIVEIRA; WITTMANN, 2010; EUSTACHIO, 2017; CHERRINGTON et al., 2020) que vêm trabalhando o conceito de desenvolvimento não mais por diferenças territoriais, isto é, desenvolvimento local ou regional. Agora se trabalha o conceito de desenvolvimento pelo aspecto sustentável.

Não se pode afirmar que o município é o único responsável por seu desenvolvimento, ou seja, para ser sustentável, este precisa ser coadjuvante e protagonista, de forma simultânea, em seu processo de desenvolvimento (BEER, 1985). Dessa forma, ele será protagonista na organização e controle de seus sistemas internos e coadjuvante no ambiente aberto no qual está inserido, uma vez que sofre influência deste (EUSTACHIO, 2017). Portanto, estes entes detêm um papel primordial no levantamento, avaliação e discussão dos ODS, assim como precisam interagir com a esfera estadual e federal, com o setor privado, as organizações não governamentais e sociedade como um todo para eficiência no cumprimento desses objetivos.

Entre as ações dessas cidades em prol do desenvolvimento sustentável, Fortaleza aderiu a um planejamento participativo, denominado Fortaleza 2040, que constitui as intermediações na cidade para melhorar as condições sociais, econômicas, de mobilidade e urbanização em curto, médio e longo prazo. No planejamento, há eixos alinhados aos objetivos, como no caderno de Equidade Territorial, Social e Econômica, o qual abrange as metas dos ODS 8 e 11 ao tratar do plano de habitação voltado aos interesses sociais, no plano de regularização fundiária e no plano de inclusão produtiva (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2021). Assim como há cadernos específicos para as metas do ODS 9 – Cidade Conectada, Acessível e Justa – e do ODS 13 – Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – em que apresentam os programas de mobilidade e acessibilidade urbana, de saneamento e segurança hídrica (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2021).

É importante salientar que estes planos municipais se consolidam com o planejamento estratégico organizado pelo estado e intitulado Ceará 2050, em que também se objetiva, nas mesmas condições da capital, o desenvolvimento sustentável do estado (CE, 2021). Ademais, o apelo ao turismo costeiro pode ser visto no plano de ação para Economia do Mar, em que traz um panorama dos fatores críticos de sucesso deste setor e levanta um projeto de incentivo ao turismo na capital (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2016).

De forma similar, Salvador, capital do estado da Bahia, também lança um relatório de planejamento estratégico a cada quatro anos, com base nos programas traçados no Plano

Plurianual (PPA), que traz um diagnóstico dos principais eixos temáticos dos ODS analisados nesta pesquisa (PREFEITURA DE SALVADOR, 2016).

Todavia, é importante salientar que os estados da região Nordeste sofrem com os baixos índices sociais e enfrentam diversos desafios no desenvolvimento de políticas socioeconômicas (SZLAFSZTEIN; STERR, 2007; SILVA et al., 2019). O grau de concentração regional e desigualdade nessas regiões pode ser medido através de algumas métricas, como a participação das regiões e seus respectivos estados no Produto Interno Bruto (PIB), assim como a proporção do PIB *per capita* na região em comparação à média nacional e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador social responsável por evidenciar as diferenças na riqueza entre espaços territoriais analisados (HADDAD; PORSSE; RABAHY, 2013). Nesse contexto, alguns estudos (e.g. PACAUD; VOLLET; ANGEON, 2007; RIBEIRO et al., 2017) apontam a potencial contribuição das atividades turísticas na diminuição da desigualdade regional de países. No caso do Nordeste, não é diferente. Este setor se destaca como potencial base econômica na região, uma vez que a economia local carece de uma base industrial forte, fazendo com que os municípios dessa região forneçam em troca suas atrações naturais, culturais e históricas (HADDAD; PORSSE; RABAHY, 2013). Por isso, o setor de turismo se destaca e vem sendo usado como uma estratégia de desenvolvimento regional (RIBEIRO et al., 2017). Sabendo disso, entre as ações tomadas para fortalecer a política nacional de turismo na região e, conseqüentemente, gerar fundos de investimento para o setor, foi criado o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), que engloba pelo menos quatro estados do Nordeste (Ceará, Bahia, Sergipe e Pernambuco) na busca para melhorar a desigualdade da região (RIBEIRO et al., 2017).

Dando continuidade aos resultados da pesquisa, nota-se ainda, na Figura 12B e C, que, dos 25 municípios com maiores potenciais de se tornar sustentável, 42,9% são do litoral da região Sudeste do país, sendo os dois municípios mais qualificados da região Rio de Janeiro-RJ e Santos-SP. Ressalta-se que o governo do estado de São Paulo vem fazendo esforços para levantar e divulgar relatórios anuais sobre a situação dos ODS tanto ao nível estadual, quanto municipal. O esquema de monitoramento de conformidade dos ODS é discutido na literatura como imprescindível para reivindicar o controle social e, inclusive, está entre as metas do ODS 16 (ORME, 2014). Portanto, o fortalecimento das instituições públicas e o progresso do regime democrático depende dessa troca com os cidadãos, em que a informação é uma moeda valiosa para fortalecimento da atuação interna das instituições públicas e privadas, valorizando as boas práticas e coibindo a corrupção (SP, 2019).

Quanto aos esforços desses municípios para cumprimento desses objetivos, o estado de São Paulo converge seus objetivos estratégicos às metas dos ODS 8 e 9, como pode ser observado no Plano Plurianual (PPA) de 2016-2019 e, o mais recente, de 2020-2023. No último Plano, os ODS 8 e 9 estão notoriamente presentes no objetivo estratégico 4 que trata do desenvolvimento e investimento econômico, promovendo a inovação, o turismo e a economia criativa, assim como a criação de oportunidades de emprego e renda (SP, 2021). Da mesma forma, no Rio de Janeiro, a programação de atração de investimentos e desenvolvimento econômico se dirige diretamente às metas desses objetivos (RJ, 2021). É importante salientar que o PPA, como um instrumento de planejamento, tem como objetivo impor ao poder executivo o plano de suas atividades por um período de quatro anos e se caracteriza por uma gestão mais estratégica (GIACOMONI, 2004). Cada ente federativo é responsável por elaborar seu instrumento de planejamento, porém, na prática, as disposições estaduais orientam a programação de seus respectivos municípios. Por isso, a disposição desses objetivos estratégicos dos PPAs estaduais alinhados às metas dos ODS são ferramentas de incentivo à adoção pelos municípios.

O PPA 2020-2023 de São Paulo ainda mostra os programas associados a estes objetivos de forma setORIZADA. Dessa forma, os programas de incentivo ao crescimento econômico fica por conta das questões relacionadas à pesquisa científica, tecnologia, inovação, produtividade e competitividade, assim como as ações voltadas para a geração de empregos e oportunidades são aquelas relacionadas à capacitação dos jovens e adultos, como o “programa estadual de educação profissional e tecnológica” ou a “qualificação, trabalho e empreendedorismo” (SP, 2021). Já no Rio de Janeiro, os fomentos para pesquisa ficaram por conta de programas como fomento de Pesquisas da UERJ, UENF e UEZO, como também programas de apoio à pesquisa na Administração Pública Estadual (RJ, 2021). Enquanto outros programas relacionados aos ODS 8 e 9, como os programas de formação profissional, incluíam o desenvolvimento do ensino profissional, a educação profissional e tecnológica, entre outras ações (RJ, 2021).

Ademais, existe também nos planos estratégicos desses estados um alinhamento com os demais objetivos analisados nesta pesquisa (ODS 11, 12 e 13). No caso de São Paulo, esses objetivos se inserem na gestão estratégica de qualidade de vida urbana e mobilidade, desenvolvimento sustentável preservando o meio ambiente e padrão de produção e o consumo sustentável (SP, 2021). Quanto ao estado do Rio, estes dispositivos estão na programação setorial do poder executivo, nas seções de prevenção e resposta ao risco e recuperação de áreas

atingidas por catástrofe, desenvolvimento urbano e rural e desenvolvimento agropecuário, pesqueiro e aquícola sustentável (RJ, 2021).

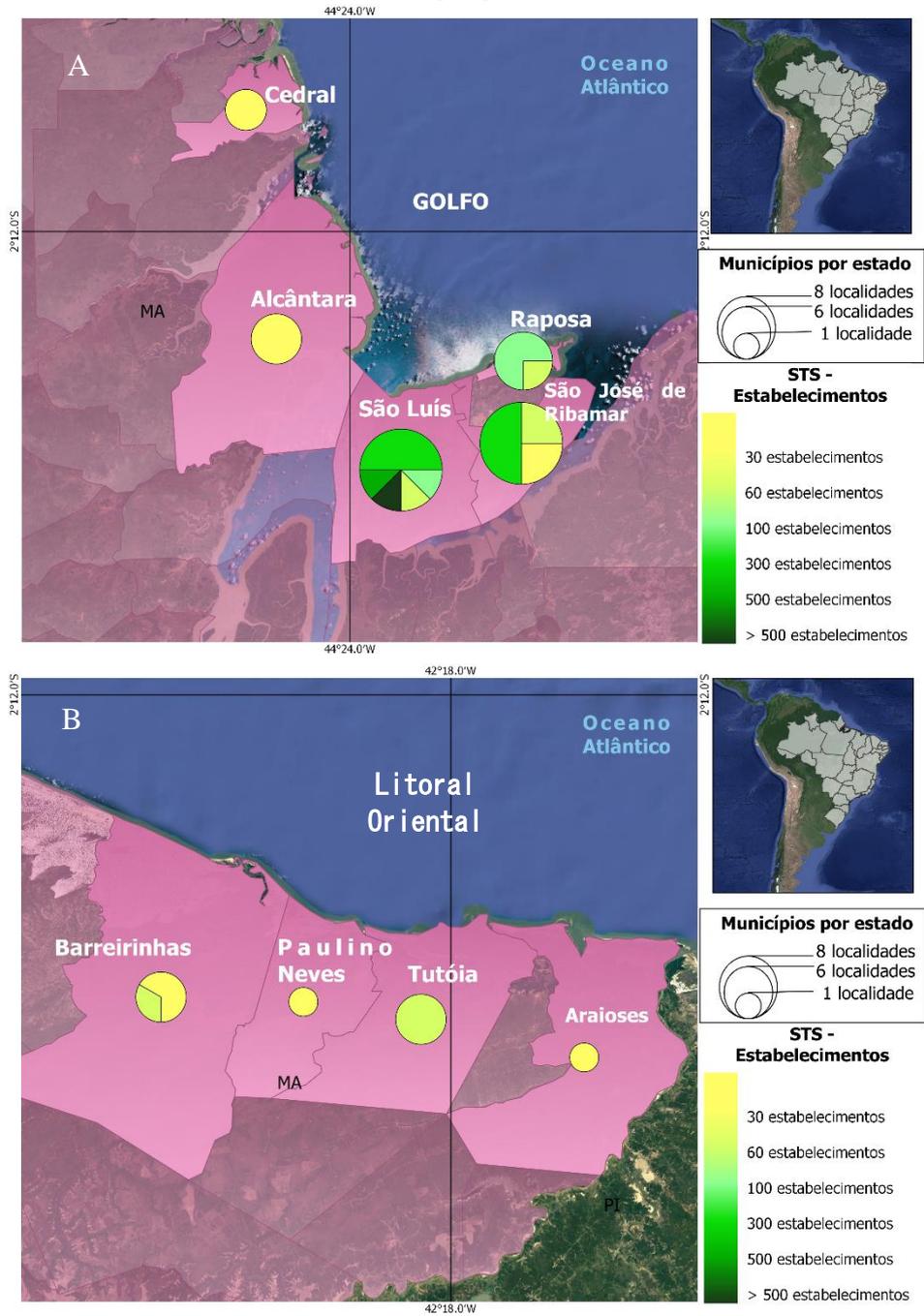
Toma-se nota de que esses planejamentos estratégicos dispostos nos Planos Plurianuais (PPAs) são organizados a longo prazo e, muitas vezes, os dispositivos têm um caráter apenas formal, o que pode dificultar o seu alinhamento à realidade orçamentária prevista no planejamento operacional disposto na LOA (GIACOMONI, 2004). Por isso, a necessidade de se estabelecer a periodicidade dos relatórios de acompanhamento desses planos com intervalos curtos para acompanhar os processos, como acontece nos estados analisados.

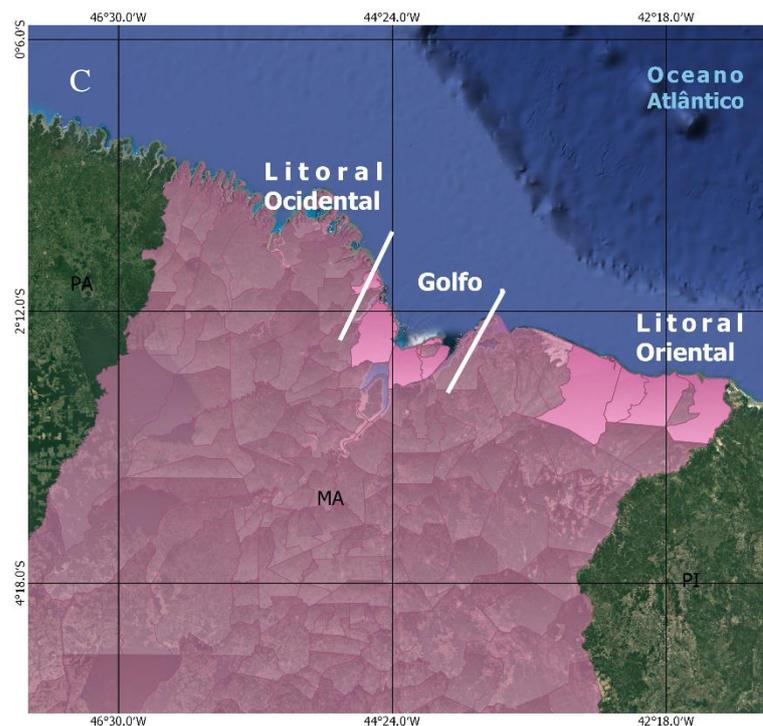
No estudo de Eustachio (2017), que objetiva desenvolver um modelo de avaliação do sistema de administração das prefeituras municipais de São Paulo para o desenvolvimento sustentável, tendo como base os ODS, cria agrupamentos entre os municípios deste estado, de acordo com as semelhanças e diferenças encontradas. De forma similar, o modelo proposto pelo autor revela Santos como o terceiro município com melhor índice de desenvolvimento sustentável, dentre os municípios do agrupamento que se assemelhavam com este, perdendo apenas para São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo (municípios não litorâneos). Vale ressaltar que os indicadores avaliados neste agrupamento eram relacionados aos ODS 4, 5 e 6.

4.3 Resultados da análise de potencial desenvolvimento sustentável pelo número de empreendimentos

Conforme disposto na seção da metodologia, as análises a seguir tinham como alvo o mapeamento do litoral do estado com menor desempenho na média dos ODS relacionados ao setor de turismo. De acordo com a Tabela 3, Maranhão teve o pior índice no nível de cumprimento desses objetivos, por isso, na tentativa de aumentar a lente de análise dessa área e investigar a economia formal e informal das atividades econômicas ligadas ao setor de turismo, realizou-se esta investigação cartográfica em busca dos polos de concentração desses empreendimentos. Além disso, as análises dos resultados nesta etapa combinaram os dados quantitativos das atividades econômicas aos indicadores relacionados aos aspectos das metas dos ODS e os achados podem ser contemplados a seguir (Figura 13).

Figura 13 - Panorama das atividades econômicas no município de Maranhão. A. Potencial desenvolvimento sustentável no litoral central (Golfo); B. Potencial desenvolvimento sustentável no litoral Oriental; C. Divisão geográfica do litoral do Maranhão.





Fonte: Elaborado pelo autor com software Qgis versão 3.4.13.

Observa-se que os municípios onde o setor de turismo mais vem atuando são Barreirinhas, São José de Ribamar e São Luís que juntos somaram 91% de todo o potencial das atividades econômicas deste setor se tornar sustentável. Vale destacar que os principais destinos turísticos do estado que se expandiram após a década de 1990 foram os Lençóis Maranhenses e Barreirinhas, além da capital, São Luís, considerando este o primeiro vetor de expansão do turismo litorâneo no Maranhão para além da capital (COSTA, 2015).

Em São Luís, os principais polos de concentração das atividades foram a Praia do Olho d'Água, Praia do Caolho e Praia de São Marcos com índices potenciais de 809,3; 559,7 e 385,8 estabelecimentos, respectivamente. Além disso, os principais empreendimentos de interesse na primeira localidade são restaurantes, com um indicador de 181,2 estabelecimentos, e lanchonetes, com 112,9 estabelecimentos. Quanto aos meios de hospedagem, o empreendimento de destaque são as pousadas com um índice de 57,5 estabelecimentos. Costa (2015) explica que a expansão das atividades turísticas no Maranhão se dá de forma bastante desigual, onde o foco principal está nos eixos São Luís e Litoral Oriental, o qual inclui Barreirinhas, além do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e outros municípios como Humberto de Campos e Santo Amaro. A proposta do governo estadual para ampliar as rotas turísticas para além desses destinos foi implementada a partir da segunda versão do Plano Maior (SETUR, 2012; COSTA, 2015).

Quanto a Barreirinhas, o maior polo de concentração dos empreendimentos foi a Praia Canto do Atins, com um índice de 465,01 estabelecimentos. Novamente, restaurantes e lanchonetes tiveram os maiores índices, acumulando 154,38 estabelecimentos na área de análise. Além dessas atividades econômicas, também tiveram destaque os hotéis e pousadas com um índice de 14,12 estabelecimentos, cada. Por fim, ressalta-se também a situação do município de São José de Ribamar com um índice de 867,2 estabelecimentos (17,9% do potencial total do estado), sendo o principal polo de concentração a Praia de Boa Viagem, onde as atividades de maiores índices quanto ao potencial desenvolvimento sustentável são as pousadas e restaurantes, que representam 31,2% e 14,3% dos empreendimentos locais. Problemas recorrentes no município de Barreirinhas são a evasão da população local e o aumento da população sazonal devido à crescente demanda turística e especulação imobiliária. Conforme Costa (2015) explica, a aquisição de terras à beira-mar, seja para investimentos futuros, seja para aplicação de capital acumulado, ou empreendedorismo, tem gerado a evacuação de famílias de pescadores das comunidades locais em busca de outras áreas de expansão urbana. Estes problemas característicos da expansão do setor de turismo nessas regiões também podem ser identificados em estudos de outras regiões (e.g. REJOWSKI, 1996; LINS-DE-BARROS, 2017; RIBEIRO et al., 2020) e são fatores não compreendidos nas métricas dos ODS, merecendo um estudo mais aprofundado e com base em dados primários.

Ademais, ressalta-se a questão dos vazios econômicos no litoral ocidental, área a qual não tem se dado importância para as atividades turísticas. Este indicador construído se limita neste quesito, uma vez que, embora os vazios econômicos sejam benéficos para preservação do meio ambiente e proteção dos ecossistemas, a metodologia preconiza avaliar a relação da intensidade econômica com o meio ambiente, carecendo assim de um índice corretor de possíveis distorções que estes cálculos podem causar na avaliação de potencial desenvolvimento sustentável. Sendo assim, este índice corretor poderia melhorar o índice daquela área que tem baixa intensidade econômica, mas que há uma responsabilidade das partes interessadas pela preservação e restauração de seus ecossistemas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta produção científica desenvolveu um percurso metodológico árduo para ir ao encontro da pretensão do setor de turismo rumo ao desenvolvimento sustentável. Sendo assim, nesta pesquisa, buscou-se identificar o potencial do turismo no litoral brasileiro frente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com efeito, a compreensão do tema pode proporcionar melhor alinhamento entre a dinâmica das diferenças regionais, tanto no aspecto social quanto econômico, e os diferentes padrões de desenvolvimento sustentável.

Para identificar este potencial, mensurou-se o desenvolvimento sustentável por dois parâmetros: pessoal ocupado e valor de produção da respectiva atividade econômica, isto é, o valor de participação dos setores no Produto Interno Bruto (PIB) do estado. Além disso, levou-se em consideração também a segregação territorial, uma vez que a ideia era usar diferentes lentes de análise de forma gradual, primeiro tendo em vista o contexto dos estados, depois municípios e, finalmente, as localidades.

No primeiro objetivo específico da dissertação – mensurar um índice para cada ODS relacionado ao setor de turismo a partir das informações extraídas dos estados litorâneos brasileiros –, este estudo confirmou o desempenho dos estados litorâneos brasileiros, assim como seus respectivos municípios litorâneos, quanto ao nível de cumprimento dos ODS, evidenciando São Paulo, como o estado mais bem preparado e mais próximo de atingir as metas da Agenda de 2030. Outrossim, os achados também evidenciam que quatro estados ficaram com a média ponderada dos ODS abaixo dos 50%, o que torna suas chances relativamente baixas quanto à previsão de alcançar as metas. Por fim, ressalta-se que este objetivo serviu como alicerce à construção do indicador de potencial desenvolvimento sustentável. Já no segundo objetivo específico da dissertação – analisar as informações econômicas geradas pelo setor de turismo nos respectivos estados litorâneos –, percebeu-se que as capitais dos estados litorâneos tiveram os maiores valores de participação do setor de turismo no Produto Interno Bruto (PIB) estadual e que têm gerado o maior número de empregos no setor, salvo Macapá, capital de Amapá, estado este que revelou os piores valores em todos os seus municípios litorâneos nos dois parâmetros mensurados.

Quanto ao terceiro e quarto objetivos específicos, que reúnem as informações dos dois primeiros – iii) comparar o desempenho dos estados litorâneos, quanto aos indicadores de ODS, com seus respectivos investimentos econômicos no setor de turismo e iv) verificar, a partir dessas informações, o potencial desenvolvimento sustentável das atividades econômicas relacionadas ao setor de turismo nos respectivos estados litorâneos –, percebe-se uma nítida

divisão econômica e social na geografia dos estados litorâneos brasileiros, principalmente na segregação regional, onde as atividades econômicas do setor de turismo nas regiões Norte e Nordeste tiveram o pior desempenho nos índices de potencial desenvolvimento sustentável. Os estados do Nordeste apenas se sobressaem nas economias de suas respectivas capitais, gerando uma centralidade na captação dos recursos e uma dependência econômica dos demais estados. Ressalta-se também que São Paulo, que é um estado em que o turismo tem um caráter mais comercial e tem uma menor visibilidade turística em seu litoral comparado aos estados da região Nordeste, classifica o município de Santos e Guajará entre as áreas de maior potencial devido à média dos indicadores de ODS acima dos 80%.

Finalmente, o quinto objetivo específico – examinar as áreas de maior concentração de atividades do setor de turismo no estado com menor potencial desenvolvimento sustentável – revelou Maranhão com a menor média dos ODS analisados, o que atribuiu às atividades econômicas do setor de turismo no estado os menores valores de potencial. Sendo assim, o mapeamento realizado ainda evidenciou o litoral oriental do estado como segunda área mais suscetível, uma vez que há um maior número de polos onde se concentram as atividades econômicas do setor de turismo, com destaque para o município de Barreirinhas, ficando atrás apenas de São Luís, capital do estado. Ressalta-se que este mapeamento serve de contribuição para a identificação dos polos de concentração das atividades econômicas nessas áreas, as quais merecem um maior apelo nas estratégias e políticas elaboradas pelo setor público ou privado.

No que diz respeito às suas contribuições, a pesquisa inova ao estabelecer um percurso metodológico para a construção de um modelo de mensuração do potencial desenvolvimento sustentável de regiões. Portanto, o uso desses dados permite comparar regiões e analisar a forma desproporcional que o desenvolvimento sustentável se dá nessas áreas que são limítrofes, mas que possuem configurações socioeconômicas desiguais. O Brasil foi um modelo para essa abordagem pois é um país continental com alta concentração de renda, e uma das maiores economias do mundo, porém também tem índices ruins de desigualdade social e vem enfrentando desafios para o alcance das metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Salienta-se também que a construção destes indicadores de vulnerabilidade poderá não só indicar regiões com maiores chances de desenvolvimento, como permitir a elaboração de estratégia de desenvolvimento regional e o desenvolvimento de políticas em prol do fortalecimento da política nacional de turismo na região. Ademais, como implicações gerenciais, a investigação cartográfica realizada também permite a visualização da concentração de determinadas atividades nestas áreas, sendo assim um instrumento necessário à tomada de decisões.

Por fim, dada a extensão da costa litorânea do Maranhão – segundo de maior extensão no Brasil com cerca de 640km em linha reta – fez-se uso de material cartográfico digital cujas localizações são de origem comunitária e com informações recentes de qualidade verificada e disponíveis para todos os pesquisadores que utilizam esta plataforma. Contudo, há outros meios mais precisos e de alto custo, como a pesquisa de campo, necessária para atualizar os *status* dos empreendimentos mapeados. Além disso, o uso de dados secundários para construção do modelo de mensuração do potencial desenvolvimento sustentável proposto na primeira etapa da análise dos dados se refere às informações mais recentes coletadas no banco de dados, mas refletem apenas o panorama da economia formal dos estados, sendo necessário uma pesquisa com dados primários para identificar a situação da economia informal nessas regiões. Portanto, enfatiza-se a necessidade de pesquisas futuras que repliquem os métodos aqui propostos em outros países, assim como estudos que proponham uma abordagem qualitativa dos dados, em que se deseja analisar as estratégias sustentáveis adotadas pelas organizações, as quais vêm tendo um melhor desempenho com atitudes em prol do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 1, n. 1, p. 79-90, 1999.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). **Painéis de dados: acessos à telefonia móvel**. 2020. Disponível em: <<https://www.anatel.gov.br/paineis/acessos/telefonia-movel>>. Acessado em: 25 jan. 2021.

AHMED, F. et al. Why inequality could spread COVID-19. **The Lancet Public Health**, v. 5, n. 5, p. e240, 2020.

ALLIS, T. **Projetos urbanos e turismo em grandes cidades: o caso de São Paulo**. (Tese de doutorado). Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). São Paulo, Brasil, 2012.

AMARAL, A. C. Z. et al. Brazilian sandy beaches: characteristics, ecosystem services, impacts, knowledge and priorities. **Brazilian Journal of Oceanography**, v. 64, n. SPE2, p. 5-16, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018/2019**. 2019. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/panorama/>>. Acessado em: 5 out. 2020.

ASWITA, D. et al. The natural resources potency of marine ecotourism as an environmental education source. **GeoJournal of Tourism and Geosites**, v. 31, n. 3, p. 996-1003, 2020.

ATLAS GLOBAL DE CARBONO. **Map view: Fossil Fuels Emissions**. 2020. Disponível em: <<http://www.globalcarbonatlas.org/en/CO2-emissions>>. Acessado em: 1 out. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relação de Agências e Postos de Atendimento das Instituições Financeiras e Filiais das Administradoras de Consórcio (transferência de arquivos)**. 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/fis/info/agencias.asp?frame=1>>. Acessado em: 25 jan. 2021.

BARBIER, E. B.; BURGESS, J. C. Sustainability and development after COVID-19. **World Development**, v. 135, p. 105082, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEER, S. **Diagnosing the system for organizations**. London: John Wiley & Sons, 1985. 152 p.

BELLEN, H. M. V. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos eBAPe. Br**, v. 2, n. 1, p. 01-14, 2004.

BERGH, J. C. J. M. V. D. A third option for climate policy within potential limits to growth. **Nature Climate Change**, v. 7, n. 2, p. 107-112, 2017.

BEUREN, I. M. (org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BEVACQUA, A.; YU, D.; ZHANG, Y. Coastal vulnerability: Evolving concepts in understanding vulnerable people and places. **Environmental Science & Policy**, v. 82, p. 19-29, 2018.

BIANCHI, R. V.; DE MAN, F. Tourism, inclusive growth and decent work: a political economy critique. **Journal of Sustainable Tourism**, p. 1-19, 2020.

BRAMWELL, B. et al. Twenty-five years of sustainable tourism and the Journal of Sustainable Tourism: looking back and moving forward. **Journal of Sustainable Tourism**, v.25, n. 1, p. 1-9, 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, e dá outras providências. 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14026.htm>. Acessado em: 1 set. 2020.

BREWER, G. A.; CHOI, Y.; WALKER, R. M. Accountability, corruption and government effectiveness in Asia: an exploration of World Bank governance indicators. **International Public Management Review**, v. 8, n. 2, p. 204-225, 2007.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, p. 172-182, 1991.

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS QUE ATUAM NO SETOR DE TURISMO (CADASTUR). **Prestadores de serviços turísticos** – Cadastur. Disponível em: <<http://dados.turismo.gov.br/cadastur>>. Acessado em: 1 nov. 2020.

CÂMARA, S. F.; SILVA, F. R.; PINTO, F. R. Vulnerabilidade socioeconômica do litoral cearense: mapeamento das localidades atingidas pelo derramamento de óleo. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 62, p. 817-817, 2020.

CÂMARA, S. F. et al. Vulnerabilidade socioeconômica à COVID-19 no epicentro da região Nordeste do Brasil (Ceará). **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, 2020.

CÂMARA, S. F. et al. Socioeconomic vulnerability of communities on the Brazilian coast to the largest oil spill (2019–2020) in tropical oceans. **Ocean & Coastal Management**, v. 202, p. 105506, 2021.

CANELLAS, K. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas**. 2020. Disponível em: <<http://200.137.241.24:8081/jspui/bitstream/123456789/232/1/ODS.pdf>>. Acessado em: 29 set. 2020.

CARIUS, F.; JOB, H. Community involvement and tourism revenue sharing as contributing factors to the UN Sustainable Development Goals in Jozani–Chwaka Bay National Park and Biosphere Reserve, Zanzibar. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 27, n. 6, p. 826-846, 2019.

CARVALHO, A. B. **Economia do mar: conceito, valor e importância para o Brasil.** 2018. 72 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Programa de Pós-graduação em Economia do Desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7915>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CASIMIRO FILHO, F. **Contribuições do Turismo à Economia Brasileira.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (ESALQ), 2002.

CENSO. **Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE. 2019b. ISSN 0104 3145. CensoDemog., Rio de Janeiro, 2010.

CHERRINGTON, E. A. et al. Use of public Earth observation data for tracking progress in sustainable management of coastal forest ecosystems in Belize, Central America. **Remote Sensing of Environment**, v. 245, p. 111798, 2020.

CHEVALIER, S. et al. **User guide to 40 community health indicators.** Ottawa: Community Health Division, Health and Welfare Canada, 1992.

CLARK, J. et al. A life or “good death” situation? A worldwide ecological study of the national contexts of countries that have and have not implemented palliative care. **Journal of pain and symptom management**, v. 57, n. 4, p. 793-801. e11, 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT). **Pesquisa CNT de rodovias.** 2019. Disponível em: <<https://pesquisarodovias.cnt.org.br/Home>>. Acessado em: 5 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). **Plataforma lattes.** 2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/portitulacao-e-uf>>. Acessado em: 25 jan. 2021.

COOK, D. et al. Synergies and Trade-Offs in the Sustainable Development Goals—The Implications of the Icelandic Tourism Sector. **Sustainability**, v. 11, n. 15, p. 4223, 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR AGÊNCIA GOVERNAMENTAL (CAPES). **GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas.** 2019. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acessado em: 25 jan. 2021.

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 399-408, 1997.

COSTA, C. R. R. **O Litoral do Maranhão, entre Segredos e Descobertas: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil.** 2015. (Tese de Doutorado), Doutor em Ciências Geografia Humana, Universidade de São Paulo.

CRISTIANO, S. C. et al. Coastal scenic evaluation at Santa Catarina (Brazil): Implications for coastal management. **Ocean & Coastal Management**, v. 160, p. 146-157, 2018.

DAUNT, A. B. P.; SILVA, T. S. F. Beyond the park and city dichotomy: Land use and land cover change in the northern coast of São Paulo (Brazil). **Landscape and Urban Planning**, v. 189, p. 352-361, 2019.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e Sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DITTMAR, M. Development towards sustainability: How to judge past and proposed policies?. **Science of the total environment**, v. 472, p. 282-288, 2014.

DRIUS, M. et al. Tackling challenges for Mediterranean sustainable coastal tourism: An ecosystem service perspective. **Science of the Total Environment**, v. 652, p. 1302-1317, 2019.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Capstone: Oxford, 1997.

ELSEVIER. **Banco de dados Scopus**. 2020. Disponível em: <<https://www-scopus-com.ez76.periodicos.capes.gov.br/search/form.uri?display=basic>>. Acessado em: 1 jun. 2020.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Anuário Estatístico de Energia Elétrica**. 2020. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica>>. Acessado em: 25 jan. 2021.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **Brazil: Analysis - Energy Sector Highlights**. 2018. Disponível em: <<https://www.eia.gov/international/overview/country/BRA>>. Acessado em: 3 out. 2020.

EUSTACHIO, J. H. P. P. **A estrutura do sistema viável de desenvolvimento sustentável a partir dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU para os municípios do estado de São Paulo: uma aplicação do viable system model para prefeituras municipais**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

EZBAKHE, F. Addressing water pollution as a means to achieving the Sustainable Development Goals. **J Water Pollut Control**, v. 1, n. 1, p. 6, 2018.

FRANÇA, E. B. et al. Leading causes of child mortality in Brazil, in 1990 and 2015: estimates from the Global Burden of Disease study. **Revista brasileira de Epidemiologia**, v. 20, p. 46-60, 2017.

FRANÇA, F. M. et al. Climatic and local stressor interactions threaten tropical forests and coral reefs. **Philosophical Transactions of the Royal Society B**, v. 375, n. 1794, p. 20190116, 2020.

FROTA, G. P.; CABRINI, T. M. B; CARDOSO, R. S. Fluctuating asymmetry of two crustacean species on fourteen sandy beaches of Rio de Janeiro State. **Estuarine, Coastal and Shelf Science**, v. 223, p. 138-146, 2019.

FOLARIN, O.; ADENIYI, O. Does tourism reduce poverty in Sub-Saharan African countries?. **Journal of Travel Research**, v. 59, n. 1, p. 140-155, 2020.

FUKUDA-PARR, S. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development. **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 43-52, 2016.

GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. **A system approach. Environmental Modelling & Assessment**, v.1, p.101-117, 1996.

GETZ, D. Models in tourism planning: towards integration of theory and practice. **Tourism Management**, v. 7, n. 1, p. 21-32, 1986.

GIACOMONI, J. Bases normativas do plano plurianual: análise das limitações decorrentes da ausência de lei complementar. **Revista de Administração Pública**, v. 38, n. 1, p. 79-92, 2004.

GOMES, P. K. M.; SILVA, L. H. P. Políticas de turismo no Rio de Janeiro pós-fusão: programas para interiorização do turismo no estado. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, julho/ dezembro 2017, p. 251 a 271.

GÖSSLING, S.; HALL, C. M. Sharing versus collaborative economy: how to align ICT developments and the SDGs in tourism?. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 27, n. 1, p. 74-96, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (CE). **Ceará 2050: juntos pensando o futuro**. 2021. Disponível em: <<http://www.ceara2050.ce.gov.br/>>. Acessado em 21 jan. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE RIO DE JANEIRO (RJ). **LEI Nº 8.730/2020: Plano Plurianual 2020-2023**. 2021. Disponível em: <<http://www.fazenda.rj.gov.br/>>. Acessado em: 19 jan. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP). **1º Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo**. São Paulo, Brasil. 3 jul. 2019. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/wpcontent/uploads/2019/07/odssp.pdf>>. Acessado em: 30 set. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP). **Lei nº 16.092, de 28 de dezembro de 2015: Plano Plurianual 2016-2019; Lei nº 17.262, de 09 de abril de 2020: Plano Plurianual 2020-2023**. 2021. Disponível em: <<http://www.planejamento.sp.gov.br/>>. Acessado em: 19 jan. 2021.

GRIGGS, D. et al. Sustainable development goals for people and planet. **Nature**, v. 495, n. 7441, p. 305-307, 2013.

GRUBESIC, T. H.; WEI, R; NELSON, J. Optimizing oil spill cleanup efforts: A tactical approach and evaluation framework. **Marine pollution bulletin**, v. 125, n. 1-2, p. 318-329, 2017.

GUIMARÃES, R. P. **Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas.** A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 13-44, 1997.

GUIMARÃES, R; FONTOURA, Y. Desenvolvimento Sustentável na Rio + 20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE. BR**, v.10, n.03. Rio de Janeiro, set. 2012.

GUNAWAN, J.; PERMATASARI, P.; TILT, C. Sustainable development goal disclosures: do they support responsible consumption and production?. **Journal of Cleaner Production**, v. 246, p. 118989, 2020.

HADDAD, E. A.; PORSSE, A. A.; RABAHY, W. Domestic tourism and regional inequality in Brazil. **Tourism Economics**, v. 19, n. 1, p. 173-186, 2013.

HÁK, T. et al. Closing the sustainability gap: 30 years after “Our Common Future”, society lacks meaningful stories and relevant indicators to make the right decisions and build public support. **Ecological Indicators**, v. 87, p. 193-195, 2018.

HAMMOND, A.; WORLD RESOURCES INSTITUTE. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development.** Washington, DC: World Resources Institute, 1995.

HENRIQUES, C. **Turismo, cidade e cultura: planejamento e gestão sustentável.** Lisboa: Edições Sílabo, 2003.

HOSSEN, Z.; KHONDKER, B. H. How Is India Flaring in Achieving SDG 10 on Reduced Inequality? In: **Sustainable Development Goals.** Springer, Cham, 2020. p. 153-165.

ÍNDICE GLOBAL DA FOME (IGF). **The Challenge of Hunger and Climate Change.** 2019. Disponível em: <<https://www.globalhungerindex.org/>>. Acessado em: 29 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil. Rio de Janeiro, Brasil.** 2011. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv55263.pdf>>. Acessado em: 7 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>>. Acessado em: 1 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Trabalho infantil.** 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf>. Acessado em: 03 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).** 2018a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>>. Acessado em: 29 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Anual (PIA) - Empresas**. 2018b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?edicao=27991>>. Acessado em: 5 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. 2019a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html>>. Acessado em: 29 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Agglomerados Subnormais**. 2019b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acessado em: 1 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. 2020a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 30 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas de população enviadas ao TCU**. 2020b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acessado em: 25 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais – SIS**. 2020c. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>>. Acessado em: 25 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Manchas de óleo no litoral do Nordeste**. 2020. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>>. Acessado em: 2 out. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Relatório Nacional de Acompanhamento: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=22538>. Acessado em: 05 ago. 2014.

INSTITUTO DE TURISMO RESPONSÁVEL (RTI). **Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2020. Disponível em: <<http://www.sustainabletourism2017.com/sustainable-development-goals-tourism/>>. Acessado em: 9 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Relatório de atividades INPI**. 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/frobe/Downloads/RelatoriodeAtividades2018.pdf>>. Acessado em: 5 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acessado em: 30 set. 2020.

IWUOHA, J. C.; JUDE-IWUOHA, A. U. COVID-19: Challenge to SDG and Globalization. **Electronic Research Journal of Social Sciences and Humanities**, v. 2, 2020.

KANTAMANENI, K.; GALLAGHER, A.; DU, X. Assessing and mapping regional coastal vulnerability for port environments and coastal cities. **Journal of Coastal Conservation**, v. 23, n. 1, p. 59-70, 2019.

KEONG, C. Y. et al. From Stockholm Declaration to Millennium Development Goals: The United Nation'S Journey to Environmental Sustainability. **Developmental State And Millennium Development Goals//Country Experiences**, p. 209-256, 2018.

KLINGER, D. H. et al. The mechanics of blue growth: management of oceanic natural resource use with multiple, interacting sectors. **Marine Policy**, v. 87, p. 356-362, 2018.

KOIDE, R.; AKENJI, L. Assessment of policy integration of sustainable consumption and production into national policies. **Resources**, v. 6, n. 4, p. 48, 2017.

KRISTJÁNSDÓTTIR, K. R.; ÓLAFSDÓTTIR, R.; RAGNARSDÓTTIR, K. V. Reviewing integrated sustainability indicators for tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, n. 4, p. 583-599, 2018.

LECK, H.; SIMON, D. Fostering multiscalar collaboration and co-operation for effective governance of climate change adaptation. **Urban Studies**, v. 50, n. 6, p. 1221-1238, 2013.

LEE, K-H.; NOH, J.; KHIM, J. S. The Blue Economy and the United Nations' sustainable development goals: Challenges and opportunities. **Environment International**, v. 137, p. 105528, 2020.

LINS-DE-BARROS, F. M. Integrated coastal vulnerability assessment: A methodology for coastal cities management integrating socioeconomic, physical and environmental dimensions-Case study of Região dos Lagos, Rio de Janeiro, Brazil. **Ocean & coastal management**, v. 149, p. 1-11, 2017.

LOPES, L. C. M. C. **Objetivos de desenvolvimento sustentável: previsão do progresso de Portugal no cumprimento da agenda 2030**. 2020. (Tese de Doutorado). Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisbon School of Economics and Management, Universidade de Lisboa, Portugal.

MACDONALD, A. et al. Multi-stakeholder partnerships (SDG# 17) as a means of achieving sustainable communities and cities (SDG# 11). In: **Handbook of sustainability science and research**. Springer, Cham, 2018. p. 193-209.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MALTA, D. C. et al. Mortality due to noncommunicable diseases in Brazil, 1990 to 2015, according to estimates from the Global Burden of Disease study. **São Paulo Medical Journal**, v. 135, n. 3, p. 213-221, 2017.

MANNING, T. Indicators of tourism sustainability. **Tourism management**, v. 20, p. 179-182, 1999.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2016. 3. ed.

MCLACHLAN, A.; BROWN, A. **Sandy beaches as ecosystems**. Amsterdam: Elsevier Science Publishers, 2006. 373 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Gerenciamento costeiro no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro>>. Acesso em: 2 out. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Sondagem Empresarial**. 2020a. Disponível em: <<http://dadosefatos.turismo.gov.br/sondagem-empresarial.html>>. Acessado em: 16 jan. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Anuário Estatístico de Turismo 2020 - Ano Base 2019**. 2020b. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>>. Acessado em: 16 jan. 2021.

MONTES, G. C.; PASCHOAL, P. C. Corruption: what are the effects on government effectiveness? Empirical evidence considering developed and developing countries. **Applied Economics Letters**, v. 23, n. 2, p. 146-150, 2016.

MORDESON, J. N.; MATHEW, S. Sustainable Development Goals: Analysis by the Stakeholder Method. In: **Sustainable Development Goals: Analysis by Mathematics of Uncertainty**. Springer, Cham. p. 61-105.

MOYER, J. D.; HEDDEN, S. Are we on the right path to achieve the sustainable development goals?. **World Development**, v. 127, p. 104749, 2020.

MOYLE, B. et al. Are we really progressing sustainable tourism research? A bibliometric analysis. **Journal of Sustainable Tourism**, p. 1-17, 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Relatório de desenvolvimento humano do PNUD destaca altos índices de desigualdade no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-de-desenvolvimento-humano-do-pnud-destaca-altos-indices-de-desigualdade-no-brasil/>>. Acessado em: 1 set. 2020.

NAHAS, M. I. P. et al. Desigualdade e discriminação no acesso à água e ao esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00100818, 2019.

NERES, L. L. F. G. et al. Implantação de usinas hidrelétricas no estado do Tocantins: uma discussão teórica sobre os impactos socioambientais e econômicos. **Natural Resources**, v. 7, n. 2, p. 23-31, 2017.

NESTICÒ, A.; MASELLI, G. Sustainability indicators for the economic evaluation of tourism investments on islands. **Journal of Cleaner Production**, v. 248, p. 119217, 2020.

NEURATH, P. **From Malthus to the Club of Rome and Back: problems of limits to growth, population control and migrations.** Taylor & Francis, 2017.

NICHOLLS, K. et al. “**Marine Oil Spills: Array of Potential Human Effects.**” Diagram presented at Preparing for a Rapid Response to Major Marine Oil Spills Workshop, August 2, Washington, DC, 2017.

NICOLODI, J. L.; PETTERMANN, R. M. Vulnerability of the Brazilian coastal zone in its environmental, social, and technological aspects. **Journal of Coastal Research**, p. 1372-1379, 2011.

ODS-BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030):** indicadores brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2020. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>. Acessado em 1 set. 2020.

OLIVEIRA, H. P. V. **Avaliação dos Indicadores do Potencial Turístico do Município de Itapipoca:** subsídios para o desenvolvimento sustentável do turismo. (Dissertação). Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2009.

OLIVEIRA, M. A. F.; WITTMANN, M. L. **Sistema integrado de gestão:** uma nova abordagem para integrar a competitividade das organizações com o desenvolvimento regional. In: WITTMANN, M. L. Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISIC, 2010, 395 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo:** a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acessado em: 05 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **The sustainable development goals report 2020.** Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/>>. Acessado em: 1 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World:** transforming food systems for affordable healthy diets. 2020a. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html>>. Acessado em: 29 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Global Forest Resources Assessment.** 2020b. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca9825en/CA9825EN.pdf>>. Acessado em: 1 out. 2020.

ORME, B. Does Sustainability Require Transparency? The UN Divide Over Freedom of Information & Media in the Post-2015 Development Agenda. **Global Media Journal-German Edition**, v. 4, n. 2, 2014.

OTTO-ZIMMERMANN, K. Local implementation of Agenda 21. **Marine Policy**, v. 18, n. 2, p. 112-115, 1994.

PACAUD, L.; VOLLET, D.; ANGEON, V. Impact of tourism infrastructure on regional development: the implantation of a Center Parc resort in northern France. **Tourism Economics**, v. 13, n. 3, p. 389-406, 2007.

PAGNOCCHESCHI, B. Governabilidade e governança das águas no Brasil. In Moura, A. M. M. (org). **Governança ambiental no Brasil: Instituições, atores e políticas públicas**. Capítulo 7. Brasília: IPEA, 2016, p. 175-199.

PEREIRA, V. **São Paulo e Rio de Janeiro: hipermetrópoles, turismo e moda como economias culturais do espaço**. 2010. (Tese de Doutorado). Doutorado em arquitetura e urbanismo. Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Universidade de São Paulo, Brasil.

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS (MUNIC). **Perfil dos Municípios Brasileiros 2017**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=21632&t=destaques>>. Acessado em: 1 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Publicações dos Relatórios do Plano Fortaleza 2040**. 2021. Disponível em: <<http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/fortaleza-2040/publicacoes-do-projeto>>. Acessado em: 21 jan. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Economia do Mar: plano de ação**. 2016. Disponível em: <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/eixos/5_EconomiadoMar.pdf>. Acessado em: 21 jan. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Planejamento estratégico 2017-2020**. 2016. Disponível em: <http://www.salvador.ba.gov.br/images/PDF/arquivo_planejamento.pdf>. Acessado em: 25 jan. 2021.

PRIMAVERA, J. H. Overcoming the impacts of aquaculture on the coastal zone. **Ocean & Coastal Management**, v. 49, n. 9-10, p. 531-545, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano. 2019. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/2019-report/download>>. Acessado em: 1 set. 2020.

RASOOLIMANESH, S. M. et al. A systematic scoping review of sustainable tourism indicators in relation to the sustainable development goals. **Journal of Sustainable Tourism**, p. 1-21, 2020.

REJOWSKI, M. **Turismo sob a ótica dos monitores municipais**. Brasília, 1996.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). **Bases estatísticas RAIS/CAGED**. 2018. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acessado em: 20 mar. 2020.

RIBEIRO, L. C. S. et al. Tourism and regional development in the Brazilian Northeast. **Tourism Economics**, v. 23, n. 3, p. 717-727, 2017.

RIBEIRO, L. C. S. et al. Blue water turns black: economic impact of oil spill on tourism and fishing in Brazilian Northeast. **Current Issues in Tourism**, p. 1-6, 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019.

SACHS, I. **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Sebrae, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Editora Garamond, 2004.

SACHS, J. D. From millennium development goals to sustainable development goals. **The Lancet**, v. 379, n. 9832, p. 2206-2211, 2012.

SANTOS, S. R.; TEIXEIRA, M. G. C. Análise do plano de desenvolvimento turístico do estado do Maranhão: potencialidades e entraves na gestão de pólo turístico. **Turismo-Visão e Ação**, v. 11, n. 2, p. 218-241, 2009.

SCHEIDEL, A. et al. Ecological distribution conflicts as forces for sustainability: an overview and conceptual framework. **Sustainability science**, v. 13, n. 3, p. 585-598, 2018.

SCIMAGO JOURNAL & COUNTRY RANK (SJR). **Avaliação dos periódicos**. 2019. Disponível em: <<https://www.scimagojr.com/>>. Acessado em: 19 out. 2020.

SCOTT, D.; HALL, C. M.; GÖSSLING, S. Global tourism vulnerability to climate change. **Annals of Tourism Research**, v. 77, p. 49-61, 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO (SEPDET). **Plano diretor de turismo do estado do Rio de Janeiro**. 2001. Disponível em: <<http://www.prodetur.rj.gov.br/arquivos/Volume1.pdf>>. Acessado em: 17 jan. 2021.

SECRETARIA DE TURISMO DO MARANHÃO (SETUR-MA). **Plano Maior 2020: Plano estratégico de turismo do estado do Maranhão (Relatório final)**. 2012. Disponível em: <https://www.turismo.ma.gov.br/files/2015/09/4-PLANO-MAIOR-2020_Relat%C3%B3rio-Final.pdf>. Acessado em: 18 jan. 2020.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: instrumentos esferas de ação e educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SEIXAS, C. S. et al. Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 81, 2020.

SHEVCHENKO, H. et al. Management of wellness and recreation in urban agglomerations. **Problems and Perspectives in Management**, v. 18, n. 1, p. 231, 2020.

SILVA, A. C. F. et al. History and challenges of Brazilian social movements for the achievement of the right to adequate food. **Global public health**, v. 14, n. 6-7, p. 875-883, 2019.

SILVA, M. L. et al. Marine debris on beaches of Arraial do Cabo, RJ, Brazil: An important coastal tourist destination. **Marine pollution bulletin**, v. 130, p. 153-158, 2018.

SISTEMA DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (DATASUS). (2020a). **Informações de saúde (TABNET)**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>. Acessado em: 30 set. 2020.

SISTEMA DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (DATASUS). (2020b). **Cobertura vacinal (TABNET)**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/f13.pdf>>. Acessado em: 30 set. 2020.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **SNIS: série histórica**. 2018. Disponível em: <<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>>. Acessado em: 1 out. 2020.

STEINER, M. NGO reflections on the World Summit: Rio+ 10 or Rio-10. **Rev. Eur. Comp. & Int'l Env'tl. L.**, v. 12, p. 33, 2003.

SZLAFSZTEIN, C.; STERR, H. A GIS-based vulnerability assessment of coastal natural hazards, state of Pará, Brazil. **Journal of Coastal Conservation**, v. 11, n. 1, p. 53-66, 2007.

TAYRA, F. O conceito do desenvolvimento sustentável. Campina Grande–PB, **Revista de economia e desenvolvimento sustentável**, 2007.

TOSUN, C.; JENKINS, L. Regional planning approaches to tourism development. **Tourism Management**, v. 17, n. 7, p. 519-531, 1996.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). Sustainable tourism for development guidebook. **World Tourism Organization, European Commission**, Madrid, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

WILLIAMS, A. T.; MICALLEF, A. **Beach management: principles and practice**. Earthscan, London, 2009. ISBN 978-1-84407-435-8.

WINCHENBACH, A.; HANNA, P.; MILLER, G. Rethinking decent work: the value of dignity in tourism employment. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 27, n. 7, p. 1026-1043, 2019.

WINTER, T.; KIM, S. Exploring the relationship between tourism and poverty using the capability approach. **Journal of Sustainable Tourism**, p. 1-19, 2020.

WORLD BANK GROUP (WBG). **Gross Domestic Product (GDP) (current US\$)**. 2019. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acessado em: 29 set. 2020.

WORLD FACTBOOK. **Comparação de países: desemprego, jovens de 15 a 24 anos**. 2020. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/373rank.html>>. Acessado em: 3 out. 2020.

WORLDWIDE GOVERNANCE INDICATORS (WGI). **Controle de corrupção**. 2019. Disponível em: <<https://info.worldbank.org/governance/wgi/>>. Acessado em: 6 out. 2020.

XAVIER, L. Y.; JACOBI, P. R.; TURRA, A. Local Agenda 21: Planning for the future, changing today. **Environmental Science & Policy**, v. 101, p. 7-15, 2019.

ZHANG, H. et al. Anti-corruption efforts, public perception of corruption, and government credibility in the field of real estate: An empirical analysis based on twelve provinces in China. **Cities**, v. 90, p. 64-73, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LISTA DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS QUE TRABALHARAM OS CONSTRUTOS “TURISMO SUSTENTÁVEL” E “ODS” REVISADOS POR PARES E PUBLICADOS EM PERIÓDICOS A PARTIR DE 2015.

Periódico	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)																	Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
ABAC Journal	[ODS não especificado]																	0
Austrian Journal of South-East Asian Studies								1			1	1		1				4
Environmental Development													1					1
GeoJournal	1	1	1	1	1	1		1	1	1		1	1	1	1			13
International Journal of Economics and Finance Studies								1	1		1	1		1				6
International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage												1						2
International Journal of Sustainable Development and Planning								1	1				1		1			4
Investigaciones Turisticas	1									1	1							4
ISPRS Journal of Photogrammetry and Remote Sensing								1			1							2
Journal of Environmental Management and Tourism												1						1
Journal of Hospitality and Tourism Technology									1	1	1	1						5
Journal of Outdoor Recreation and Tourism						1					1		1					3
Journal of Sustainable Tourism	3	2	4	3	1	1	8	3	1	2	4	4	2	2	2	2		44
Sustainability (Switzerland)	1	2	2	2	1		5	3	2	1	2		1	1	3	1		27
Tourism	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	16
Tourism and Hospitality Research									1		1		1	1	1		1	6
Tourism Management								1		1	1		1	1				5
Tourism Management Perspectives				1														1
Tourism Planning and Development																1	1	2
Tourism Recreation Research												1		1	1			3
Tourism Review												1	1	1	1			4
Water (Switzerland)		1				1		1				1						4
Worldwide Hospitality and Tourism Themes	1	1						2	1	1	1	1	2	1			1	12
Total	8	4	6	9	6	6	2	23	13	9	13	17	13	12	10	7	11	169

APÊNDICE B – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS ANALISADAS EM CADA ODS E RESPECTIVA ORGANIZAÇÃO A QUAL FOI EXTRAÍDA.

Objetivo	Fonte	Âmbito	Descrição das variáveis
ODS 8	IBGE (2015, 2018a, c, 2019a, b, 2020a, b, c); BCB (2021)	Município	Taxa de crescimento do PIB
		Estado	Proporção de trabalhadores ocupados em atividades informais
		Município	Taxa de desocupação Número de agências bancárias por 100 000 adultos
		Município	Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro
		Estado	Proporção de ocupados de 14 anos ou mais em situação de trabalho vulnerável
ODS 9	IBGE (2015, 2018a, c, 2019a, b, 2020a, b, c); MUNIC (2017, 2018); CNT (2019); ANATEL (2020); CNPQ (2016); CAPES (2019); INPI (2019)	Estado	Estado geral das estradas
			Pavimento das estradas
			Sinalização das estradas
		Município	Valor adicionado da indústria de transformação em proporção do PIB per capita
			Emprego na indústria em proporção do emprego total
			Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total
Estado	Quantidade de portabilidade		
	Quantidade de reclamações das operadoras telefônicas		
	Acesso a telefone móvel		
		Município	Densidade de telefone móvel Pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes
		Estado	Relação de Depósitos de patentes de invenção
ODS 11	CENSO (2010); MUNIC (2015, 2017, 2018); DATASUS (2020a); ABRELPE (2020)	Município	Estimativa do Número de Domicílios Ocupados em áreas classificadas como aglomerados subnormais
		Município	População Estimada total no município
		Estado	Coleta de lixo total Índice de cobertura de coleta

<p>Município</p>	<p>Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes</p> <p>Existência de Plano Municipal de Habitação no município</p> <p>Plano Municipal de Habitação é articulado ao Plano Diretor</p> <p>Aspectos do Plano Municipal de Habitação</p> <p>Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade</p> <p>Promover a urbanização e recuperação física de favelas e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes</p> <p>Garantir, no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas</p> <p>Priorizar ações nas áreas de risco</p> <p>Coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para essa finalidade</p> <p>Produção de novas unidades habitacionais de interesse social</p> <p>Existência de Fundo Municipal de Habitação</p> <p>Existência de Conselho Municipal de Habitação</p> <p>Existência de Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais</p> <p>O cadastro inclui a natureza do benefício habitacional pretendido pelas famílias</p> <p>Existem no município Favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados</p> <p>Existem no município Loteamentos irregulares e/ou clandestinos</p> <p>Foram realizados pela prefeitura, no ano de 2015 e/ou 2016, programas ou ações de:</p> <p>Aquisição de unidades habitacionais</p> <p>Construção de unidades habitacionais</p> <p>Melhoria de unidades habitacionais</p> <p>Urbanização de assentamentos</p> <p>Nenhum dos programas ou ações</p> <p>Existência de Plano Municipal de Transporte</p>
------------------	--

<p>Aspectos do Plano Municipal de Transporte</p> <p>Município</p> <p>O município possui</p> <p>Este transporte coletivo atende também ao deslocamento entre bairros, distritos, localidades dentro do município</p>	<p>A política de circulação viária e de transportes do município</p> <p>A estrutura e a forma de organização do sistema de transporte de passageiros, bem como suas regras básicas de funcionamento</p> <p>A estrutura, a forma de organização e as normas de utilização do espaço viário de uso público</p> <p>O uso pelo pedestre e pelo ciclista do espaço viário de uso público</p> <p>A inclusão de pessoas com deficiência na rede viária e no sistema de transporte</p> <p>Conselho Municipal de Transporte ou similar</p> <p>Fundo Municipal de Transporte</p> <p>Serviços regulares de transporte de passageiros existentes no município metrô</p> <p>Serviços regulares de transporte de passageiros existentes no município avião</p> <p>Transporte coletivo por ônibus intramunicipal</p> <p>Frota de ônibus municipais adaptada para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida</p> <p>Transporte coletivo por ônibus intermunicipal</p> <p>Ciclovia</p> <p>Bicicletário</p> <p>Como instrumento de planejamento Plano Municipal de Redução de Riscos</p>
<p>Em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, o município possui</p>	<p>Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco (reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização de</p>

	<p>Município</p> <p>Em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamento de encostas, o município possui</p> <p>Em relação à gestão de riscos e resposta a desastres, existe no município Núcleo de Defesa Civil (NUDECs)</p>	<p>benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros)</p> <p>Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres</p> <p>Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco (reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização de benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros)</p> <p>Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres</p>
<p>ODS 12</p> <p>MUNIC (2017, 2018); ABRELPE (2020); EPE (2020)</p>	<p>Município</p> <p>O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar</p> <p>A área responsável pelo tema meio ambiente dispõe de recursos financeiros específicos para serem utilizados no desenvolvimento de suas ações</p> <p>O município possui Legislação ou instrumento de gestão ambiental existente no município, mesmo que esteja inserido na Lei Orgânica, Plano Diretor, Código Ambiental, etc</p> <p>O município possui Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos</p> <p>O município possui Programas implementados pelo governo municipal em parceria com o Governo Federal</p> <p>O município paga diretamente por serviços ambientais – PSA</p>	<p>O município possui Fundo Municipal de Meio Ambiente ou similar</p> <p>Sobre área e/ou zona de proteção ou controle ambiental</p> <p>Sobre proteção à biodiversidade</p> <p>Sala verde</p> <p>Circuito Tela Verde</p> <p>Educação ambiental no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS</p> <p>Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF</p>

	<p>Existência de Lei municipal de segurança alimentar Existência de Conselho Municipal de Segurança Alimentar</p> <p>Município O município possui ações desenvolvidas para</p> <ul style="list-style-type: none"> Atividades de capacitação, fomento ou incentivo à produção orgânica e/ou agroecológica Manutenção de feiras livres/populares ou mercados públicos de alimentos Atividades de agricultura urbana Compras públicas da agricultura familiar Programa cisternas, incluindo água para consumo e produção <p>Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> Coleta de lixo total Índice de cobertura de coleta Geração de resíduos sólidos Capacidade instalada de estações de energia Geração de energia elétrica
<p>ODS 13</p> <p>MUNIC (2017, 2018); IBGE (2015, 2018a, c, 2019a, b, 2020a, b, c)</p>	<p>Município O município possui</p> <ul style="list-style-type: none"> Plano Diretor que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas Lei específica que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas Plano Diretor que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas Lei específica que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas Plano Municipal de Redução de Riscos Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar Fundo Municipal de Meio Ambiente ou similar <p>A área responsável pelo tema meio ambiente dispõe de recursos financeiros específicos para serem utilizados no desenvolvimento de suas ações</p>

		Sobre coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos
		Sobre saneamento básico
	O município possui	Sobre área e/ou zona de proteção ou controle ambiental
	Legislação ou instrumento de	Sobre destino das embalagens utilizadas em produtos
	gestão ambiental existente no	agrotóxicos
	município, mesmo que esteja	Sobre poluição do ar
Município	inserido na Lei Orgânica,	Sobre permissão de atividades extrativas minerais
	Plano Diretor, Código	Sobre fauna silvestre
	Ambiental, etc	Sobre florestas
		Sobre proteção à biodiversidade
		Sobre adaptação e mitigação de mudança do clima
	O município possui Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos	
Estado	Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes	

APÊNDICE C – DIVISÕES, GRUPOS E CLASSES DE CNAE 2.0 REFERENTES ÀS ATIVIDADES DO SETOR DE TURISMO.

Divisões	Grupo	Classe
Alojamento	Hotéis e similares	Hotéis e similares
	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente
Alimentação	Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas Serviços ambulantes de alimentação
	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	Agências de viagens e operadores turísticos	Agências de viagens Operadores turísticos
	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares
		Criação artística Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	Atividades de bibliotecas e arquivos
		Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
Atividades esportivas e de recreação e lazer	Atividades esportivas	Gestão de instalações de esportes Clubes sociais, esportivos e similares Atividades de condicionamento físico Atividades esportivas não especificadas anteriormente
		Parques de diversão e parques temáticos Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
	Atividades de recreação e lazer	

APÊNDICE D – RANKING DOS ESTADOS BRASILEIROS DE MAIOR NÍVEL DE CUMPRIMENTO DOS ODS E SEUS RESPECTIVOS CINCO SETORES ECONÔMICOS COM MAIOR NÍVEL DE POTENCIAL DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PELO PARÂMETRO DE VALOR DE PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO

UF	Nº	CNAE 2.0 Classe	Média dos ODS (%)	STS _{Renda}	STS _{Po}
SP	1º	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	74,61	24.069.636.571,11	17.454,75
	2º	Hotéis e similares		3.393.876.250,53	6.144,83
	3º	Clubes sociais, esportivos e similares		412.638.022,95	1.491,62
	4º	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada		226.139.684,60	1.687,87
	5º	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente		66.403.367,59	878,26
RJ	1º	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	71,05	683.351.531.076,17	93.609,70
	2º	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada		51.580.596.046,90	24.953,30
	3º	Hotéis e similares		47.290.382.459,99	21.174,07
	4º	Clubes sociais, esportivos e similares		6.234.419.956,19	5.824,10
	5º	Atividades de condicionamento físico		6.012.574.421,59	10.243,50
PR	1º	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	68,65	241.207.020,72	1.776,67
	2º	Hotéis e similares		20.461.310,51	499,77
	3º	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada		2.455.798,46	175,06
	4º	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente		709.948,06	92,68
	5º	Clubes sociais, esportivos e similares		391.935,62	61,10
RS	1º	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	64,42	730.830.272,89	2.906,34
	2º	Hotéis e similares		75.586.867,27	905,86

	3°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	6.029.166,15	271,24
	4°	Parques de diversão e parques temáticos	2.561.337,53	166,22
	5°	Clubes sociais, esportivos e similares	1.449.891,17	117,90
	1°	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	11.389.871.030,50	11.472,05
ES	2°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	64,06	2.746,94
	3°	Hotéis e similares	331.153.748,05	1.863,54
	4°	Atividades de condicionamento físico	99.465.920,52	1.101,85
	5°	Clubes sociais, esportivos e similares	10.860.841,38	315,82
	1°	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	34.488.725.537,12	21.527,17
	2°	Hotéis e similares	20.703.371.363,75	14.875,12
BA	3°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	62,36	4.448,63
	4°	Clubes sociais, esportivos e similares	259.388.945,51	1.079,57
	5°	Atividades de condicionamento físico	200.337.018,34	1.723,82
	1°	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	21.517.813.055,70	17.031,02
	2°	Hotéis e similares	3.902.258.304,98	6.584,88
PE	3°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	59,93	5.672,61
	4°	Atividades de condicionamento físico	187.683.986,42	1.572,20
	5°	Agências de viagens	151.586.816,29	1.132,84
	1°	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	35.620.058.646,92	18.608,02
	2°	Hotéis e similares	4.139.621.343,38	6.048,74
SC	3°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	59,58	1.561,20
	4°	Atividades de condicionamento físico	110.033.981,21	1.126,21
	5°	Agências de viagens	69.572.620,00	685,26

AL	1°	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas		2.770.102.605,78	6.048,31
	2°	Hotéis e similares		1.243.535.746,82	3.763,01
	3°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	54,97	22.224.929,67	539,30
	4°	Agências de viagens		10.653.756,65	320,50
	5°	Atividades de condicionamento físico		8.719.993,71	351,29
PB	1°	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas		1.718.815.473,56	5.098,23
	2°	Hotéis e similares		89.311.582,58	1.193,19
	3°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	54,06	40.869.496,62	780,68
	4°	Atividades de condicionamento físico		10.220.832,04	398,45
	5°	Agências de viagens		3.975.665,12	205,44
PI	1°	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas		16.486.835,30	536,52
	2°	Hotéis e similares		8.233.884,19	344,52
	3°	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	53,33	126.826,86	43,20
	4°	Agências de viagens		97.605,97	41,07
	5°	Atividades de condicionamento físico		65.252,05	34,13
CE	1°	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas		16.077.476.690,65	15.031,31
	2°	Hotéis e similares		2.116.404.588,58	5.031,57
	3°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	52,83	543.970.356,73	2.678,78
	4°	Atividades de condicionamento físico		105.470.873,13	1.213,64
	5°	Parques de diversão e parques temáticos		79.630.875,91	792,01
SE	1°	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas		934.629.997,38	3.563,22
	2°	Hotéis e similares		87.313.000,57	1.064,53
	3°	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	51,55	50.975.302,25	798,01
	4°	Atividades de condicionamento físico		6.154.200,60	306,21

	5°	Agências de viagens		3.339.246,29	175,79
		Restaurantes e outros		2.571.976.878,32	5.370,43
	1°	estabelecimentos de serviços de			
		alimentação e bebidas			
	2°	Hotéis e similares		902.318.269,38	3.164,99
RN	3°	Serviços de catering, bufê e	47,17	100.004.756,07	1.082,20
		outros serviços de comida			
		preparada			
	4°	Agências de viagens		10.747.352,16	300,03
	5°	Atividades de condicionamento		9.022.564,39	366,55
		físico			
		Restaurantes e outros		33.338.289,32	655,74
	1°	estabelecimentos de serviços de			
		alimentação e bebidas			
	2°	Hotéis e similares		4.267.513,68	234,16
AP	3°	Serviços de catering, bufê e	46,27	2.899.700,92	181,40
		outros serviços de comida			
		preparada			
	4°	Atividades de condicionamento		476.507,50	85,61
		físico			
	5°	Outros tipos de alojamento não		74.981,66	32,86
		especificados anteriormente			
	1°	Hotéis e similares		2.294.586,51	141,69
		Restaurantes e outros		1.290.070,74	111,23
	2°	estabelecimentos de serviços de			
		alimentação e bebidas			
PA	3°	Agências de viagens	46,15	60.882,62	24,92
	4°	Atividades de condicionamento		4.632,04	6,92
		físico			
		Serviços de catering, bufê e		840,17	2,77
	5°	outros serviços de comida			
		preparada			
	1°	Restaurantes e outros		1.021.241.348,34	2.935,02
		estabelecimentos de serviços de			
		alimentação e bebidas			
MA	2°	Serviços de catering, bufê e	40,09	109.604.419,58	959,37
		outros serviços de comida			
		preparada			
	3°	Hotéis e similares		82.550.043,49	816,64
	4°	Atividades de condicionamento		6.358.780,96	245,75
		físico			
	5°	Agências de viagens		1.302.382,28	97,82